



Mecanismos e fontes de dados sobre mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental na América do Sul

Las opiniones expresadas en las publicaciones de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) corresponden a los autores y no reflejan necesariamente las de la OIM. Las denominaciones empleadas en esta publicación y la forma en que aparecen presentados los datos que contiene no implican, juicio alguno por parte de la OIM sobre la condición jurídica de ningún país, territorio, ciudad o zona citados, o de sus autoridades, ni respecto del trazado de sus fronteras o límites.

La OIM está consagrada al principio de que la migración en forma ordenada y en condiciones humanas beneficia a los migrantes y a la sociedad. En su calidad de organismo intergubernamental, la OIM trabaja con sus asociados de la comunidad internacional para: ayudar a encarar los crecientes desafíos que plantea la gestión de la migración; fomentar la comprensión de las cuestiones migratorias; alentar el desarrollo social y económico a través de la migración; y velar por el respeto de la dignidad humana y el bienestar de los migrantes.

Esta publicación fue posible gracias al apoyo del Comité de Asignación de Recursos para la Migración (MIRAC). Ello no obstante, las opiniones expresadas en la misma no reflejan necesariamente las opiniones de la Organización Internacional para las Migraciones.

Publicado por: Organización Internacional para las Migraciones (OIM)
Oficina Regional para América del Sur
Buenos Aires, Argentina
Correo electrónico: rosanjose@iom.int
Sitio web: www.robuenosaires.iom.int

Esta publicación no ha sido aprobada por la Unidad de Publicaciones de la OIM (PUB) en cuanto a la observancia de las directrices de marca y las normas de estilo de la Organización.

Esta publicación fue emitida sin el aval de la Unidad de Investigación de la OIM (RES).

Organización Internacional para las Migraciones (OIM), 2023. *Mecanismos y fuentes de datos sobre movilidad humana en contexto de cambio climático, desastres y degradación ambiental en América del Sur*. OIM, Buenos Aires.

Equipo de trabajo de la Oficina Regional de la OIM para América del Sur:

Dalila Polack: Coordinadora de Proyecto sobre movilidad ambiental y datos de la OIM para América del Sur

Andrea A. Gálvez: Asistente de Proyecto sobre movilidad ambiental y datos de la OIM para América del Sur

Pablo Escribano: Especialista de la OIM sobre migración, ambiente y cambio climático para las Américas

Susanne Melde: Oficial Regional de Gestión del Conocimiento y Datos de la OIM para América del Sur

Autores:

- Diogo Andreolla Serraglio (Instituto Potsdam de Pesquisas sobre o Impacto Climático, PIK, Alemanha)
- Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil)
- Lilian Yamamoto (Universidade de São Paulo, USP, Brazil)
- Valeriana Augusta Broetto (Universidade de São Paulo, USP, Brazil)

© OIM 2023



Reservados todos los derechos. La presente publicación está disponible en virtud de la [licencia Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 IGO](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode) (CC BY-NC-ND 3.0 IGO).*

Si desea más información, consulte los [derechos de autor y las condiciones de utilización](#).

La presente publicación no podrá ser utilizada, publicada o redistribuida con fines comerciales o para la obtención de beneficios económicos, ni de manera que los propicie, con la excepción de los fines educativos, por ejemplo, para su inclusión en libros de texto.

Autorizaciones: Las solicitudes para la utilización comercial u otros derechos y autorizaciones deberán enviarse a publications@iom.int

* <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>

Mecanismos e fontes de dados sobre mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental na América do Sul

ÍNDICE

Lista de tabelas, gráficos e quadros	v
Siglas.....	vii
Prólogo.....	ix
Resumo Executivo	x
1. Introdução.....	1
2. Metodologia e objeto do estudo.....	3
3. Disponibilidade de dados relativos às diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental nos âmbitos supranacional e regional	6
4. Coleta, gestão e divulgação de dados relativos à mobilidade humana: contribuições para a produção de evidências sobre as diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental	10
5. Abordagens transversais de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade.....	29
6. Dados sobre mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental na América do Sul: análise por país.....	33
6.1 Argentina	34
6.2 Estado Plurinacional da Bolívia	38
6.3 Brasil	42
6.4 Chile.....	46
6.5 Colômbia.....	50
6.6 Equador.....	54
6.7 Paraguai.....	58
6.8 Peru.....	61
6.9 Uruguai.....	65
6.10 República Bolivariana da Venezuela	69
7. Conclusões e recomendações.....	72
8. Referências	79

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

QUADROS

- Quadro 1. Categorias e conceitos das dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental
- Quadro 2. Perfil das bases de dados regionais e supranacionais e dados disponíveis
- Quadro 3. Mobilidade humana, mudança do clima e degradação ambiental na atividade censitária no Uruguai
- Quadro 4. Iniciativas destacadas – Dados sobre mobilidade humana, mudança do clima e degradação ambiental em pesquisas demográficas e outras pesquisas domiciliares
- Quadro 5. Iniciativas destacadas – Sistemas de estatísticas ambientais e indicadores climáticos que podem ser utilizados para o desenvolvimento de dados sobre migração no contexto da mudança do clima e da degradação ambiental
- Quadro 6. Iniciativas destacadas – Bases de dados ou repositórios oficiais sobre imigração e emigração com capacidade para incluir informações sobre migração no contexto da mudança do clima e da degradação ambiental
- Quadro 7. Iniciativas e práticas que podem promover a produção de dados e evidências sobre padrões migratórios no contexto da mudança do clima e da degradação ambiental
- Quadro 8. Iniciativas destacadas - Produção de dados sobre deslocamento associado a fatores ambientais
- Quadro 9. Iniciativas destacadas – Geração de evidências sobre deslocamento no contexto da mudança do clima e da degradação ambiental
- Quadro 10. Iniciativas destacadas – Realocação planejada
- Quadro 11. Dados de populações presas ou isoladas
- Quadro 12. Exemplos de dados de áreas e populações em risco
- Quadro 13. Exemplos de dados sobre exposição ao risco de desastres articulados com dados socioeconômicos
- Quadro 14. Censos e pesquisas domiciliares que permitem a produção de dados com abordagem transversal
- Quadro 15. Potencial de produção de dados sobre mobilidade humana associada a fatores ambientais a partir da perspectiva de gênero e outros grupos em situação de vulnerabilidade
- Quadro 16. Ferramentas que coletam informações sobre deslocamento com perspectiva de gênero

QUADRO DE SUBSÍDIOS, MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Quadro A.	Recomendações para a Argentina
Quadro B.	Recomendações para a Bolívia
Quadro C.	Recomendações para o Brasil
Quadro D.	Recomendações para o Chile
Quadro E.	Recomendações para a Colômbia
Quadro F.	Recomendações para o Equador
Quadro G.	Recomendações para o Paraguai
Tabela H.	Recomendações para o Peru
Quadro I.	Recomendações para o Uruguai
Quadro J.	Recomendações para a Venezuela
Quadro K.	Subsídios para esclarecer e uniformizar as categorias da mobilidade humana e as metodologias na produção de dados
Quadro L.	Subsídios para incorporar a mobilidade humana associada a fatores ambientais em censos e pesquisas
Quadro M.	Subsídios para o desenvolvimento de indicadores e estatísticas sobre as mudanças climáticas e ambientais que incluam a mobilidade humana
Quadro N.	Subsídios e exemplos para a análise integrada de bases de dados ambientais e de mobilidade humana
Quadro O.	Subsídios e exemplos para o desenvolvimento da abordagem de gênero e de outros grupos vulneráveis nos dados sobre mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental
Quadro P.	Medidas para fortalecer a produção de dados sobre as diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental

TABELAS

Tabela 1.	Categorias de danos humanos e materiais nos instrumentos de coleta de informação no contexto de desastres associados a deslocamentos
Tabela 2.	Sistemas e Bases de Dados de Desastres
Tabela 3.	Estatísticas e indicadores relativos a desastres nos departamentos de estatísticas e bases de dados ambientais
Tabela 4.	Dados relativos à realocação planejada
Tabela 5.	Dados sobre exposição a riscos de desastres articulados com dados socioeconômicos

GRÁFICOS

Gráfico 1.	Dados sobre mobilidade humana, mudança do clima e degradação ambiental nos departamentos de estatística
Gráfico 2.	Categorias de danos humanos no contexto de desastres associados ao deslocamento

SIGLAS

ACUMAR	Autoridade da Bacia Matanza Riachuelo
APMT	Autoridade Plurinacional da Mãe Terra
AVADAN	Formulário de Avaliação de Danos
BATER	Base Territorial Estatística de Áreas de Risco
BDiA	Banco de Informações Ambientais
BIVAPAD	Biblioteca Virtual de Prevenção e Resposta a Desastres
CASEN	Pesquisa de Caracterização Socioeconômica Nacional do Ministério do Desenvolvimento Social
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNI	Conselho Nacional de Imigração
CNM	Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos
CONAF	Corporação Nacional Florestal do Chile
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
DDCP	Direção de Pessoas Deslocadas e Cultura de Paz
DGCCG	Direção-Geral de Mudança do Clima e Desertificação
DGMM	Direção-Geral de Movimento Migratório
DGPRVU	Direção-Geral de Políticas e Regulação Habitacional e Urbanística
DIGEMIG	Direção-Geral de Migração
DINAGUA	Direção Nacional de Águas
DNCC	Direção Nacional de Mudança do Clima
EDAN	Avaliação de Danos e Análise de Necessidades Ambientais
EDANA-C	Avaliação de Danos e Análise de Necessidades Ambientais Pós-Desastre Continental
EISAAR	Avaliação Integral de Saúde Ambiental em Áreas de Risco
EM-DAT	The International Disaster Database
ENCC	Estratégia Nacional diante da Mudança do Clima
EVAR	Avaliações do Risco de Desastres
EVIN	Avaliação Inicial de Necessidades
FIBE	Ficha Básica de Emergência
FIBEH	Ficha Básica de Emergência Hídrica
FIDE	Formulário de Informações do Desastre
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GEOMOP	Geoportal do Ministério de Obras Públicas
GEOSINAGER	Geoportal do Sistema Integrado de Informação e Alerta para a Gestão do Risco de Desastres
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG-GIRD	Informação Geoespacial para a Gestão Integral do Risco de Desastre
INDEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos
INDECI	Instituto Nacional de Defesa Civil
INDI	Instituto Paraguaio do Indígena
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos
INEI	Instituto Nacional de Estatística e Informática
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
IREE	Índice de Risco por Eventos Extremos
MIDUVI	Ministério de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Equador

MIMP	Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis do Peru
MINEC	Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo da Venezuela
MIRA	Monitor Integral de Riscos e Danos
MPD	Ministério de Planejamento do Desenvolvimento da Bolívia
NOPRED	Notificação Preliminar de Desastre
OBMigra	Observatório para as Migrações
OGASA	Escritório Geral de Assuntos Socioambientais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONCC	Observatório Nacional da Crise Climática
OND	Observatório Nacional de Desastres
ONEMI	Escritório Nacional de Emergência do Ministério do Interior
PLATINUM	Sistema de Plataforma de Informação Migratória
PNACC	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima
RENAPER	Registro Nacional das Pessoas
RIDA	Registro de Intervenções e Vítimas
RND	Registro Nacional para Pessoas Deslocadas
R.U.D.	Registro Único de Vítimas
S2iD	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
SAIME	Serviço Administrativo de Identificação, Migração e Estrangeiros
SALVAR	Sistema de Alerta e Visualização de Áreas de Risco
SCAE-MC	Sistema de Contabilidade Ambiental e Econômica
SEBA	Sistema de Estatísticas Básicas Ambientais
SENAPRED	Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres
SERNAGEOMIN	Serviço Nacional de Geologia e Mineração
SGR	Secretaria de Gestão de Risco
SIA	Sistema de Informação Ambiental
SIAC	Sistema de Informação Ambiental da Colômbia
SIGEPROCC	Sistema de Gestão de Propostas contra a Crise Climática
SIGRID	Sistema de Informação para a Gestão do Risco de Desastres
SIMARCC	Sistema de Mapas de Risco de Mudança do Clima
SINAGER-SAT	Sistema Integrado de Informação e Alerta para a Gestão do Risco de Desastres
SINAGIR	Sistema Nacional para a Gestão Integral de Riscos
SINAME	Sistema Nacional de Alerta e Monitoramento de Emergências
SINAPRED	Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres
SINIA	Sistema Nacional de Informação Ambiental
SINIAS	Sistema Nacional de Indicadores Ambientais e Sustentabilidade
SisMigra	Sistema Nacional de Registro Migratório
SitRep	Relatórios de Situação
SNGRD	Sistema Nacional de Informação para a Gestão do Risco de Desastres
SNIACC	Sistema Nacional de Indicadores de Adaptação à Mudança do Clima
UAEMC	Unidade Administrativa Especial Migração Colômbia
UDAPE	Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas
UNGRD	Unidade Nacional para a Gestão do Risco de Desastres
VIDECI	Vice-Ministério de Defesa Civil

PRÓLOGO

A América do Sul é uma região altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental. Secas, inundações, recuo de geleiras e elevação do nível do mar (além de outros processos relacionados à mudança no uso da terra ou desmatamento) são alguns dos eventos extremos que estão aumentando em frequência e intensidade devido às mudanças climáticas na região, afetando os meios de vida das comunidades e gerando mobilidade, principalmente dentro dos países.

Os impactos dessas dinâmicas na mobilidade humana ainda apresentam desafios para seu registro, medição e monitoramento. De fato, atualmente persistem limitações relativas aos dados disponíveis, um insumo essencial para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e com enfoque baseado em direitos.

Este estudo aponta nesta direção, o relatório regional que apresento busca contribuir a fechar a lacuna de conhecimento relativa ao processo de produção de dados sobre a mobilidade ambiental e climática na América do Sul. Ele investiga os mecanismos, organismos e bases que geram informações relevantes, destacando seus pontos positivos e oportunidades de aprimoramento com o objetivo final de fortalecer a produção de conhecimento na região para o desenvolvimento de ações de preparação, adaptação e resposta que previnam a mobilidade indesejada e promovam uma migração segura, ordenada e regular.

Você encontrará nesta análise um diagnóstico completo, o primeiro do tipo, em nível regional e por país, sobre as fontes e bases de dados sobre o tema, reconhecendo a importância de saber onde buscar informações. Você também encontrará um compêndio de mecanismos que, mesmo não integrando atualmente a abordagem de mobilidade, apresentam grande potencial. Não menos importante são as oportunidades de coordenação e trabalho em rede identificadas no relatório, bem como as recomendações para fortalecer processos e identificar experiências nacionais com oportunidades de replicação para o restante da região.

Este estudo, realizado com grande participação das autoridades nacionais e o forte compromisso da Conferência Sul-Americana sobre Migrações (CSM), nos coloca diante de um desafio de grande magnitude: a mobilidade associada a fatores ambientais e climáticos frequentemente ocorre em condições de profunda vulnerabilidade. Abordá-la com responsabilidade é nosso dever. Convido-os a se envolverem e apropriarem-se deste roteiro que promove a produção abrangente, interseccional e coordenada de dados para o desenvolvimento de ações eficientes e eficazes.



Marcelo Pisani
Diretor Regional da OIM
para América do Sul



RESUMO EXECUTIVO

O presente estudo analisa as fontes e bases de dados nacionais de dez países da América do Sul¹ que fornecem informações ou que poderiam contribuir para a geração de evidências sobre a mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e outras formas de degradação ambiental. Para sistematizar a avaliação dos dados e permitir a comparação entre países, os resultados foram organizados de acordo com quatro dimensões da mobilidade humana: migração, deslocamento, realocação planejada e imobilidade, levando em consideração as abordagens de gênero, direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade. Da mesma forma, o estudo analisa as bases de dados regionais e supranacionais e a medida em que abordam o assunto.

COLETA, GESTÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS SOBRE MOBILIDADE HUMANA NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Migração transfronteiriça e interna: As organizações relativas à migração e a estatísticas produzem dados sobre migração e ambiente que poderiam contribuir para gerar informações sobre a matéria. Por meio de cartões de entrada e saída, são coletadas informações sobre a duração e o motivo do movimento migratório, sem incluir fatores ambientais. Os países produzem estatísticas ambientais e de dinâmicas demográficas que podem incluir dados migratórios, sem estabelecer relações entre esses tópicos. No que diz respeito às atividades censitárias, todas recolhem informações sobre migração interna e transfronteiriça. O questionário do Censo 2023 do Uruguai destaca-se por abordar os movimentos populacionais no contexto da mudança do clima ou da degradação ambiental. Dados sobre o assunto podem ser identificados em pesquisas domiciliares. Dados sobre a mudança climática que identificam riscos e impactos poderiam incorporar a abordagem da mobilidade humana.

Deslocamentos: Os registros e ferramentas de coleta de dados sobre desastres produzem informações específicas sobre o deslocamento ou adotam categorias de danos humanos e materiais associados ao deslocamento. Indicadores, estatísticas e outros tipos de dados relacionados com desastres, ambiente e mudança do clima estão disponíveis e integram

informações relativas ao deslocamento. Por outro lado, dados relativos a riscos, ameaças e exposição a desastres e mudança climática produzidos pelos países e ligados a fatores de vulnerabilidade, permitem a identificação de contextos de risco de deslocamento ou contribuem para a produção de evidências relevantes. Iniciativas e propostas para avançar na produção e sistematização de dados específicos sobre o assunto estão em andamento em alguns países.

Realocação planejada: Foram identificados programas de realocação planejada de pessoas e comunidades nos países analisados, porém faltam medidas para sistematizar e explorar os dados relativos a esses processos, como a produção de estatísticas e indicadores, ou bases de dados estruturadas para a sua coleta e divulgação. Os dados precisam de sistematização e análise que permitam gerar evidências e informações detalhadas. Os países dispõem de informações sobre riscos e ameaças relativas a catástrofes e mudança do clima, vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, e sobre as comunidades mais expostas a estes riscos que podem ser relevantes para a identificação de contextos que requerem intervenção através de processos de realocação.

Imobilidade: Dados sobre populações isoladas/presas em eventos repentinos específicos são integrados em instrumentos de coleta de dados de desastres. Critérios padronizados para a caracterização de outros contextos de imobilidade e suas diferentes nuances são necessários para promover a produção de dados sobre o tema, que impactam na produção de dados específicos sobre a matéria. Os países da região produzem dados que permitem identificar áreas e populações expostas a riscos e ameaças, ou sujeitas a projetos de reurbanização em face a danos e riscos ambientais, articulados com análises de vulnerabilidades socioeconômicas, que podem ser analisados de forma sistematizada para produzir evidências sobre a imobilidade associada a fatores ambientais.

Abordagens transversais de gênero, direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade: Os países da região integram abordagens transversais de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade em dados relacionados com a mobilidade humana e com fatores ambientais, que poderiam ser reforçadas para a integração destas abordagens nas informações sobre a mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental. Embora os países possuam dados desagregados e iniciativas para integrar a perspectiva de gênero e outros grupos em situação de vulnerabilidade na

¹ Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia (doravante Bolívia), Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e República Bolivariana da Venezuela (doravante Venezuela).

resposta às mudanças climáticas e à gestão de desastres, não foi identificada uma estratégia coordenada ou diretrizes para promover a coleta de dados que incluam estas abordagens de forma extensiva e abrangente.

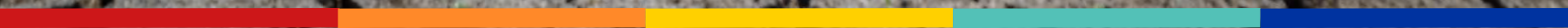
Conclusões: Pode-se concluir que: (i) a coleta, análise e divulgação sistemática de dados de qualidade é fundamental para políticas públicas baseadas em evidências; (ii) embora a região seja altamente afetada pelos impactos da mudança do clima e desastres que influenciam a mobilidade humana, os dados específicos e evidências são limitados; (iii) dados e ferramentas disponíveis poderiam gerar informações específicas, uma vez que estão dispersas e precisam ser coordenadas e interpretadas sob a perspectiva da mobilidade humana ligada a fatores ambientais; (iv) a falta de uniformidade de categorias e conceitos ligados ao assunto, de metodologias específicas e compartilhadas, bem como de coordenação entre departamentos e fontes de informação dificulta a produção de dados comparáveis.

Recomendações: Propõem-se as seguintes recomendações gerais: (i) integrar nos instrumentos de coleta de dados categorias que investiguem a mobilidade ligada a fatores ambientais e climáticos, e desenvolver pesquisas específicas sobre o assunto; (ii) melhorar as

estatísticas ambientais e climáticas para que integrem a perspectiva da mobilidade humana e desenvolver indicadores específicos que permitam calcular as diferentes dimensões da mobilidade associadas a fatores ambientais; (iii) detalhar e padronizar as categorias de mobilidade humana e seus conceitos para desenvolver estatísticas e indicadores comparáveis e que permitam obter dados desagregados por categoria e motivação; (iv) promover a harmonização dos processos de coleta, compilação, gestão e divulgação de dados sobre a matéria no âmbito nacional e regional; (v) estabelecer vias de diálogo e coordenação entre as diferentes fontes e bases de dados para capitalizar os dados disponíveis através de análises sistematizadas e integradas e metodologias compartilhadas, e (vi) desenvolver estratégias e diretrizes regionais para a coleta, análise e divulgação de dados desagregados e estatísticas sobre gênero e outros grupos vulneráveis no contexto da mobilidade humana ligada a fatores ambientais.

Por último, o estudo apresenta também recomendações específicas que os departamentos nacionais podem adotar para reforçar a produção de dados sobre as diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental.

1. INTRODUÇÃO



A América do Sul é uma região com alta exposição aos efeitos da mudança do clima devido à sua localização geográfica e topografia. O aumento significativo da temperatura média na região e demais impactos da mudança climática (p. ex., inundações, secas e tempestades) são amplificados por fatores socioeconômicos como a desigualdade, a pobreza, o crescimento e densidade populacional, bem como alterações no uso do solo ligadas ao desmatamento e à consequente perda de biodiversidade (degradação ambiental). Esses impactos, além de estarem associados às múltiplas dinâmicas comumente observadas nos países sul-americanos, também atuam como fatores de mobilidade humana, tanto interna quanto transfronteiriça. Para compreender as repercussões dos fatores ambientais e climáticos nos movimentos populacionais, é necessário levar em conta as diferentes realidades e dimensões da mobilidade humana na região, o que requer produzir, coletar e divulgar dados e evidências que possam informar políticas e ações para sua abordagem.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, por sua sigla em inglês), as áreas mais propensas a gerar situações de mobilidade climática na América do Sul são os Andes, as áreas secas da Amazônia e o nordeste do Brasil (IPCC, 2022). Ao tempo que o recuo das geleiras e a escassez de água estão se tornando fatores impulsionadores da migração nos Andes, as secas prolongadas estão causando movimentos populacionais internos rumo a centros urbanos dentro e fora do nordeste e norte da América do Sul. A título de exemplo, no Chile identificam-se migrações internas associadas à mudança do clima em Monte Patria (Município de Coquimbo) devido às condições semiáridas que se intensificaram como consequência da mudança nos regimes de chuvas e temperaturas extremas. Nesse sentido, o desaparecimento do Lago Poopó na Bolívia deu origem a movimentos populacionais internos devido à precariedade econômica e à escassez de alimentos. Mesmo assim, os efeitos das secas prolongadas no Nordeste do Brasil provocam a emigração de cerca de 60 mil pessoas rumo ao Sudeste a cada ano. Finalmente, no Equador, as comunidades assentadas nas encostas do vulcão Chimborazo começam a deslocar-se devido ao degelo e aos respectivos impactos nos cultivos, animais e casas (Escribano e Piñeiro, 2022).

Os desastres são outro fator importante de mobilidade na América do Sul, que sofre com o aumento da frequência e intensidade desses fenômenos devido a eventos climáticos repentinos. De acordo com o Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC), as Américas registraram quase 2,6 milhões de deslocamentos internos em 2022, em comparação com dois milhões no ano anterior, sendo 80% causados por desastres. O Brasil representou um terço do total (com mais de 700 mil novos deslocamentos) (IDMC, 2023). Os deslocamentos causados por desastres também podem ser transfronteiriços. Exemplo disso é a movimentação forçada de famílias da zona fronteiriça de Guayaramerín (Bolívia) em 2014, em decorrência da enchente do rio Mamoré, para abrigos temporários no Brasil (CSM, 2018).

Diante desse cenário de riscos e impactos climáticos, desastres e eventos extremos e outras formas de degradação ambiental que influenciam os padrões de mobilidade humana, e reconhecendo a centralidade dos dados para informar ações de prevenção e resposta, este relatório apresenta de forma comparativa um diagnóstico de situação sobre os mecanismos através dos quais dez países da América do Sul² coletam, administram e publicam dados e informações sobre migração, meio ambiente e mudança do clima, destacando lacunas, oportunidades e recomendações que podem contribuir para a produção de dados comparáveis e mais robustos em escala nacional e regional.

Para sistematizar a avaliação dos mecanismos e fontes identificados, bem como possibilitar a comparação das informações coletadas nos dez países, o relatório apresenta os resultados do estudo organizados em quatro dimensões da mobilidade humana: migração, deslocamento, realocação planejada e imobilidade, levando em consideração abordagens transversais de gênero, direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade. São apresentadas recomendações para promover e reforçar a produção de dados de qualidade e evidências sobre a mobilidade humana associada a fatores ambientais e climáticos que possam aportar políticas e ações tanto no âmbito nacional quanto regional.

² Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

2.

METODOLOGIA E OBJETO DO ESTUDO



O estudo tem por objetivo identificar as fontes e bases de dados dos dez países sul-americanos já referenciados, que forneçam informações específicas ou que possam contribuir para gerar evidências sobre a mobilidade humana no contexto da mudança do clima, dos desastres e de outras formas de degradação ambiental. Como complemento às informações, foram identificadas bases de dados regionais e supranacionais.

Trata-se de um mapeamento não exaustivo, delimitado por (i) aspectos geográficos (dez países da América do Sul); (ii) temáticos (dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, dos desastres e da degradação ambiental) e (iii) elementos de análise (fontes e bases de dados). Não são identificados ou

analisados quaisquer quadros políticos e regulatórios ou outras iniciativas que não estejam relacionadas com a produção, sistematização e divulgação de dados. São analisados os mecanismos de produção de dados e o uso que lhes é dado. Na coleta e análise de dados são tidas em conta abordagens transversais de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade. As dimensões da mobilidade humana abordadas no estudo são: migração, deslocamento, realocação planejada e imobilidade ligados a fatores ambientais (mudança do clima, desastres e outras formas de degradação ambiental). Considerando, segundo o IPCC, que estas dinâmicas ocorrem fundamentalmente dentro das fronteiras, o foco da análise é colocado nos processos de mobilidade interna.

QUADRO 1. CATEGORIAS E CONCEITOS DAS DIMENSÕES DA MOBILIDADE HUMANA NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL



DESLOCAMENTO POR DESASTRES

“Movimento de pessoas que são forçadas ou obrigadas a abandonar o seu local de origem ou residência habitual em decorrência de um desastre ou para evitar serem afetadas pelos efeitos de uma ameaça natural imediata e previsível”.



MIGRAÇÃO POR MOTIVOS AMBIENTAIS

“Movimento de pessoas ou grupos de pessoas que, principalmente devido a mudanças repentinas e graduais no meio ambiente que afetam negativamente as suas vidas ou condições de vida, são forçadas a abandonar o seu local de residência habitual, ou decidem fazê-lo, temporária ou permanentemente, deslocando-se para outras partes do seu país de origem ou residência habitual, ou para fora dele.”



MIGRAÇÃO POR MOTIVOS CLIMÁTICOS

“Movimento de uma pessoa ou grupo de pessoas que, principalmente devido a uma mudança repentina ou gradual no meio ambiente como consequência de mudanças climáticas, são forçados a abandonar o seu local de residência habitual, ou decidem fazê-lo, temporária ou permanentemente, dentro de um país ou através de uma fronteira internacional.”



REALOCAÇÃO PLANEJADA

“No contexto dos desastres naturais ou da degradação ambiental, particularmente como resultado de mudanças climáticas, processo planejado pelo qual uma pessoa ou grupo de pessoas se deslocam ou recebem ajuda para abandonar as suas casas ou locais de residência temporária, e instalam-se em um novo local onde lhes são oferecidas as condições necessárias para reconstruírem suas vidas.”



IMOBILIDADE POR MOTIVOS AMBIENTAIS

Ocorre quando pessoas ou comunidades expostas a alterações ambientais não conseguem ou não desejam abandonar os seus locais de residência habituais. A permanência nesses locais pode ser uma decisão voluntária de permanecer e adaptar-se a essas mudanças ou pode ser forçada, considerando que essas pessoas ou comunidades estão “presas” em um contexto de risco.

Fonte: OIM, 2019; Advisory Group on Human Mobility and Climate Change, 2015.

A investigação é realizada com base em uma triangulação de métodos, que inclui a identificação, revisão e análise documental de fontes primárias e secundárias, além de entrevistas com representantes de departamentos nacionais, e organiza-se em três fases.

FASE 01: DESENVOLVIMENTO DO QUADRO ANALÍTICO DO ESTUDO

Corresponde às seguintes ações: (i) mapeamento de fontes e bases de dados, e de departamentos nacionais; e (ii) inventário de bases de dados regionais e supranacionais que produzem ou divulgam dados que possam estar relacionados ao estudo. Além disso, foram preparadas ferramentas para coleta e compilação de dados e informações. Para o mapeamento de fontes e bases de dados e departamentos nacionais, foi utilizado um instrumento de coleta de informações obtidas por meio de pesquisa documental e sites oficiais dos departamentos nacionais. Os resultados foram revisados e concluídos pelo Escritório Regional da OIM para a América do Sul e pelos escritórios nacionais da OIM nos 10 países analisados. Para o inventário das bases de dados regionais e supranacionais, foi elaborada uma ferramenta de coleta de dados que considera sua cobertura, temas, dimensões de mobilidade humana e categorias empregadas, atualização e desagregação dos dados.

FASE 02: COLETA DE DADOS DETALHADOS

Foram utilizadas duas estratégias para a coleta de dados detalhados: (i) desenvolvimento de uma ferramenta de coleta de dados com delimitação de áreas temáticas e tipos de dados, e (ii) consultas com atores governamentais nacionais. A ferramenta para

a coleta de dados detalhados permite organizar e consultar os dados por país e por fontes de dados, correspondendo aos departamentos de migração, estatística, gestão de desastres, ambiente e mudança do clima, além de outras repartições identificadas no mapeamento realizado na fase 1. Foi desenvolvido um conjunto de perguntas para cada repartição, que permitiu avaliar a disponibilidade de dados e a sua relação ou possível contribuição para evidenciar a mobilidade humana associada a fatores ambientais. Os dados foram obtidos através de (i) pesquisa documental e dos sites oficiais dos departamentos nacionais e supranacionais identificados, e (ii) fontes documentais primárias. As consultas foram realizadas com o apoio e coordenação do Escritório Regional e dos escritórios nacionais da OIM nos dez países, abrangendo 35 repartições. Para conduzir as consultas foram utilizados roteiros com perguntas específicas, de acordo com os dados produzidos, experiências bem-sucedidas ou necessidade de detalhamento de informações.

FASE 03: ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram analisados por (i) categoria de mobilidade humana e (ii) eixos transversais (gênero, e outros grupos em situação de vulnerabilidade). A análise foi feita inicialmente por país, por meio de fichas técnicas. A sistematização dos dados nas referidas fichas subsidiou a formulação do diagnóstico da produção, coleta e divulgação de dados sobre mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental na região. Foram considerados tanto dados específicos como aqueles que podem contribuir, se melhor explorados ou integrados, para gerar evidências sobre o tema.

3.

DISPONIBILIDADE
DE DADOS RELATIVOS
ÀS DIFERENTES DIMENSÕES
DA MOBILIDADE HUMANA
NO CONTEXTO DA
MUDANÇA DO CLIMA,
DESASTRES E DEGRADAÇÃO
AMBIENTAL NOS ÂMBITOS
SUPRANACIONAL
E REGIONAL



O mapeamento não exaustivo de bases de dados regionais e supranacionais visa identificar (i) a existência de dados específicos ou (ii) a utilização dos dados disponíveis para gerar informações sobre o tema na região. Foram identificadas 19 bases de dados, dentre as quais 9 incluem dados diretamente relacionados com alguma dimensão da mobilidade humana induzida por

fatores ambientais³. Contudo, não foram identificadas bases de dados especificamente destinadas à produção ou divulgação desses dados. Por outro lado, dez bases de dados incluem dados sobre mobilidade humana ou ameaças ambientais que podem ser utilizadas para gerar informações sobre o tema.

QUADRO 2. PERFIL DAS BASES DE DADOS REGIONAIS E SUPRANACIONAIS E DADOS DISPONÍVEIS



BASES DE DADOS QUE FORNECEM DADOS ESPECÍFICOS SOBRE A MOBILIDADE HUMANA INDUZIDA POR FATORES AMBIENTAIS

Referem-se exclusivamente a deslocamentos em contexto de desastres, refletidos em diferentes categorias de danos humanos e materiais, como pessoas deslocadas, evacuadas, realocadas, isoladas, moradias destruídas/inabitáveis, moradias danificadas, pessoas afetadas e outros. A maioria dessas bases de dados é atualizada regularmente e não apresenta dados desagregados (sexo, idade, etnia e outros). Todas elas fornecem dados através de perfis nacionais, que podem fornecer outros indicadores sociais, econômicos ou ambientais.



BASES DE DADOS QUE NÃO FORNECEM DADOS ESPECÍFICOS SOBRE O TEMA DO ESTUDO

Possuem dados e informações (i) sobre mobilidade humana⁴; (ii) sobre mudança do clima ou desastres⁵; ou (iii) desagregados sobre mobilidade humana, mudança do clima e desastres⁶. Em relação aos dados relacionados com alguma forma de mobilidade humana, as bases de dados não permitem identificar as causas, nem facilitam a análise conjunta de dados associados a ameaças ambientais. Não estabelecem relações ou análises conjuntas dos indicadores ambientais e migratórios disponíveis na mesma base de dados. No entanto, oferecem dados atualizados desagregados por gênero e idade e, com menor frequência, por deficiência, estado civil, profissão e grupo étnico.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

³ Global Internal Displacement Database, com o número de pessoas deslocadas por desastres; World Bank Open Data, com o número de pessoas deslocadas internamente em razão de desastres; Groundswell Spatial Population and Migration Projections at One-Eighth Degree According to SSP and RCP, v1 (2010–2050); The Humanitarian Data Exchange (HDX), com o número de pessoas afetadas e moradias destruídas por desastres; CEPALSTAT – Bases de Dados e Publicações Estatísticas, com o número de pessoas afetadas por desastres; DesInventar Sendai, com o número de pessoas afetadas, realocadas, evacuadas e de moradias destruídas e danificadas por desastres; EM-DAT – The International Disaster Database, com o número de pessoas afetadas por desastres; ACAPS, que pode incluir o número de pessoas afetadas e deslocadas por desastres, e Displacement Tracking Matrix (DTM), que pode incluir o número de pessoas deslocadas por desastres.

⁴ Portal Operacional Situações de Refugiados e Migrantes; Foro Especializado Migratório do Mercosul (FEM); Investigação da Migração Internacional na América Latina (IMILA); Base de Dados de Migração Interna na América Latina e no Caribe (MIALC); Observatório Latino-Americano de Censos de População; Migration Data Portal, e Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD).

⁵ Intergovernmental Panel on Climate Change Data Distribution Centre e Sistema de Informação Ambiental do Mercosul.

⁶ United Nations Statistics Division (UNSD).

A análise das bases de dados identificou dois pontos de atenção: (i) os aspectos metodológicos envolvidos na coleta e apresentação dos dados, incluindo questões de terminologia/classificação, tipo de dados e fontes de dados e informações; (ii) a qualidade dos dados produzidos ou divulgados, que está relacionada com a desagregação e atualização dos dados e, nos dados sobre mobilidade humana, com as causas dos movimentos.

Quanto aos aspectos metodológicos, um elemento central é a terminologia ou classificação utilizada. As categorias e terminologias estão diretamente relacionadas às fontes de dados que alimentaram essas bases. Quando não produzem dados primários, as bases de dados utilizam fontes nacionais primárias ou secundárias, que geralmente não fornecem dados desagregados sobre migração ou deslocamento ou utilizam terminologias não padronizadas. Dessa forma, o processo de coleta de dados nacionais requer uma análise adicional para dar sentido aos termos utilizados pelas fontes nacionais, uniformizar as categorias e conceitos e estabelecer critérios para definir quando e como estão relacionados com cada uma das dimensões da mobilidade humana⁷.

O tipo de dados e sua apresentação também variam. Algumas bases de dados apresentam informações através de perfis nacionais, que permitem a visualização desagregada de dados de mobilidade humana, bem como a análise integrada de indicadores sociodemográficos, econômicos e ambientais⁸. Em alguns casos, é possível acessar perfis regionais⁹. Por outro lado, algumas bases de dados fornecem apenas dados gerais de migração, tais como taxas de migração e dados de migração provenientes dos censos. Consequentemente, as estatísticas e os indicadores de migração são genéricos, sem desagregar os dados, identificar as razões dos movimentos ou apresentar informações sobre outras categorias de mobilidade humana.

Em termos de qualidade dos dados, nove bases de dados fornecem dados desagregados sobre alguma categoria de mobilidade humana. A desagregação inclui pessoas com deficiência, estado civil, profissão, etnia e, mais

frequentemente, gênero e idade ou faixa etária. Por fim, embora nove bases de dados apresentem dados ou informações específicas sobre alguma forma de mobilidade humana induzida por fatores ambientais, as restantes não identificam as causas dos movimentos, bem como não fornecem ferramentas adequadas que permitam uma análise integrada para esse fim. A maioria das bases de dados¹⁰ fornecem dados atualizados ou parcialmente atualizados – o que inclui atualização constante ou regular. Algumas dessas bases de dados também possibilitam a visualização de séries históricas, permitindo comparações temporais ou a visualização de determinado período ou ano¹¹.

Observa-se que as diferentes metodologias de coleta, compilação e divulgação de dados pelas organizações nacionais e pelas diferentes bases de dados regionais dificultam a obtenção de dados comparáveis ou a análise sistêmica de camadas de informação e de dados ambientais e de mobilidade humana oriundos de diferentes bases de dados, o que poderia gerar informações específicas. Da mesma forma, a ambiguidade nas definições, os diferentes critérios e métodos de estimativa podem produzir números e informações diferentes e gerar incerteza. Protocolos comuns no âmbito regional para orientar a coleta e compilação de dados, que estabeleçam metodologias padronizadas e específicas para cada categoria de mobilidade, podem ajudar a obter dados comparáveis e reforçar a qualidade e variedade da informação produzida.

O desenvolvimento de políticas específicas e a tomada de decisões para abordar a mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental na região pode se beneficiar da existência de dados específicos e desagregados para cada categoria de movimento, o que permite identificar e evidenciar os elementos ambientais que desencadeiam esses movimentos. É importante garantir a continuidade e atualização dos dados disponíveis, bem como considerar a abordagem de gênero e outros grupos vulneráveis na produção e divulgação de dados para alimentar medidas de proteção específicas.

⁷ É o caso, por exemplo, da EM-DAT e da Global Internal Displacement Database. A primeira utiliza a categoria de “total de afetados” para incluir pessoas afetadas e pessoas cujas moradias foram destruídas. Se for informado unicamente o número de famílias afetadas ou que perderam a sua moradia, são realizadas estimativas para computar o total de pessoas afetadas. A segunda utiliza diferentes termos registrados no âmbito nacional para estimar o número de “deslocados”, como deslocados, evacuados, realocados, isolados, moradias destruídas/inabitáveis, moradias danificadas, forçados a fugir, afetados e outros.

⁸ A CEPALSTAT, por exemplo, identifica nos perfis dos países a taxa de migração, o número de pessoas afetadas por desastres e outros dados sociodemográficos, econômicos, ambientais, energéticos e de gênero. Por outro lado, os perfis dos países no HDX fornecem dados e informações sobre diferentes aspectos da assistência humanitária.

⁹ É o caso do Portal Global de Dados sobre Migração, da Global Internal Displacement Database e da CEPALSTAT.

¹⁰ UNSD; Investigação da Migração Internacional na América Latina; MIALC; Observatório Latino-Americano de Censos de População; HDX; Migration Data Portal; KNOMAD; CEPALSTAT, e World Bank Open Data.

¹¹ DesInventar Sendai; Global Internal Displacement Database; HDX; Migration Data Portal, e World Bank Open Data.

4.

COLETA, GESTÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA

Contribuições para a
produção de evidências sobre
as diferentes dimensões da
mobilidade humana no contexto
da mudança do clima, desastres
e degradação ambiental



Esta seção apresenta a análise integrada dos mecanismos através dos quais os governos dos dez países analisados coletam, gerenciam e divulgam dados sobre as dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental. As fichas técnicas por país apresentam em profundidade o diagnóstico nacional e as possíveis oportunidades identificadas.

A comparação dos dados produzidos e dos procedimentos estabelecidos pelos diferentes departamentos proporciona uma perspectiva regional da disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos dados existentes. Além disso, uma melhor compreensão desses dados e procedimentos facilita a formulação de metodologias e protocolos reforçados para o desenvolvimento de dados robustos e comparáveis em todos os países da região.

Para cada país, o estudo analisou os departamentos de migração, estatística, desastres e ambiente, entendendo que são as principais fontes de informação que podem ajudar a caracterizar as diferentes dimensões da mobilidade humana associadas aos fatores ambientais. Além desses departamentos, o estudo abrangeu outras organizações, instituições ou setores que podem ser direta ou indiretamente relevantes nos contextos nacionais de cada país.

4.1 MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E INTERNA

Verifica-se que as estatísticas e organizações migratórias dos dez países analisados produzem dados sobre migração

interna e transfronteiriça, bem como dados ambientais que, embora não abordem especificamente a migração associada a fatores ambientais, poderiam contribuir para gerar informações sobre a matéria.

Inicialmente, os 10 institutos de estatística dos países examinados¹² apresentam estatísticas atuais sobre a dinâmica demográfica e populacional – incluindo estimativas e projeções. No que diz respeito às estatísticas e indicadores relacionados com a migração, alguns aspectos gerais sobre o tema são recolhidos nas diversas edições dos censos nacionais. Tais informações são normalmente desagregadas por sexo, idade, local de nascimento e local de residência. Embora possuam estatísticas sobre a migração transfronteiriça, os departamentos nacionais de estatística não associam a mobilidade humana com fatores ambientais.

Em relação às últimas atividades censitárias dos países analisados e seus respectivos questionários, todos recolhem informações sobre a migração interna e transfronteiriça. No entanto, os questionários não incluem perguntas sobre os motivos dos deslocamentos ou outros elementos relacionados com os movimentos populacionais no contexto das mudanças climáticas e da degradação ambiental. O questionário do Censo 2023 do Uruguai é o único que abordou os movimentos populacionais devido a fatores ambientais.

QUADRO 3. MOBILIDADE HUMANA, MUDANÇA DO CLIMA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA ATIVIDADE CENSITÁRIA DO URUGUAI

Nas perguntas relativas a moradia do Censo 2023 do Uruguai, foi questionado se alguma pessoa teve que abandonar a sua casa devido a inundações ou tempestades, bem como rajadas de vento:

11. Nos últimos 05 anos (2018-2023), alguma pessoa teve que abandonar esta casa devido a inundações e/ou tempestades ou rajadas de vento muito fortes? a) Sim, devido a inundações; b) Sim, devido a tempestades ou rajadas de vento muito fortes; c) Sim, devido a ambos os eventos; d) Não, e) Não sabe.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

Da mesma forma, dados sobre o nexo entre a mobilidade humana, as alterações climáticas e a degradação ambiental podem ser identificados em 2 pesquisas domiciliares realizadas na região.

¹² Instituto Nacional de Estadística e Censos (Argentina), Instituto Nacional de Estadística (Estado Plurinacional da Bolívia), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil), Instituto Nacional de Estadística (Chile), Departamento Administrativo Nacional de Estadística (Colômbia), Instituto Nacional de Estadística e Censos (Equador), Instituto Nacional de Estadística (Paraguai), Instituto Nacional de Estadística e Informática (Peru), Instituto Nacional de Estadística (Uruguai) e Instituto Nacional de Estadística (República Bolivariana da Venezuela).

QUADRO 4. INICIATIVAS DESTACADAS – DADOS SOBRE MOBILIDADE HUMANA, MUDANÇA DO CLIMA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM PESQUISAS DEMOGRÁFICAS E OUTRAS PESQUISAS DOMICILIARES



A Pesquisa Contínua de Domicílios (2022) identifica migrações internas ou transfronteiriças e permite identificar situações de risco devido a fatores climáticos, como inundações nas residências dos entrevistados.

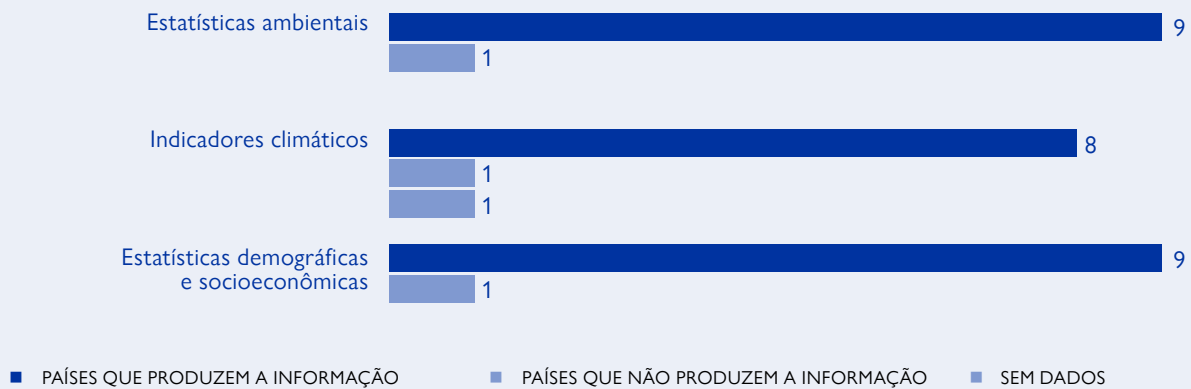


A Grande Pesquisa Integrada de Domicílios da Colômbia (2022) inclui os desastres entre as possíveis alternativas de resposta referentes ao motivo da mudança de local de residência.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

Além disso, os institutos de estatística examinados produzem regularmente estatísticas e indicadores sobre diversas questões ambientais que poderiam eventualmente incorporar a abordagem da mobilidade, embora ainda não o façam. No momento, não incluem dados relacionados com o objeto deste estudo (p. ex., informações relativas a riscos, hotspots climáticos, áreas afetadas por impactos climáticos).

GRÁFICO 1. DADOS SOBRE MOBILIDADE HUMANA, MUDANÇA DO CLIMA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NOS DEPARTAMENTOS DE ESTATÍSTICA



Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

QUADRO 5. INICIATIVAS DESTACADAS – SISTEMAS DE ESTATÍSTICAS AMBIENTAIS E INDICADORES CLIMÁTICOS QUE PODEM SER UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE DADOS SOBRE MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

No que diz respeito às estatísticas ambientais, destacam-se o Sistema de Estatísticas Básicas Ambientais (SEBA), criado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) do Chile, e o Sistema Nacional de Informação Ambiental (SINIA), do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) do Peru. O SEBA permite classificar e organizar as informações estatísticas sob a forma de variáveis ambientais, sintetizando os dados por eventos, frequência, áreas afetadas, número de moradias afetadas, bem como o número de pessoas afetadas, abrigadas, feridas, desaparecidas e falecidas. Ainda que indiretamente, a combinação das variáveis “eventos”, “pessoas afetadas” e “abrigadas” pode fornecer indícios importantes sobre a mobilidade humana no contexto climático e de degradação ambiental. Por sua vez, o SINIA facilita a sistematização, o acesso e a distribuição de informação ambiental (incluindo estatísticas sobre alterações climáticas), bem como a utilização dos dados como subsídio para apoiar os processos de tomada de decisões e gestão ambiental.

Em relação aos indicadores climáticos, destacam-se os conjuntos de dados climáticos no Anuário Estatístico Nacional de 2022 do INE do Uruguai, no Anuário Estatístico da República Argentina, bem como no Portal de Dados Abertos do Departamento Nacional de Estatística do Brasil. Constatou-se que os dados e indicadores climáticos são produzidos pelos países e, mesmo que não incluam a perspectiva da mobilidade humana, poderiam contribuir para identificar condições climáticas que impulsionam os movimentos populacionais.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

Em relação aos órgãos migratórios, no âmbito dos procedimentos estabelecidos nos portos de entrada, todos os passageiros (residentes e visitantes) que chegam ou partem de qualquer um dos dez países devem preencher cartões de entrada ou saída. Cada país possui seu próprio cartão¹³, incluindo Bolívia, Equador, Peru e Venezuela, que utilizam versões adaptadas do documento fornecido pela Comunidade Andina (CAN)¹⁴. Isto indica que, até a presente data, não existe um formulário comum utilizado pelos países da região e os dados colhidos pelos serviços nacionais de imigração não estão harmonizados. Através dos cartões existentes, os dez departamentos de migração recolhem informações demográficas e pessoais, entre outros dados administrativos, como o tipo de documento apresentado na entrada no país. Enquanto os dados coletados pelo Paraguai limitam-se ao nome, nacionalidade e data de nascimento, os formulários dos outros nove países também solicitam informações sobre idade, estado civil, país de residência, profissão e outros.

Os cartões de entrada e saída da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela

também solicitam informações relativas à duração da estadia, permitindo determinar adequadamente o tempo que os passageiros pretendem permanecer nos respectivos territórios nacionais. Com exceção do Peru, os cartões dos demais países também possuem um campo relativo ao motivo da visita. Enquanto a Bolívia, a Colômbia e o Paraguai coletam informações sem listar opções, as opções elencadas pelos demais países geralmente incluem: conferências ou congressos, negócios ou trabalho, turismo ou férias, educação e outros, sem levar em conta fatores ambientais (p. ex., condições meteorológicas e desastres) como possíveis impulsionadores dos movimentos migratórios.

O estudo permitiu identificar um caso na região que recolhe informação sobre migração associada a fatores ambientais/climáticos. Trata-se da pesquisa de caracterização no âmbito do processo de regularização migratória estabelecido pelo Estatuto Temporário de Proteção para venezuelanos(as) (ETPV), que ao questionar os motivos oferece a opção de selecionar uma categoria sobre desastres. Para além deste instrumento específico e limitado, não foram encontradas nos

¹³ Cartão Único Migratório (Argentina), Cartão Andino de Migração (Bolívia), Cartão de Entrada e Saída (Brasil), Registro Nacional de Estrangeiros (Chile), Cartão Migratório Único (Colômbia), Cartão Andino de Migração (Equador), Cartão Migratório (Paraguai), Cartão Andino de Migração (Peru), Cartão Andino de Migração (Uruguai) e Cartão Andino de Migração (Venezuela).

¹⁴ La Comunidad Andina (CAN) es una organización internacional creada para alcanzar el desarrollo integral y autónomo en común de los Estados y los pueblos andinos. Está compuesto por cuatro países andinos: Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú. Venezuela anunció su retirada del CAN en 2006. Hasta 1969 era conocida como Pacto o Grupo Andino.

departamentos nacionais de migração bases de dados ou repositórios oficiais sobre migração que contenham informações relacionadas com os movimentos populacionais no contexto das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Os países geralmente dispõem de sistemas que lhes permitem administrar toda a informação recolhida sobre o número de pessoas que entram ou saem do país e se são ou não residentes.

Embora o departamento nacional responsável por esses dados na Venezuela prepare estatísticas migratórias utilizadas apenas por entidades estatais, as direções gerais de migração da Argentina, Colômbia, Bolívia e Paraguai possuem bases de dados abertas com informações sobre a entrada e saída internacional de nacionais e estrangeiros dos países.

QUADRO 6. INICIATIVAS DESTACADAS – BASES DE DADOS OU REPOSITÓRIOS OFICIAIS SOBRE IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO COM CAPACIDADE PARA INCLUIR INFORMAÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

AR
Argentina

O Registro Nacional das Pessoas (RENAPER) do Ministério do Interior dispõe de um Sistema Estatístico de População com informações sobre a população estrangeira residente. A Direção Nacional de População publicou o relatório Mobilidade residencial da população de origem estrangeira na Argentina (2023), e o estudo sobre a caracterização da migração internacional na Argentina com base nos registros administrativos do RENAPER (2022).

BR
Brasil

o Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) e o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) chamam a atenção para a desagregação dos dados e a padronização das informações disponíveis, respectivamente. O primeiro fornece dados sobre a data e o porto de entrada, país de nascimento, continente, classificação e sexo, faixa etária, estado civil e profissão, mas não informa o motivo da migração. O segundo coordena a compilação e promove a harmonização dos dados sobre migração, disponíveis na base de dados DataMigra e publicados em relatórios mensais e anuais.

CO
Colômbia

O Sistema de Plataforma de Informação Migratória (PLATINUM) da Colômbia, da Unidade Administrativa Especial Migração Colômbia (UAEMC), gerencia as informações de entrada e saída de pessoas do país para a verificação de passageiros e registro da operação gerada em cada um dos Postos de Controle Migratório. As informações são desagregadas por sexo e faixa etária.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

Finalmente, os dados sobre as alterações climáticas nos países que compõem a região têm o potencial de contribuir para a identificação de contextos de risco e impactos que podem influenciar os padrões de mobilidade humana. Foram identificados iniciativas e trabalhos em andamento de diferentes repartições

nacionais que, embora não integrem a perspectiva migratória, poderiam contribuir para a identificação das condições climáticas que podem causar movimentos populacionais ou comunidades afectadas, além de dados sobre a matéria.

QUADRO 7. INICIATIVAS E PRÁTICAS QUE PODERIAM PROMOVER A PRODUÇÃO DE DADOS E EVIDÊNCIAS SOBRE PADRÕES MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

AR Argentina: as informações sobre as mudanças climáticas encontram-se na Plataforma do Sistema Integrado de Informação Ambiental, no Sistema de Mapas de Riscos e Mudança do Clima (SIMARCC) e no Relatório do Estado do Meio Ambiente (2021), no Geoportal do Ministério de Obras Públicas (GEOMOP), com dados sobre a adaptação a extremos climáticos.

BO Bolívia: la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra (APMT) presenta datos de escenarios de cambio climático con variables climáticas y temporales.

BR Brasil: o Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas (AdaptaBrasil) fornece dados sobre riscos climáticos relativos a critérios de vulnerabilidade, ameaça e exposição. Além disso, o Observatório de Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fornece informações e indicadores relativos a eventos extremos e outros fatores climáticos.

CH Chile: o Atlas de Riscos Climáticos e Ambientais apresenta mapas de riscos climáticos, como ferramentas de monitoramento

e previsão do Ministério do Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres (SENAPRED).

CO Colômbia: a Direção de Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos dispõe de uma ferramenta de Monitoramento e Avaliação da Adaptação. O Sistema Nacional de Indicadores de Adaptação à Mudança do Clima (SNIACC) possui indicadores relativos à capacidade de adaptação, ameaças, vulnerabilidade e potenciais impactos.

EC Equador: IA Plataforma de Adaptação à Mudança do Clima do Equador fornece informações e mapas de ameaças climáticas. Os modelos de Fichas para elaboração de Perfis de Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas previstos no Plano Nacional de Adaptação irão coletar informações sobre ameaças, riscos e impactos climáticos nos sistemas humanos, que podem integrar os movimentos de pessoas associados ao clima.

PA Paraguai: o projeto “Fortalecimento das capacidades governamentais no Paraguai frente à mobilidade das comunidades indígenas, com abordagem de

gênero, no contexto das mudanças climáticas, degradação ambiental e desmatamento”, desenvolvido pelo Instituto Paraguai do Indígena (INDI) em colaboração com o escritório nacional da OIM, dispõe de um questionário com perguntas sobre mobilidade humana, fenômenos climáticos e ambientais, bem como mecanismos de adaptação, o que contribui para gerar informações sobre o fenômeno.

VE Venezuela: o relatório Mapas de Riscos Comunitários: Estratégias de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, publicado pelo Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo, apresenta estratégias para a gestão dos impactos das mudanças climáticas. Recomenda a utilização do Instrumento de Planejamento para o Processo de Construção de Mapas de Risco Comunitário, documento que apresenta o processo de elaboração de instrumentos de coleta de informações com base em critérios para definir o nível de ameaças (p. ex., deslizamentos, inundação, terremoto), nível de vulnerabilidade (condições das moradias e das comunidades), bem como recursos disponíveis para resposta a emergências.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023

Em conclusão, até o presente momento, e com exceção do ETPV da Colômbia, os processos que permitem a coleta de informações nos diferentes portos de entrada ou saída dos países que compõem a América do Sul não facilitam a obtenção de dados sobre padrões migratórios associados às alterações climáticas e da degradação ambiental. Além da reformulação dos cartões de entrada e saída existentes, a inclusão de novas variáveis nos sistemas ou bases poderia permitir o tratamento de dados sobre o assunto. Da mesma forma, com exceção do Uruguai e da Colômbia, os departamentos nacionais de estatística não geram estatísticas e indicadores sobre migração no contexto ambiental ou climático, nem estatísticas e indicadores ambientais –incluindo os climáticos– que possam ser utilizados para o desenvolvimento de dados sobre a matéria. Os dados existentes sobre migração, ambiente e alterações climáticas não apresentam escalas espaciais e temporais semelhantes, dificultando a combinação de informações e a produção de dados comparáveis sobre a mobilidade humana no contexto das alterações climáticas e da degradação ambiental nos países da região analisados.

Note-se, por fim, que as experiências isoladas que registram a migração associada a fatores ambientais não indagam sobre os processos de evolução lenta (secas, degradação ambiental, elevação do nível do mar, etc.) pelo que os dados sobre essas dinâmicas ainda permanecem invisibilizados na região.

4.2 OS DESLOCAMENTOS

Dados relativos ao deslocamento, especialmente no contexto de desastres, foram identificados nos países analisados. São produzidas estatísticas, indicadores,

mapas e geoinformações que contribuem para a identificação de deslocamentos, bem como de áreas e comunidades expostas a ameaças e vulnerabilidades socioambientais que possam indicar risco de deslocamento. O estudo identificou instrumentos de coleta, compilação e divulgação de dados e sistemas de informação que integram a perspectiva de deslocamento associado a fatores ambientais ou que têm o potencial de fazê-lo.

Os dados sobre desastres são os que apresentam maior potencial para gerar informações sobre contextos de deslocamento através das ferramentas de coleta de dados sobre eventos e ameaças e sobre os sistemas de informação sobre desastres. Nove dos países estudados adotam pelo menos uma ferramenta de coleta de dados sobre desastres¹⁵ que, embora não integrem as categorias específicas de “pessoas deslocadas” ou “deslocamento”¹⁶, adotam categorias de danos humanos relacionadas com contextos de deslocamento, como “pessoas evacuadas”, “pessoas abrigadas” ou “pessoas afetadas e prejudicadas”, que indicam deslocamento.

Além disso, os dados relativos aos danos habitacionais são subsídios importantes para identificar situações de deslocamento, bem como informações sobre os danos aos meios de subsistência que podem contribuir para a identificação de pessoas em risco de deslocamento. Informações prévias sobre contextos de risco, exposições e emergências ambientais (p. ex., a Ficha de Perigo Iminente do Peru e a Ficha Básica de Emergência Hídrica, FIBEH, Chile) são úteis para identificar o risco de deslocamento e para orientar a adoção de medidas preventivas.

¹⁵ Não foi possível identificar se a Venezuela possui uma ferramenta de coleta de dados.

¹⁶ O Brasil incluía a categoria específica de “deslocamento” nos formulários de coleta de dados de desastres anteriores, no formulário de Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED) e no Formulário de Avaliação de Danos (AVADAN). Essa categoria foi excluída do atual Formulário de Informações do Desastre (FIDE).

TABELA 1. CATEGORIAS SOBRE DANOS HUMANOS E MATERIAIS DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO DE DESASTRES ASSOCIADAS A DESLOCAMENTOS

PAÍS	FONTE	CATEGORIAS	DANOS MATERIAIS (HABITAÇÃO E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA)
Argentina	a) Relatórios sobre eventos do SINAGIR.	a) Pessoas evacuadas, autoevacuadas, isoladas e assistidas.	n/a ¹⁷
Bolivia ¹⁸	a) Formulário EDAN; b) Formulário EDAN do Ministério da Educação (EDAN Educação); c) Relatórios Nacionais de Danos do VIDECL.	a) População afetada, famílias afetadas e famílias que sofreram danos; b) Pessoas afetadas da comunidade educacional; c) Pessoas que sofreram danos, abrigadas e evacuadas.	a) Danos à moradia (parciais ou totais); b) Apenas aos danos materiais da unidade educacional; c) Moradias afetadas e destruídas.
Brasil	a) FIDE ¹⁹	a) Pessoas desalojadas, desabrigadas (sem moradia) e outras pessoas afetadas.	a) Moradias danificadas e destruídas.
Chile	a) Relatórios ALFA e DELTA do Sistema de Avaliação de Danos e Necessidades em Situações de Emergência e Desastre; b) FIBE; c) FIBEH; d) Relatórios Estatísticos do ONEMI e Relatório Anual de Ambiente do INE (2022).	a) Pessoas abrigadas, afetadas e que sofreram danos; b) Moradias afetadas; c) Moradias em situação de emergência diante da crise hídrica; d) Afetados, vítimas, abrigados, isolados, evacuados.	a) Moradias danificadas e não habitáveis; b) Danos à moradia e pessoas cujo trabalho foi afetado; c) Informações sobre a moradia; d) Danos à moradia.
Colômbia ²⁰	a) R.U.D.; b) EDAN.	a) Pessoas que sofreram danos; b) Pessoas e famílias afetadas.	a) Bens imóveis afetados, colheitas perdidas, danos agropecuários; b) Danos à moradia.
Equador ²¹	a) EVIN por Eventos Perigosos; b) Ficha de Coleta de Informações para Famílias Afetadas/Prejudicadas; c) Formulário EDAN para Instituições de Ensino (EDAN Educação); d) Relatórios de SitRep; e) Relatórios de monitoramento de ameaças e eventos perigosos.	a) Pessoas afetadas, prejudicadas, evacuadas e abrigadas, pessoas e agregados familiares que precisam de alojamento; b) Pessoas afetadas, prejudicadas, evacuadas, abrigadas e necessitadas de alojamento; c) Pessoas da comunidade educacional evacuadas e famílias abrigadas ²² ; d) Famílias afetadas, pessoas alojadas e pessoas evacuadas; e) Pessoas afetadas, prejudicadas e evacuadas.	a) Danos à moradia (temporariamente inabitáveis, dano parcial habitável, dano total inabitável) e danos aos meios de subsistência; b) Danos à moradia (temporariamente inabitáveis, dano parcial habitável, dano total inabitável); c) Apenas danos materiais à infraestrutura e bens da instituição de ensino; d) Danos às moradias; e) Não há dados sobre danos materiais.

¹⁷ Não foi possível acessar formulários ou bases de dados sobre desastres na Venezuela. A respeito da Argentina, foi possível acessar parcialmente as informações.

¹⁸ O Glossário de Termos e Conceitos da Gestão do Risco de Desastres para os países membros da Comunidade Andina (2018), considera "afetado" um termo guarda-chuva que inclui não apenas as pessoas deslocadas, mas também aquelas evacuadas e realocadas, ou pessoas que sofreram danos diretos nos seus meios de subsistência ou bens econômicos, físicos, sociais, culturais ou ambientais.

¹⁹ Os formulários NOPRED e AVADAN, que foram substituídos pelo FIDE, recolhiam dados sobre pessoas deslocadas, desalojadas, desabrigadas (sem moradia) e afetadas, bem como sobre edificações danificadas e destruídas

²⁰ Vide nota nº 18

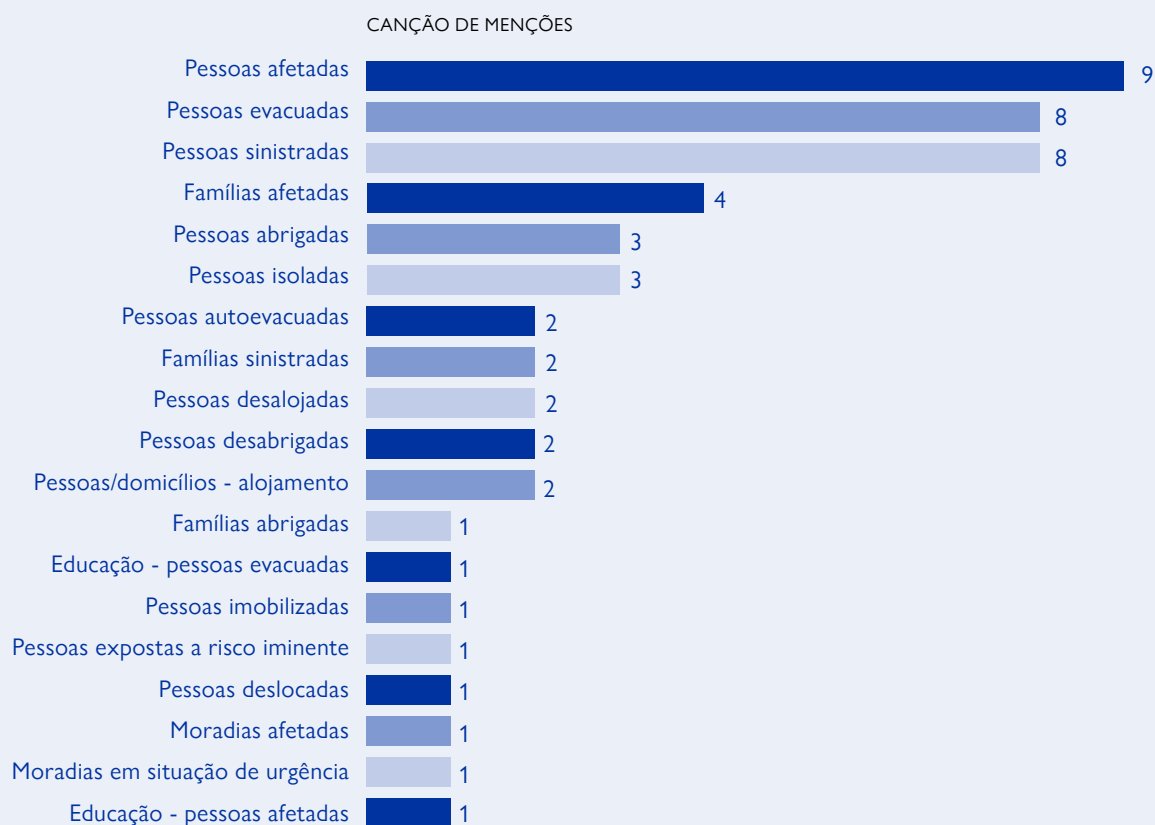
²¹ Vide nota nº 18

²² Quando a instituição educacional é utilizada como abrigo temporário.

PAÍS	FONTE	CATEGORIAS	DANOS MATERIAIS (HABITAÇÃO E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA)
Paraguai	a) Formulário EDAN.	a) Pessoas afetadas e pessoas que sofreram danos.	a) Moradias afetadas e destruídas.
Peru ²³	a) Formulário EDAN; b) Formulário de Avaliação Rápida; c) Cadastro Familiar; d) Ficha de Perigos Iminentes; e) Registro de meios de subsistência; f) Formulário EDAN Saúde	a) Famílias e pessoas prejudicadas e afetadas, moradia afetada ou danificada, meios de subsistência afetados; b) Pessoas presas e isoladas; c) Pessoas prejudicadas e afetadas; d) Pessoas expostas a risco iminente; e) Não fornece dados sobre danos humanos; f) Pessoas que sofreram danos e pessoas evacuadas.	a), b) c) d) Casas afetadas e danificadas, inabitáveis ou destruídas; a), e) Danos aos meios de subsistência; f) Danos à moradia e à saúde.
Uruguai	a) Relatório de Situação.	a) Pessoas evacuadas, autoevacuadas e outros efeitos sobre a população.	a) Moradias afetadas e destruídas.
Venezuela	n/a	n/a	n/a

Fonte: Tabela elaborado pelos autores, 2023.

GRÁFICO 2. CATEGORIAS DE DANOS HUMANOS NO CONTEXTO DE DESASTRES ASSOCIADAS AO DESLOCAMENTO



Fonte: Tabela elaborado pelos autores, 2023.

²³ Vide nota nº 18

Dos países estudados, oito possuem sistemas e bases de dados sobre desastres, ou fornecem informações através de departamentos nacionais de desastres, que incluem danos humanos, riscos e ameaças, os quais

contribuem para a caracterização de contextos de deslocamento ou de risco de deslocamento; e no caso de dois países não foi possível acessar as ferramentas de informação (Paraguai e Venezuela).

TABELA 2. SISTEMAS E BASES DE DADOS DE DESASTRES

PAÍS	SISTEMAS / BASES DE DADOS	INFORMAÇÕES DE INTERESSE
Argentina	SINAME	<ul style="list-style-type: none"> • Danos humanos (evacuados, autoevacuados, isolados, auxiliados, afetados e falecidos); • Mapeamento de eventos; • Análise de estado das ameaças; • Mapas de ameaças e vulnerabilidades.
Bolívia	SINAGER-SAT – OND	<ul style="list-style-type: none"> • Registra e consolida informações sobre eventos adversos, por meio da avaliação de danos e necessidades.
Brasil	S2iD	<ul style="list-style-type: none"> • Danos humanos (mortos, feridos, doentes, desalojados, desabrigados (sem moradia), desaparecidos e outros afetados); • Período de acontecimento do desastre; • Tipo de desastre; • Localização; • População da área afetada; • Danos (humanos, materiais e ambientais) e perdas econômicas públicas e privadas.
Chile	SINAPRED	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de evento, magnitude e área afetada; • Relatórios de incidentes ou emergências; • Relatórios estatísticos (tipo de evento, localização, pessoas afectadas, danos humanos, danos em infra-estruturas (com menção de danos a moradias) e serviços públicos); • Plataforma ‘Desastres na Memória’: informações sobre os principais desastres ocorridos no país.
Colômbia	Sistema Nacional de Informação para a Gestão do Risco de Desastres	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios e mapas de eventos e emergências, com dados sobre eventos, localização, danos humanos (falecidos, feridos, desaparecidos, afetados), danos a moradias; • Dados sobre pessoas afetadas por desastres, obtidos através do formulário R.U.D., disponível no Cadastro Único Nacional de Vítimas
Equador	Secretaria de Gestão de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de situação; • Relatórios de monitoramento de ameaças e eventos; • Níveis de alerta e comunicados vigentes; • Danos humanos (pessoas afetadas, falecidas, feridas, desaparecidas, abrigadas e evacuadas; moradias danificadas).
Paraguai	Não foi possível acessar as ferramentas, embora segundo o mandato da Secretaria de Emergência Nacional presume-se que recuperam dados sobre deslocamentos.	

PAÍS	SISTEMAS / BASES DE DADOS	INFORMAÇÕES DE INTERESSE
Peru	SIGRID e Bases de Dados de Informações Estatísticas do INDECI	<ul style="list-style-type: none"> • O SIGRID possui Cenários de Risco, com análise de exposição socioeconômica a desastres; e do EVAR, que considera a preparação e capacidade para evacuação; • O INDECI dispõe de Relatórios de Emergência (eventos por ano e localidade, danos humanos (pessoas afetadas, feridas, desaparecidas e falecidas), danos em moradias e locais públicos, infraestruturas e agricultura) e Compêndios Estatísticos (emergências por período e localização, pessoas afetadas, feridas, desaparecidas e falecidas, casas destruídas e danificadas, outros danos materiais).
Uruguai	MIRA	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico de eventos fornece informações sobre pessoas evacuadas e autoevacuadas, tipo de evento e localização, outros danos humanos; • Dados sobre o índice de riscos devido a eventos extremos, com indicadores de fragilidade social e falta de resiliência.
Venezuela	Não foi possível acessar as ferramentas, embora segundo o mandato do Sistema Nacional de Gestão de Riscos presume-se que recuperam dados sobre deslocamentos.	

Fonte: Tabela elaborado pelos autores, 2023.

Foram também identificadas propostas e iniciativas para promover a identificação, o registro e a produção de dados de deslocamento no contexto das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental.

QUADRO 8. INICIATIVAS DESTACADAS - PRODUÇÃO DE DADOS SOBRE DESLOCAMENTO ASSOCIADO A FATORES AMBIENTAIS

BO
Bolívia

Foi concebido um Registro de Intervenção de Vítimas (RIDA) para registrar com mais especificidade as necessidades e os dados de pessoas deslocadas, articulado com o EDAN, e que aguarda procedimentos administrativos e regulatórios para sua implementação.

CH
Chile

O Ministério do Meio Ambiente e o SENAPRED estão desenvolvendo, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), uma metodologia para gerar modelos preditivos de mobilidade humana devido a mudanças climáticas e desastres. A Pesquisa de Caracterização Socioeconômica Nacional do Ministério de Desenvolvimento Social (CASEN) 2017 do Ministério do Desenvolvimento Social e Família inclui perguntas sobre danos às moradias causados por desastres que podem contribuir para a identificação de casos de deslocamento.

CO
Colômbia

A Direção de Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos desenvolve uma ferramenta para Avaliação de Danos e Análise de Necessidades Ambientais Pós-Desastre Continental (EDANA C), que inclui uma avaliação inicial de danos, identificação e estimativa de perdas e de necessidades ambientais.

PA
Paraguai

Projeto do INDI, em colaboração com a OIM Paraguai, relacionado à prevenção do deslocamento de comunidades indígenas devido às mudanças climáticas e à degradação ambiental, contribui para a produção de informações.

UY
Uruguai

O Plano Nacional de Gestão Integral de Riscos de Emergências e Desastres (2020) tem entre seus objetivos estabelecer um banco de dados de perdas e danos no contexto de desastres. Por outro lado, o Censo de 2023 é o primeiro censo da região que indaga sobre deslocamentos devido a desastres.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

Os indicadores e estatísticas sobre desastres, alterações climáticas, ambiente e mobilidade são produzidos por outros departamentos nacionais, como os departamentos de estatística e de ambiente. Em alguns casos fornecem informações sobre danos humanos associados a desastres que podem estar

relacionadas com deslocamentos (6 dos 10 países). Em outras situações, são dados gerais que, embora não abordem diretamente o deslocamento, poderiam ajudar a identificar populações e áreas expostas a ameaças com risco de deslocamento.

TABELA 3. ESTATÍSTICAS E INDICADORES RELATIVOS A DESASTRES NOS DEPARTAMENTOS DE ESTATÍSTICAS E BASES DE DADOS AMBIENTAIS

PAÍS	DEPARTAMENTOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICAS ²⁴	BASES DE DADOS AMBIENTAIS
Argentina	n/a	Eventos extremos, desastres e riscos, sem detalhamento de danos humanos (Sistema de Estatísticas Ambientais e Plataforma de Sistema Integrado de Informações Ambientais).
Brasil	População exposta a áreas de risco de desastre	Risco de impacto em desastres geohidrológicos, índices de vulnerabilidade, exposição e ameaça (AdaptaBrasil). Eventos extremos, pessoas deslocadas, despejadas e sem moradia (desabrigadas) (Observatório de Clima e Saúde).
Chile	Pessoas afetadas, abrigadas e pessoas que sofreram danos, moradias afetadas	Impactos climáticos, eventos extremos e desastres (SINIA).
Colômbia	Dados do cadastro único de vítimas	Vulnerabilidade, risco e adaptação (SIAC). Capacidade de adaptação, ameaças, vulnerabilidade e impactos (SNIACC).
Equador	Eventos extremos e desastres com dados de pessoas abrigadas e evacuadas	Vulnerabilidade às mudanças climáticas com base na capacidade de adaptação (SINIAS). Cadastro Único de Vítimas do Terremoto de 2016.
Paraguai	Riscos de desastres no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Eventos climáticos, incluindo indicadores de vulnerabilidade (SAI).
Peru	Pessoas afetadas e que sofreram danos, moradias afetadas e destruídas.	Indicadores de gestão de risco de desastres com dados sobre pessoas e moradias afetadas e danificadas (SINIA).
Uruguai	Riscos climáticos e de inundações das moradias (Pesquisa Contínua de Moradias 2022).	Pessoas afetadas por eventos adversos, incluindo pessoas evacuadas e autoevacuadas (Observatório Território Uruguai).
Venezuela	Estatísticas ambientais	Informações climáticas para os processos de mitigação, adaptação e monitoramento (ONCC) ²⁵ .

Fonte: Tabela elaborado pelos autores, 2023.

²⁴ Vide nota 12.

²⁵ Não foi possível obter informações detalhadas sobre o Observatório para identificar os dados produzidos e se possuem relação com o deslocamento.

Dados sobre áreas de risco, ameaças, vulnerabilidades e comunidades expostas também estão disponíveis. Embora não forneçam informações específicas sobre deslocamento, são essenciais para identificar e avançar na produção de evidências sobre contextos de risco de deslocamento. Dados e mapas de riscos, ameaças e vulnerabilidades associados a desastres e alterações

climáticas que contribuem para a identificação de contextos de risco de deslocamento estão disponíveis nos dez países²⁶. Esta informação é igualmente importante para orientar e potencial medidas preventivas e políticas públicas de redução e gestão de riscos que incorporem a perspectiva da mobilidade, na sua forma mais específica de deslocamento forçado.

QUADRO 9. INICIATIVAS DESTACADAS – GERAÇÃO DE EVIDÊNCIAS SOBRE DESLOCAMENTO NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL²⁷

Dados sobre os impactos climáticos nas áreas costeiras e população exposta, que podem ser aprimorados para identificar contextos de risco de deslocamento, estão disponíveis no Chile (SINIA) e no Uruguai (Observatório Ambiental Nacional).

AR Argentina: ACUMAR apresenta dados de risco de desastres relacionados à vulnerabilidade social. O GEOMOP apresenta dados sobre riscos hídricos e adaptação a extremos climáticos.

BO Bolívia: o microsite Risco de desastres e adaptação à mudança do clima da Unidade de Gestão de Riscos Hidrológicos, Projetos e Questões Estratégicas fornece dados sobre pessoas afetadas por desastres específicos.

BR Brasil: AdaptaBrasil fornece dados sobre vulnerabilidade e exposição a desastres.

CH Chile: o Portal de Mapas do INE inclui nos dados sobre

assentamentos humanos aqueles afetados por emergências; o SINIA fornece dados sobre as populações costeiras expostas a impactos climáticos.

CO Colômbia: o Sistema Nacional de Informação para Gestão do Risco de Desastres apresenta informações sobre danos humanos e materiais, incluindo moradias destruídas e danificadas. O visualizador de redução de risco permite identificar emergências e desastres.

EC Equador: o Atlas de espaços geográficos expostos a ameaças identifica comunidades a serem evacuadas e fornece informações sobre evacuação, pessoas abrigadas

e pessoas que perderam suas casas. O Geoportal da Secretaria de Gestão de Riscos inclui dados sobre moradias expostas a riscos, moradias destruídas e afetadas, abrigos e famílias anfitriãs.

UY Uruguai: o Monitor Integral de Riscos e Danos (MIRA) da Direção Nacional de Emergências apresenta informações geográficas que vinculam o histórico de eventos com dados sobre pessoas evacuadas e autoevacuadas. Dados sobre os impactos climáticos nas zonas costeiras e população exposta, que podem ser aprimorados para identificar contextos de risco de deslocamento disponíveis no Observatório Ambiental Nacional.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

²⁶ Argentina (Informação Geoespacial para a Gestão Integral do Risco de Desastres - IG-GIRD, SINAME e GEOMOP), Bolívia (GeoSINAGER, Plataforma DEWETRA), Brasil (Cemaden, BATER e AdaptaBrasil), Chile (Visualizador Chile preparado de SENAPRED, Atlas de Riscos Climáticos e Ambientais), Colômbia (Atlas de Riscos da UNGRD), Equador (Plataforma sobre Adaptação às Mudanças Climáticas, Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia, Atlas de espaços geográficos expostos a ameaças), Paraguai (Visualizador de Cenários Climáticos da DNCC, Atlas de Riscos de Desastres), Peru (Sistema de Informação para Gestão do Risco de Desastres - SIGRID, GeoVivienda, Instituto Geofísico do Peru), Uruguai (Monitor Integral de Riscos e Danos - MIRA, Compêndio de Mapas de Risco, Atlas de Riscos, Sistema de Informação Geográfica da Direção Nacional de Águas - DINAGUA) e Venezuela (Mapas de Risco Comunitários).

²⁷ Para um panorama detalhado dos sistemas e ferramentas disponíveis nos dez países da região que podem contribuir para gerar dados e evidências sobre deslocamentos no contexto das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental, consulte as Fichas Técnicas de países em anexo.

São identificadas três categorias de dados: (i) dados obtidos a partir de registros e ferramentas de coleta sobre deslocamentos associados a algum fator ambiental/ climático ou que utilizam categorias de danos humanos associadas ao deslocamento (evacuados, abrigados, despejados, etc.); (ii) indicadores, estatísticas e outros dados de organizações não ligadas estritamente a desastres, relacionados com riscos, ameaças e vulnerabilidades que incluem informações específicas relativas a deslocamentos, e (iii) dados relativos a riscos, ameaças e exposição a desastres e alterações climáticas que, associados a fatores de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, poderiam contribuir para a identificação do risco de deslocamento (embora ainda não o façam). Como principais desafios para a produção de dados de deslocamento na região, destaca-se a falta de harmonização e alinhamento conceitual das categorias utilizadas nos instrumentos de coleta de dados, o que não só torna complexa uma abordagem coordenada, mas também dificulta a concepção de políticas públicas abrangentes que consigam responder às necessidades de todo o processo de deslocamento; bem como a dispersão das informações e a necessidade de reforçar a coordenação entre os diferentes departamentos e atores envolvidos na produção e gestão de dados sobre a matéria.

4.3 A REALOCAÇÃO PLANEJADA

Alguns países da região têm programas e regulamentos específicos relacionados com a realocação planejada de pessoas e comunidades localizadas em áreas de risco e fornecem dados gerais sobre estes programas e pessoas beneficiadas. Sete dos dez países fornecem algum tipo de informação sobre processos de realocação, que variam desde dados estruturados (especialmente Uruguai) até dados sobre contextos e processos específicos ou locais (p. ex., Argentina, Chile e Colômbia). No entanto, não foram identificadas medidas específicas para sistematizar e explorar esses dados, como a produção de estatísticas e indicadores, desagregação que permitiria análises de abordagens de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade, ou o desenvolvimento de bases de dados estruturadas para a concepção de políticas públicas abrangentes. Identificam-se bases de dados existentes que poderiam incluir esse tipo de dados (p. ex., GeoVivienda no Peru ou o GEOMOP na Argentina). Por outro lado, todos os países da região produzem dados gerais que permitem identificar áreas e comunidades expostas a riscos de desastres e climáticos, o que poderia servir de subsídio para programas de realocação planejada.

TABELA 4. DADOS RELATIVOS À REALOCAÇÃO PLANEJADA

PAÍS	DADOS ESPECÍFICOS	DADOS COM POTENCIAL PARA IDENTIFICAR ÁREAS E POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RISCO
Argentina	Informações sobre processos de realocação e assuntos relacionados (áreas de risco e exposição a ameaças ambientais) (ACUMAR).	Dados sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais (IG-GIRD, SINAME e GEOMOP).
Bolívia	n/a	Previsão e monitoramento de riscos, vulnerabilidade e exposição (DEWETRA e GeoSINAGER do SINAGER-SAT).
Brasil	n/a	Áreas e comunidades expostas a desastres e ameaças climáticas (CNM, IBGE e Cemaden, BATER e Adapta Brasil).
Chile	Reconstrução de áreas afetadas por desastres, soluções em matéria de moradia e realocação, famílias afetadas e beneficiadas (Ministério da Habitação e Urbanismo).	Exposição às inundações devido a tsunami (Indicadores e Padrões de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Urbano do CNDU e do INE). Ameaças e áreas expostas a riscos de desastres (Visualizador Chile Preparado do SENAPRED).

PAÍS	DADOS ESPECÍFICOS	DADOS COM POTENCIAL PARA IDENTIFICAR ÁREAS E POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RISCO
Colômbia	Reassentamento em intervenção de moradias em condições de alto risco (Sistema de Informação para a Gestão do Risco e Mudança do Clima de Bogotá).	Riscos e ameaças (SNGRD e Atlas de Riscos da UNGRD).
Equador	Informação pontual sobre famílias realocadas, programas para realocação de famílias afetadas em eventos específicos (SitRep).	Áreas expostas a riscos de desastres climáticos (Plataforma de Adaptação às Mudanças Climáticas, Geoportal da Secretaria de Gestão de Riscos, Atlas de Espaços Geográficos Expostos a Ameaças).
Paraguai	Casos específicos de realocação planejada de áreas com risco de inundação (Plano Nacional de Implementação do Marco de Sendai).	Ameaças recorrentes e vulnerabilidades (Atlas de Risco de Desastres).
Peru	n/a	Moradias vulneráveis e programas de proteção de moradias diante de desastres (GeoVivienda). Níveis de vulnerabilidade e resiliência, áreas e comunidades expostas a riscos (SIGRID e Base de Dados de Informação Estatística do INDECI).
Uruguai	Realocações desde áreas urbanas propensas a inundações ou contaminadas, número de famílias realocadas, motivo e destino (Ministério da Habitação e Organização Territorial).	Exposição a inundações e erosão costeira que contribuem para identificar comunidades que possam necessitar de realocamento (Observatório Ambiental Nacional).
Venezuela	Pessoas beneficiadas cujas moradias foram afetadas por chuvas (Projeto Grande Missão Habitacional).	Poderia incluir a realocação desde áreas afetadas (SIGEPROCC). Dados sobre danos causados por inundações a moradias (Universidade Bolivariana da Venezuela).

Fonte: Tabela elaborado pelos autores, 2023.

Alguns países da região têm políticas, programas e quadros regulamentares específicos para apoiar processos de realocação planejada de pessoas e comunidades em áreas expostas a riscos ambientais.

Os resultados dessas iniciativas poderão gerar subsídios para alimentar a produção de dados sistematizados sobre esses processos.

QUADRO 10. INICIATIVAS DESTACADAS – REALOCAÇÃO PLANEJADA

AR
Argentina

Desenvolve o Quadro de Política de Reassentamento, como parte integrante do Quadro de Gestão Ambiental e Social do Projeto de Infraestrutura Resiliente ao Clima para Gestão do Risco de Inundações Urbanas.

EC
Ecuador

O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Habitação (MIDUVI) desenvolve o Projeto Nacional de Gestão de Riscos para Habitação, no âmbito do qual as famílias afetadas que perderam suas casas ou cujo terreno está em zona de risco, são realocadas para áreas seguras de baixa vulnerabilidade.

PE
Peru

Possui regulamentação específica sobre o tema, Lei nº 29.869/2012 sobre reassentamento populacional para áreas de risco não mitigável muito alto e sua regulamentação pelo Decreto Supremo nº 142-2021-PCM.

UY
Uruguai

O Plano Nacional de Realocação visa reverter processos de segregação social e fragmentação territorial associados a áreas urbanas propensas a inundações ou contaminadas, através da realocação da população.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

Os elementos destacados indicam a possibilidade de promover e fortalecer a produção de dados sobre este tema nos países da região, que implementam iniciativas notáveis na realização de processos de realocação de áreas expostas a riscos ambientais. Os dados destes processos precisam de sistematização e análise que permitam gerar evidências e informações detalhadas; informações que por enquanto permanecem concentradas em processos específicos. Cabe destacar a profusão de dados e informações nos dez países sobre riscos, ameaças, vulnerabilidades e comunidades mais expostas, o que poderia servir de subsídio para a identificação de contextos que exigem, ou poderiam eventualmente exigir, planos de realocação.

4.4 A IMOBILIDADE

O estudo sobre a imobilidade é relativamente recente, carecendo de critérios padronizados para sua caracterização que delimitem as diferentes nuances da imobilidade (p. ex., forçada ou voluntária), que impactam na produção de dados específicos sobre a matéria. Os dados que podem identificar situações de imobilidade incluem aqueles de populações isoladas/presas em eventos repentinos específicos, como é o caso da Argentina, Chile e Peru.

QUADRO 11. DADOS DE POPULAÇÕES PRESAS OU ISOLADAS

AR
Argentina

Os relatórios sobre eventos do Sistema Nacional para a Gestão Integral de Riscos (SINAGIR) sintetizam as informações que diferentes órgãos públicos elaboram sobre eventos ou emergências possíveis ou em andamento no território nacional. Fornecem informações sobre pessoas isoladas, sem estatísticas ou informações detalhadas sobre essas situações.

CH
Chile

A EDAN Saúde Mental fornece informações sobre os impactos do evento na comunidade, com dados - sem desagregação - sobre a existência de população isolada, o que pode contribuir para a identificação de situações de imobilidade forçada.

PE
Peru

O Formulário de Avaliação Rápida inclui pessoas presas e pessoas isoladas em suas categorias.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

Dados sobre áreas de risco e expostas a ameaças climáticas, vulnerabilidade climática, ambiental e socioeconômica, podem ser vinculados com dados sobre comunidades em risco ou afetadas, contribuindo para a caracterização de contextos de imobilidade. Os dados que poderiam contribuir para identificar a imobilidade dividem-se em: (i) dados com potencial para identificar áreas e populações em situação de risco, (ii) dados

com potencial para identificar a exposição a riscos de desastres articulados com dados socioeconômicos.

Os dados com potencial para identificar áreas e populações em risco são geralmente representados por mapas de risco, indicadores de planejamento urbano, sistemas de informação ambiental, sistemas tecnológicos de alerta e sistemas de informação geográfica.

QUADRO 12. EXEMPLOS DE DADOS DE ÁREAS E POPULAÇÕES EM RISCO

AR
Argentina

O GEOMOP do Ministério de Obras Públicas apresenta dados que permitem identificar populações expostas a desastres e riscos climáticos (riscos hídricos e adaptação a extremos climáticos, vulnerabilidade devido à falta de água e saneamento, áreas expostas a eventos específicos e moradias localizadas em áreas propensas a inundação ou perto de lixões).

BR
Brasil

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) possui um Sistema de Alerta e Visualização de Áreas de Risco (SALVAR) e o Mapa interativo da rede de observação do Cemaden para monitoramento do risco de desastres. Esta ferramenta facilita a previsão de riscos hidrológicos e geodinâmicos, pois permite combinar em um único ambiente previsões, dados em tempo real e dados passados, como precipitação acumulada, nível e vazão de rios.

EC
Equador

O Atlas de Espaços Geográficos Expostos a Ameaças apresenta mapeamento de ameaças por tipo de evento. O Atlas disponibiliza um visualizador de informações para gestão de riscos em relação a eventos e locais específicos, que permite identificar as comunidades e moradias afetadas e expostas a riscos. Alertas Equador também apresenta monitoramento de ameaças e mapas de áreas com ameaças, indicando os cantões que poderiam ser afetados.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

Por sua vez, dados relativos à exposição ao risco de desastres, articulados com dados socioeconômicos, incluem dados sobre moradias expostas a desastres e análises de vulnerabilidade, estatísticas sociodemográficas e sociais, atlas de risco de desastres, indicadores socioambientais, dados sobre segregação territorial e índice de riscos extremos. Esses dados poderiam contribuir para identificar contextos de imobilidade,

como populações que carecem de recursos para criar resiliência, insegurança alimentar, pobreza, entre outros. Os instrumentos de coleta de dados que podem identificar estes fatores incluem pesquisas domiciliares (incluindo estatísticas sociodemográficas e ambientais) e atlas de riscos que incluem as vulnerabilidades socioeconômicas dos domicílios.

QUADRO 13. EXEMPLOS DE DADOS SOBRE EXPOSIÇÃO A RISCO DE DESASTRES ARTICULADOS COM DADOS SOCIOECONÔMICOS

AR
Argentina

A Autoridade da Bacia Matanza Riachuelo (ACUMAR) colhe dados sobre áreas de risco, situação habitacional e exposição a ameaças ambientais articulados com dados socioeconômicos, pois realizou Avaliações Integradas de Saúde Ambiental em Áreas de Risco (EISAAR), com pesquisas sobre moradias e pessoas que contribuem para identificar populações Imobilizadas

PA
Paraguai

o Atlas de Risco de Desastres inclui um conjunto de mapas com (i) análise de ameaças, com mapas temáticos para as ameaças mais recorrentes; (ii) análise de vulnerabilidade, com mapas de vulnerabilidades socioeconômicas, físicas e institucionais ou de capacidade; (iii) cenários de risco, com informação gráfica dos riscos correspondentes às combinações entre diferentes níveis de ameaças e de vulnerabilidades. Essas análises são complementadas com fichas técnicas de dados estatísticos relevantes.

PE
Peru

As Avaliações de Risco de Desastres (EVAR) do Sistema de Informação para Gestão de Risco de Desastres (SIGRID) possuem um mapa de perigo e análise de vulnerabilidades, além de definir níveis de vulnerabilidade com base em critérios econômicos, sociais e ambientais. Por sua vez, a Pesquisa Nacional de Domicílios de 2023 inclui uma pergunta a respeito de se a moradia foi afetada nos últimos 12 meses por desastres (seca, tempestade, praga, inundação, etc.)

UY
Uruguai

o índice integrado de risco diante de eventos extremos (IREE) considera o risco total dos efeitos físicos diretos das ameaças naturais sobre os elementos expostos, bem como as condições socioeconômicas contextuais que indicam a fragilidade social e falta de resiliência. Por sua vez, a Pesquisa Contínua de Moradias de 2022 colhe dados sobre as condições ambientais das moradias que contribuem para identificar as famílias e áreas mais afetadas por esses problemas.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

TABELA 5. DADOS SOBRE EXPOSIÇÃO A RISCOS DE DESASTRES ARTICULADOS COM DADOS SOCIOECONÔMICOS

PAÍS	DADOS DE INTERESSE
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • Condições ambientais das moradias (Pesquisa Permanente de Domicílios 2022); • Informação e mapas de risco relativos a ameaças (Portal IG-GIRD); • Roteiro sobre a incorporação do domínio ambiental (SCAE-MC); • Populações e moradias expostas a riscos ambientais, que compõem o índice de vulnerabilidade social (ACUMAR); • Riscos e ameaças relativas a desastres, articulada com dados referentes a vulnerabilidades (SINAME); • Pesquisas de domicílios e pessoas (EISAAR); • Mapas de risco com análise de vulnerabilidade social (SIMARCC).
Bolívia	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de vulnerabilidade populacional a desastres (UDAPE); • Condições ambientais das moradias (Questionário da Pesquisa de Moradias de 2021).

PAÍS	DADOS DE INTERESSE
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Moradias particularmente expostas a desastres e análises de vulnerabilidade (AdaptaBrasil).
Chile	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de integração social e qualidade de bairros e moradias do Sistema de Indicadores e Padrões de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Urbano do CNDU e do INE) consideram o índice de segregação da população vulnerável; • Condições ambientais das moradias e áreas de risco (Pesquisa CASEN 2017).
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • Condições ambientais das moradias (Grande Pesquisa Integrada de Moradias de 2022).
Equador	<ul style="list-style-type: none"> • Danos aos meios de subsistência em contextos de desastre (EVIN); • Moradias e assentamentos humanos nas estatísticas sociodemográficas e sociais do INEC; • Condições ambientais das moradias (Pesquisa Nacional Multipropósito de Moradias) (relativa ao Plano Nacional de Desenvolvimento).
Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaças e riscos de desastres relacionados com vulnerabilidades socioeconômicas (Atlas de Risco de Desastres da República do Paraguai).
Peru	<ul style="list-style-type: none"> • Moradia afetada por desastres (Pesquisa Nacional de Moradias de 2023); • Avaliações de risco de desastres (EVAR – SIGRID); • Indicadores socioambientais e relatórios de conflitos socioambientais (OGASA); • Segregação territorial (Portal ODISEA).
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de fragilidade social e falta de resiliência (MIRA): indicadores de fragilidade social e falta de resiliência (Índice de riscos devido a eventos extremos do Monitor Integral de Riscos e Danos); • Exposição e vulnerabilidades, incluindo vulnerabilidades socioeconômicas e de imóveis/moradias (Atlas de Riscos); • Risco total dos efeitos físicos diretos das ameaças naturais sobre os elementos expostos e condições socioeconômicas (IREE).
Venezuela ²⁸	n/a

Fonte: Tabela elaborado pelos autores, 2023.

A análise mostrou que, para garantir respostas governamentais às pessoas em situação de imobilidade, seria importante criar critérios regionais comuns para coletar os dados em diversos canais, como pesquisas domiciliares, relatórios de emergências, bases de

risco de desastres e bases climáticas. Para tanto, o desenvolvimento de metodologias que combinem fatores socioeconômicos (vulnerabilidades), ambientais e climáticos seria necessário para criar medidas de proteção para essa população.

²⁸ Dados sobre mapas de áreas de risco e aspectos socioeconômicos que podem influenciar a imobilidade e que estão ligados aos futuros contextos de risco ambiental identificados no estudo do país.

5.

ABORDAGENS TRANSVERSAIS

Gênero e grupos
em situação de
vulnerabilidade



O estudo revelou que alguns dos países analisados produzem dados com abordagens transversais de gênero ou grupos em situação de vulnerabilidade que podem estar ligados à mobilidade humana associada a fatores ambientais.

Os países analisados incluem abordagens transversais de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade, dados ligados à mobilidade humana e fatores ambientais que poderiam ser capitalizados para reforçar a integração destas abordagens nas análises sobre mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental. A maioria dos países dispõe de dados sobre migração – não associada a fatores ambientais – a partir de alguma abordagem transversal. Mais frequentemente, os países têm registros administrativos e estatísticos de migração desagregados pelo menos por sexo. Os censos, em alguns casos, fornecem dados relativos à migração, considerando as particularidades de algumas populações, a exemplo de grupos étnicos, como no Brasil.

Da mesma forma, com exceção da Venezuela, todos os países possuem dados ambientais, climáticos ou de

desastres que incluem alguma abordagem transversal, como dados sobre danos humanos no contexto de desastres com desagregação por sexo, idade, deficiência, idosos ou crianças e adolescentes.

Por outro lado, identificou-se que todos os países analisados possuem algum tipo de dado, informação ou iniciativa relacionada com questões de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade que poderiam contribuir para a produção de dados ligados à mobilidade humana e fatores ambientais.

Os censos e pesquisas domiciliares são ferramentas importantes para a coleta de dados e a produção de informações sobre gênero e outros grupos em situação de vulnerabilidade. Avanços importantes são identificados na região para incorporar essas abordagens nos censos e outras pesquisas. Os dados produzidos sobre estes grupos podem ser analisados em conjunto com outros grupos de dados ambientais e migratórios, contribuindo para a produção de informações relevantes sobre o tema do estudo.

QUADRO 14. CENSOS E PESQUISAS DOMICILIARES QUE PERMITEM A PRODUÇÃO DE DADOS COM ABORDAGEM TRANSVERSAL

AR
Argentina

O Censo Nacional de População, Moradias e Domicílios (2022) inclui perguntas sobre identidade de gênero; a Pesquisa Permanente de Domicílios de 2022 fornece uma desagregação dos dados demográficos por sexo.

BO
Bolívia

O Censo Nacional de População e Moradias (2012) inclui perguntas sobre as populações indígenas; a Pesquisa de Domicílios (2021) inclui perguntas sobre deficiência, desagregação por sexo e violência doméstica.

BR
Brasil

O Questionário de Abordagem Indígena do Censo (2022) permite identificar movimentos internos; os dados do Censo 2022 são desagregados por sexo e idade.

CH
Chile

O Questionário de Moradias Coletivas e o Questionário de Pessoas em Trânsito do Censo Populacional e Habitacional (2017) identificam o pertencimento a povos indígenas ou originários.

CO
Colômbia

O Questionário para Domicílios (2018) e o Questionário para Locais Especiais de Alojamento (LEA) consideram territórios étnicos de proteção indígena, grupos da comunidade negra e identificou populações indígenas.

EC
Equador

O Censo de População, Moradias e Comunidades (2022) inclui perguntas sobre identidade de gênero; a Pesquisa Nacional Multipropósito de Domicílios (2019) inclui perguntas sobre etnia.

QUADRO 14. CENSOS E PESQUISAS DOMICILIARES QUE PERMITEM A PRODUÇÃO DE DADOS COM ABORDAGEM TRANSVERSAL (CONTINUAÇÃO)

PA
Paraguai

o Censo Nacional de População e Moradias (2022) permite a desagregação dos dados por sexo.

UY
Uruguai

o Censo (2023) incorpora a identidade de gênero, permitindo o cruzamento com dados de mobilidade humana; A Pesquisa Contínua de Moradias (2022) identifica o casamento civil, a união concubinária ou livre com parceiros do mesmo ou de outro sexo.

VE
Venezuela

o Censo (2011) e a Pesquisa de Moradias por Amostragem (2017) apresentam uma desagregação dos dados por sexo e idade; o Censo levou em consideração grupos populacionais como os povos indígenas.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

A inclusão de perspectivas de gênero e de grupos em situação de vulnerabilidade em iniciativas relativas à mudança do clima, e outras estratégias que facilitam a inclusão de abordagens transversais dentro dos departamentos e agências que recolhem dados

(p. ex., guias, manuais, grupos de trabalho) também são iniciativas que podem contribuir para gerar dados sobre esses grupos em contextos de mobilidade humana associada a fatores ambientais.

QUADRO 15. POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE DADOS SOBRE MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA A FATORES AMBIENTAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO E OUTROS GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

AR
Argentina

O Gabinete Nacional de Mudança do Clima (GNCC) integra os direitos das mulheres e da população LGBT+ em suas ações. Está sendo desenvolvida uma Estratégia Nacional de Gênero, Diversidade e Mudanças Climáticas. O Manual 3 para a formação em Gestão Integral do Risco de Desastres do Ministério de Segurança Nacional e da Universidade Nacional de San Martín recomenda dados desagregados por gênero e situação migratória.

BO
Bolívia

A APMT dispõe de espaços de diálogo para grupos em situação de vulnerabilidade, como a Plataforma das Mulheres Contra a Mudança do Clima, a Plataforma das Juventudes pela Justiça Climática e a Plataforma Indígena de Combate às Mudanças Climáticas.

BR
Brasil

O Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situações de Risco e Desastres menciona diferentes registros sobre pessoas desses grupos.

CH
Chile

Conta com a Mesa de Gênero e Mudança Climática e do Manual de Gestão para a Integração da Abordagem de Gênero na Ação Climática (inclui a migração forçada nos indicadores das políticas e planos nacionais sobre mudança climática). Tem uma Mesa de Trabalho de Gestão de Riscos e Gênero que publicou o documento de trabalho Gênero e redução do risco de desastres – Abordagem a nível local.

CO
Colômbia

A Direção de Mudança do Clima e Gestão de Riscos dispõe de diferentes ferramentas para incorporar a abordagem de gênero na ação climática.

EC
Equador

Tem uma Mesa Técnica sobre Gênero e Mudanças Climáticas e uma base de dados de boas práticas e lições aprendidas com iniciativas de adaptação às alterações climáticas com abordagem de gênero. Diretrizes para a prevenção da violência de gênero no contexto de emergências e desastresdo Guia para a Abordagem da Violência com base no Gênero, da Secretaria de Gestão de Riscos.

PA
Paraguai

A Estratégia Nacional de Gênero diante da Mudança do Clima promove a integração da perspectiva de gênero na adaptação, elaboração, coordenação e monitoramento das políticas públicas.

UR
Uruguai

Possui uma Estratégia de Gênero e Mudança do Clima (2020-2025) e um Plano de Ação de Gênero e Mudança do Clima). O SNRCC possui um Grupo de Trabalho de Gênero. O SINAIE dispõe de um diagnóstico sobre infância e gestão integral de riscos, de 2018, que faz referência à situação de deslocamento de crianças e as necessidades especiais de proteção.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

Existem algumas ferramentas na região que recolhem informações sobre deslocamentos com uma perspectiva de gênero.

QUADRO 16. FERRAMENTAS QUE COLETAM INFORMAÇÕES SOBRE DESLOCAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

CH
Chile

A Avaliação de Danos e Análises de Necessidades de Saúde Mental ([EDAN Saúde Mental](#)) coleta informações sobre violência de gênero e abuso infantil, seja como impacto do desastre ou como fatores prévios de vulnerabilidade nas comunidades.

UR
Uruguai

O questionário do Censo 2023 foi desenvolvido com perspectiva de gênero e de grupos em situação de vulnerabilidade. Considerando que incluiu também uma pergunta sobre deslocamento, o cruzamento de ambas as variáveis poderá produzir dados relevantes sobre deslocamento com perspectiva de gênero.

Fuente: Cuadro elaborado por los/as autores, 2023

As informações obtidas evidenciam que a região precisa de uma estratégia coordenada ou de diretrizes claras para promover a coleta de dados no âmbito da gestão de desastres, que inclua de forma ampla e abrangente abordagens transversais no âmbito da mobilidade humana associada a fatores ambientais, o que pode dificultar a obtenção de dados específicos

sobre populações vulneráveis nestes contextos. Isto é, é necessário avançar na operacionalização das abordagens propostas a nível programático e de enquadramento em instrumentos específicos de coleta e análise que permitam revelar o impacto diferenciado das mudanças climáticas, da degradação ambiental e dos desastres.

6.

DADOS SOBRE MOBILIDADE HUMANA NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA DO SUL

Análise por país

Esta seção apresenta uma análise específica das fontes e bases de dados dos dez países cobertos no estudo. Destacam-se as ferramentas e iniciativas que fornecem informações específicas ou que podem contribuir para a geração de evidências sobre as diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto da mudança climática, dos desastres e de outras formas de degradação ambiental. A análise detalhada é desagregada com base nas categorias de mobilidade humana abordadas no estudo (migração transfronteiriça e interna, deslocamento, realocação planejada e imobilidade), além de tratar abordagens transversais de gênero e outros grupos vulneráveis. São apresentadas recomendações específicas para cada país para promover e reforçar a produção de dados de qualidade e evidências sobre a mobilidade humana associada a fatores ambientais e climáticos que possam alimentar políticas e ações tanto no âmbito nacional quanto regional.

6.1. ARGENTINA

Argentina

6.1.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

A Argentina produz dados estatísticos sobre migração transfronteiriça e interna e dados ambientais que, embora não abordem especificamente a migração associada a fatores ambientais, poderiam contribuir para gerar informações sobre a matéria:

- O Cartão de Entrada/Saída e o [Cartão Único Migratório \(TUM, pela sigla em espanhol\)](#), da Direção Nacional de Migrações, coleta dados de entrada e saída de pessoas no país, como nacionalidade, sexo, estado civil, tempo da estadia, país de residência. O TUM inclui o motivo da viagem (férias, negócios, conferências, saúde e outros). A [base de dados abertos da Direção Nacional de Migrações](#) disponibiliza informações sobre entradas e saídas de pessoas no país e residências concedidas.
- O [Instituto Nacional de Estatística e Censos \(INDEC\)](#) produz estatísticas relacionadas com a migração transfronteiriça, desagregadas por sexo, idade e local de nascimento, sem associação com fatores ambientais ou climáticos.
- O [Censo Nacional de População, Domicílios e Moradias \(2022\)](#) recolhe dados sobre a migração interna e transfronteiriça, sem considerar o motivo do movimento. Não recolhe dados sobre a mobilidade humana associada a fatores ambientais e climáticos.
- Estrangeiros nativos e naturalizados dos Estados Partes ou associados ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) podem solicitar a residência temporária por motivos humanitários, nos termos da Lei nº 25.871, regulamentada pelo Decreto nº 616/2010. No entanto, o estudo não identificou dados ou repositórios sistematizados até a presente data.
- O Registro Nacional de Pessoas (RENAPER) do Ministério do Interior, através da Direção Nacional de População e

do Centro Nacional de Estudos Populacionais, dispõe de um [Sistema Estatístico de População](#), com informações sobre a população estrangeira residente na Argentina. A Direção Nacional de População publicou em 2023 o relatório [Mobilidade residencial da população de origem estrangeira na Argentina](#), e em 2022 o estudo sobre a [Caracterização da migração internacional na Argentina com base nos registros administrativos do RENAPER](#).

- Dados sobre as alterações climáticas poderão contribuir para a identificação de riscos e impactos que influenciam a mobilidade humana, disponíveis no [Sistema Nacional de Estatística Ambiental](#), o [Sistema Integrado de Informação Ambiental](#), o [Sistema de Mapas de Risco de Mudança Climática \(SIMARCC\)](#), o [Relatório do Estado de Ambiente \(2021\)](#) e o [Geoportal do Ministério de Obras Públicas \(GEOMOP\)](#), com dados sobre riscos hídricos e adaptação a extremos climáticos.

b) Deslocamento

Dados de catástrofes e danos humanos associados, bem como informações ligadas a vulnerabilidades e ameaças vinculadas a desastres e alterações climáticas, foram identificados e contribuem para a caracterização de contextos de deslocamento:

- Embora o [Sistema Nacional para Gestão Integral de Riscos \(SINAGIR\)](#) não inclua a categoria específica de “pessoas deslocadas”, os relatórios de eventos do SINAGIR fornecem informações sobre pessoas evacuadas e autoevacuadas. A compilação desses dados encontra-se no Sistema Nacional de Alerta e Monitoramento de Emergências (SINAME), que não está aberto para consulta pública, apenas com solicitação.
- O SINAME, além dos dados sobre pessoas evacuadas e autoevacuadas, disponibiliza informações que podem contribuir para a identificação de pessoas e comunidades em risco de deslocamento, como alertas diários de risco de eventos, mapeamento e evolução de eventos adversos, relatórios sobre o estado das ameaças, mapas

interativos de ameaças e vulnerabilidades que permitem correlacionar ameaças e vulnerabilidade social e construir cenários possíveis com base na intensidade do evento.

- Dados e mapas de riscos, ameaças e vulnerabilidades a desastres e mudanças climáticas, que podem causar deslocamentos, também estão disponíveis no [IG-GIRD \(Informação Geoespacial para Gestão Integral do Risco de Desastres\)](#) desenvolvida pelo Instituto Geográfico Nacional (IGN), o SINAME e o [GEOMOP](#).
- Estatísticas e indicadores relativos a eventos extremos, desastres e riscos estão disponíveis no [Sistema de Estatística Ambiental](#) e no [Sistema Integrado de Informação Ambiental](#).

c) Realocação planejada

Foram identificados dados sobre processos de realocação na área de Matanza Riachuelo. Embora a Argentina tenha programas nacionais de realocação em contextos de risco ambiental, não foram encontrados dados consolidados de caráter nacional sobre a realocação planejada e reassentamento de comunidades localizadas em áreas de risco.

- A [Autoridade da Bacia Matanza Riachuelo \(ACUMAR\)](#), no âmbito da busca de soluções habitacionais, conduz processos de realocação e reurbanização, produzindo diversos estudos e análises destes processos. A ACUMAR disponibiliza dados e estudos sobre temas relacionados, como áreas de risco, situação de moradias e exposição a ameaças ambientais que podem contribuir para a identificação de populações em processo de realocação ou presas em contextos de alto risco. Nos dados sociais há informações sobre as mesas de trabalho de realocação, que são um espaço de participação dos atores envolvidos nos processos de realocação e reurbanização. A ACUMAR realizou Avaliações Integrais de Saúde Ambiental em Áreas de Risco (EISAAR), com pesquisas de domicílios e pessoas, que contribuem para identificar populações que podem precisar de realocação.
- Os dados de risco e vulnerabilidade socioambiental disponíveis no [IG-GIRD](#), no SINAME e no [GEOMOP](#), contribuem para identificar populações que podem necessitar de ações de realocação planejada.

d) Imobilidade

O estudo identificou ferramentas que investigam a imobilidade, sem conseguir verificar os dados delas emanados. Informações relevantes sobre áreas de risco e comunidades em situação vulnerável poderiam contribuir para caracterizar potenciais situações de imobilidade:

- Os relatórios de eventos do SINAGIR fornecem informações sobre pessoas isoladas. O estudo não conseguiu identificar os usos dessas informações.
- A [ACUMAR](#) dispõe de informações sobre a população imóvel. Originalmente dedicada a processos de realocação, por ordem judicial, atualmente desenvolve processos de reurbanização em resposta à demanda das famílias pela permanência, mesmo em contexto de degradação ambiental. Verifica-se que essas informações estão dispersas em diferentes instrumentos (pesquisas de percepção, processos do juizado competente). As Avaliações Integrais de Saúde Ambiental em Áreas de Risco (EISAAR), com pesquisas de domicílios e pessoas, podem contribuir para identificar situações de imobilidade.
- A [Pesquisa Permanente de Domicílios de 2022](#) colhe dados sobre as condições ambientais dos domicílios, incluindo informações sobre saneamento, disponibilidade de água, localização próxima a lixões ou áreas propensas a inundações.
- O [GEOMOP](#) apresenta dados sobre riscos hídricos e adaptação a extremos climáticos, vulnerabilidade devido à falta de água e saneamento, áreas expostas a eventos específicos e moradias localizadas em áreas propensas a inundações ou perto de lixões, úteis para identificar populações expostas a riscos que podem se encontrar em contexto de imobilidade.
- O [IG-GIRD](#) divulga informações e produz mapas de risco relacionados com ameaças, que integram a vulnerabilidade social e permitem identificar moradias vulneráveis.
- Estatísticas e indicadores ambientais existentes permitem identificar contextos de risco, vulnerabilidades e ameaças ambientais que possam estar relacionadas com situações de imobilidade, tais como estatísticas sobre assentamentos humanos e saúde ambiental do [Sistema de Estatística Ambiental](#), os indicadores do [Sistema Integrado de Informação Ambiental](#), e o [Relatório do Estado do Ambiente \(2021\)](#). O INDEC iniciou o desenvolvimento e a implementação do [Sistema de Contabilidade Ambiental e Econômica \(SCAE-MC\)](#), de acordo com o documento 'Rumo à construção de um sistema de contas ambientais e econômicas'. Apresenta um roteiro sobre a incorporação do domínio ambiental no seu plano de trabalho e nas suas publicações.
- O SINAME integra informações sobre riscos e ameaças relacionadas a desastres, articuladas com dados referentes a vulnerabilidades. Permite gerar mapas de risco para os quais são utilizadas as áreas mais vulneráveis (registro de bairros populares RENABAP – Ministério do Desenvolvimento Social) e os locais afetados por eventos de forma recorrente.
- O [SIMARCC](#) inclui nos mapas de risco a análise da vulnerabilidade social, o que pode contribuir para identificar grupos especialmente vulneráveis e comunidades expostas.

6.1.2. ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A Argentina inclui abordagens transversais nos dados sobre mobilidade humana e ambientais:

- A perspectiva de gênero e os grupos em situação vulnerável estão presentes na gestão de desastres e no trabalho do SINAGIR. O [Plano Nacional para Redução do Risco de Desastres 2024-2030](#) tem como eixos temáticos Pessoas LGBTQ+, gênero e diversidade, incluindo especialmente crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas, prevenindo integrando as vulnerabilidades nos mapas de risco.
- O [Manual 3 para a formação em Gestão Integral de Risco de Desastres](#) do Ministério de Segurança Nacional e da Universidade Nacional de San Martín aborda a perspectiva de gênero. Recomenda-se que, na pesquisa e análise da informação disponível, sejam levadas em consideração as interseccionalidades através de dados desagregados por gênero e situação migratória, entre outros, bem como a identificação de impactos diferenciados segundo o gênero. Destaca-se a importância dos dados desagregados por gênero para integrar essa perspectiva na Gestão Integral de Risco de Desastres.
- A [ACUMAR](#) dispõe de uma Direção de Promoção de Políticas de Gênero e Diversidade para implementar medidas que promovam a erradicação da violência e da discriminação com base no gênero e que promovam uma verdadeira igualdade de oportunidades. Contudo, esta abordagem não foi identificada nos dados produzidos.
- Os [registros administrativos sobre migração](#) são desagregados por sexo. O [Censo Nacional de População, Domicílios e Moradias \(2022\)](#) inclui perguntas sobre identidade de gênero, e a [Pesquisa Permanente de Domicílios de 2022](#) traz uma desagregação por sexo na informação demográfica.
- O [INDEC](#) leva em consideração questões de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade. São publicados dossiês especiais sobre mulheres, pessoas com deficiência, idosos e crianças. As estatísticas populacionais relacionadas com a migração são desagregadas por sexo. Leva em consideração os grupos em situação de vulnerabilidade nas estatísticas e indicadores populacionais (idosos, jovens, crianças e adolescentes, população afrodescendente, população com deficiência e povos indígenas).
- O [Gabinete Nacional de Mudança Climática \(GNCC\)](#) adota a perspectiva de gênero e diversidade em suas ações, que integram os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQ+. Atualmente, está sendo desenvolvida a Estratégia Nacional de Gênero, Diversidade e Mudança do Clima (ENGDyCC).
- Alguns dados do [GEOMOP](#) estão focados em gênero, na diversidade e em grupos em situação de vulnerabilidade, tais como crianças e idosos, mas não estão relacionados com a informação relevante para a mobilidade humana associada a fatores ambientais.

O [SIMARCC](#) inclui a perspectiva das vulnerabilidades sociais, com um detalhamento de dados que permite identificar crianças, adolescentes e idosos.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir nos instrumentos de coleta de dados sobre migração interna e transfronteiriça (cartões de entrada e saída, censos, pesquisas domiciliares) categorias que investiguem a mobilidade associada a fatores ambientais e climáticos, e desenvolver estatísticas específicas sobre o tema, que possam ser incluídas nas estatísticas de população, socioeconômicas e ambientais.
- Na categoria de espaços possíveis para integrar e desenvolver a perspectiva da mobilidade humana associada a fatores ambientais e climáticos, destaca-se o Gabinete Nacional de Mudança Climática (GNCC), envolvido na concepção de políticas de adaptação às alterações climáticas que incluem a perspectiva de gênero e a diversidade, o Plano Nacional de Redução do Risco de Desastres 2024-2030, em desenvolvimento, o Sistema de Mapas de Risco da Mudança do Clima (SIMARCC) - atualmente em processo de atualização - e o GEOMOP.
- Considerar a adoção da categoria de “pessoas deslocadas” nos danos humanos dos instrumentos de coleta de dados sobre desastres, a fim de cobrir todas as diferentes formas de deslocamento, além dos evacuados e autoevacuados. É necessário aprofundar a análise dos danos humanos associados aos desastres para gerar informações específicas e desagregadas sobre deslocamentos. Da mesma forma, é relevante reforçar as capacidades a nível territorial das equipes que recolhem informações no âmbito nacional e subnacional em matéria de deslocamento.
- Associar dados sobre realocação planejada, imobilidade, vulnerabilidades socioambientais e exposição a riscos (ACUMAR, GEOMOP, Ministério do Desenvolvimento Social e Habitação e SINAGIR) para gerar evidências sobre esses fenômenos, e consolidar em um registro nacional que permita a elaboração de estatísticas e políticas integrais. Dada a dispersão de informações e abordagens encontradas nos processos de realocação, elaborar registros internos consolidados para monitoramento integrado dos processos.
- Incluir a perspectiva de gênero e os grupos em situação de vulnerabilidade na coleta de dados ambientais e estatísticos. É importante coordenar as repartições que produzem dados sobre grupos em situação de vulnerabilidade para facilitar o fluxo de informações e unir forças na produção de dados que incluam a perspectiva da (i) mobilidade. No contexto dos desastres, implementar a recomendação do Manual sobre gênero para a formação em Gestão Integral de Risco de Desastres tendo em consideração as interseccionalidades, não apenas através de dados desagregados por gênero, mas também através da construção de dados que apurem o impacto diferencial nos gêneros.

6.2 ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Bolívia

6.2.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

A Bolívia produz informações sobre migração transfronteiriça e interna, sem relacioná-las com fatores ambientais como a mudança do clima, os desastres e outras formas de degradação ambiental:

- O **Cartão Andino Migratório (TAM, pela sigla em espanhol)** colhe dados sobre nacionalidade e motivo da viagem (que não inclui fatores ambientais).
- A **Direção Geral de Migrações (DIGEMIG)** registra as entradas e saídas internacionais de pessoas nacionais e estrangeiras; também concedendo autorizações de residência para estrangeiros.
- O **Instituto Nacional de Estatística (INE)** processa e divulga informações sobre o controle migratório. Até o momento, não há informações sobre as classificações das pessoas que entram (p. ex., tipo de visto ou permanência). Além disso, os dados migratórios disponíveis não estão desagregados por sexo.
- O **Censo Nacional de População e Moradia (2012)** e a **Pesquisa de Domicílios (2021)** produziram dados sobre migração interna (migração ao longo da vida e migração recente), imigração e emigração internacionais. Os dados são desagregados por local de nascimento, relativo ao local de residência habitual, distinguindo entre população urbana e rural. O Censo 2012 também dispõe de dados sobre a população imigrante por distrito de residência habitual e sexo, segundo o país de nascimento. Outra informação relevante é a porcentagem de emigrantes internacionais, por sexo, área, faixas etárias e país de destino.

- A **Pesquisa de Domicílios (2021)** permite identificar o motivo pelo qual a pessoa abandonou o seu local de origem, e não inclui fatores ambientais como uma das alternativas. A alternativa “outro motivo” torna possível que desastres, degradação ambiental ou mudanças climáticas sejam adicionados pelos respondentes.
- A **Autoridade Plurinacional da Mãe Terra (APMT)**, através de três direções (Direção do Mecanismo Conjunto de Adaptação e Mitigação; Direção do Mecanismo de Mitigação para Viver Bem e a Direção do Mecanismo de Adaptação para Viver Bem) desenvolve, administra, opera e executa a Política e o Plano Plurinacional de Mudanças Climáticas, apresentando dados de geonálise com subsistemas de cenários de mudança climática com variáveis climáticas e temporais. Não recolhe dados que considerem a mobilidade humana associada às alterações climáticas.

b) Deslocamento

O estudo identificou dados sobre a população afetada e as suas necessidades de cuidados, incluindo possíveis deslocamentos. Os instrumentos coletam dados por meio da categoria “afetado”, que segundo o Glossário da Comunidade Andina²⁹ do qual o país é parte, refere-se a “evacuados, realocados e deslocados”. Algumas categorias de danos humanos também podem contribuir para caracterizar situações de deslocamento:

- O formulário de **Avaliação de Danos e Análise de Necessidades (EDAN)** inclui as categorias de famílias afetadas. Os dados sobre danos humanos são desagregados por município e localidades afetadas, população e famílias afetadas e famílias que sofreram danos. São coletados dados sobre danos nos serviços de saúde e pessoas que necessitam de cuidados de saúde imediatos. O formulário

²⁹ El Glosario de Términos y Conceptos de la Gestión del Riesgo de Desastres para los países miembros de la Comunidad Andina (2018), del cual Bolivia es un país miembro, considera “afectado” como un término paraguas que incluye no solo los desplazados, sino también los evacuados y reubicados, o las personas que han padecido daños directos en sus medios de vida o bienes económicos, físicos, sociales, culturales o ambientales. Así, la categoría de personas desplazadas se integraría en la recolección de datos sobre desastres en la categoría de “afectados”. No es posible verificar el número de desplazados, puesto que la categoría no está desglosada.

também fornece informações sobre o impacto nas infraestruturas, serviços básicos, educação, moradia, atividade agrícola, proteção e necessidades humanitárias.

- Foi concebido um Registro de Intervenção de Vítimas (RIDA) para registrar com mais especificidade as necessidades e dados das pessoas deslocadas, articulado com a EDAN, mas a sua implementação está pendente de uma decisão administrativa e de regulamentos que permitam a sua aplicação.
- O [EDAN Educação](#) do Ministério da Educação recolhe informações sobre as pessoas afectadas na comunidade educacional e se a instituição de ensino serve de abrigo temporário, que podem ser úteis e aprofundada para identificar pessoas deslocadas por catástrofes. Os dados são desagregados por sexo e por deficiência.
- Os [Relatórios Nacionais de Danos](#) do Vice-Ministério da Defesa Civil (VIDECL), para o período entre 2021 e 2023, utilizam categorias de danos humanos que caracterizam situações de deslocamento, como afetados, abrigados e evacuados. Existem também dados sobre casas afetadas e destruídas, que podem contribuir para caracterizar situações de deslocamento.
- O INE fornece dados sobre o número de famílias afetadas, que incluem as deslocadas, evacuadas, realocadas e sinistradas, segundo distrito e evento adverso (inundações, geadas, secas e outros), através dos relatórios do VIDECL gerados a partir do Observatório Nacional de Desastres (OND).
- No microsite [Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas](#), a Unidade de Gestão de Riscos Hidrológicos, Projetos e Questões Estratégicas, da Direção Geral de Bacias e Recursos Hídricos – Vice-Ministério de Recursos Hídricos e Riscos, fornece dados sobre pessoas afetadas por desastres específicos. Além disso, o microsite também conta com um software de ferramenta para tomada de decisões em projetos de infraestrutura resiliente.

c) Realocação planejada

A Bolívia não possui regulamentação que trate específica e exclusivamente³⁰, no nível nacional, da realocação planejada. Não foram encontrados dados disponíveis nas bases de dados ou repositório nacional que registrem casos de realocação planejada em comunidades de risco. Os dados mapeados no estudo poderiam contribuir para

identificar comunidades expostas a riscos climáticos e de desastres:

- A [Plataforma DEWETRA](#) do Sistema Integrado de Informação e Alerta para Gestão do Risco de Desastres (SINAGERSAT) realiza previsão e monitoramento multi-riscos em observações terrestres e modelos de previsão com dados de vulnerabilidade e exposição que podem ser úteis para determinar áreas de risco que potencialmente poderiam exigir processos de realocação.
- O [GeoSINAGER](#) (SINAGER-SAT) é um nodo institucional da Infraestrutura de Dados Espaciais da Bolívia (IDEEPB) – GeoBolívia que utiliza big data e imagens de satélite para gestão do risco de desastres³¹.
- Um dos pontos da seção 11 do [EDAN](#) (Necessidades Humanitárias) refere-se à “Necessidade de Ajuda Humanitária para Abrigo e Moradia”. A informação detalhada neste ponto poderá ser útil para identificar casos de comunidades em risco que poderiam ter sido temporariamente realocadas para outras áreas.

d) Imobilidade

O estudo não identificou dados específicos sobre imobilidade. Informações sobre áreas de risco e comunidades afetadas poderiam contribuir para caracterizar os contextos de imobilidade:

- [GeoSINAGER](#), no seu [Boletim de Alerta de Risco Nacional](#) de maio de 2023, apresenta mapas de risco de eventos específicos com recomendações de evacuação para as populações mais expostas. Esses relatórios poderiam constituir um ponto de entrada para abordar a imobilidade.
- A Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas (UDAPE) do Ministério do Planejamento do Desenvolvimento apresentou [Indicadores de vulnerabilidade populacional a desastres](#) em um relatório (2015), abrangendo as dimensões física, social, econômica e ambiental. Os indicadores ambientais incluem temperatura e precipitação. Os resultados fornecem mapas de vulnerabilidade para tipos de eventos específicos.
- [TERA](#) é um sistema baseado em geolocalização para enviar alertas de desastres e informações sobre onde procurar

³⁰ No entanto, a questão é abordada nas normas de gestão de riscos. A Lei n.º 602 estabelece que: “Art 21 -Gestão de riscos no ordenamento territorial- Com base nas diretrizes emanadas do nível central do Estado... b) Nas áreas de risco que atualmente possuem assentamentos humanos, as entidades territoriais autônomas, de acordo com suas competências, devem estabelecer medidas de prevenção e mitigação. Para tanto realizarão estudos especializados de cujos resultados dependerá a decisão de consolidar o assentamento humano ou, se for caso disso, proceder à sua realocação para proteger a vida.” Por outro lado, no Decreto Regulamentar da Lei de Gestão de Riscos em seu Art. 28-III (Diretrizes para integração de processos de risco nos níveis setorial e territorial) é afirmado que “A partir da identificação do risco de desastres, os ministérios e instituições públicas do nível central do Estado, as entidades territoriais autônomas e empresas prestadoras de serviços públicos, devem identificar ações estratégicas e prioritárias de conhecimento de riscos, prevenção, mitigação, preparação e planejamento de recuperação pós-desastre, as quais deverão ser parte do componente programática dos planos de desenvolvimento ou planos estratégicos institucionais, conforme o caso, de forma que tais ações sejam contempladas nos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos. Algumas das ações estratégicas na gestão de riscos podem ser: d) Programas de realocação de assentamentos humanos em risco; estudos de vulnerabilidade de edifícios e infraestruturas essenciais...”

³¹ Está previsto na Lei N.º 602 de Gestão de Riscos.

assistência. O sistema permite retorno, o que pode ajudar a identificar pessoas presas em situação de risco.

- A [Pesquisa de Domicílios](#) de 2021 colhe dados sobre as condições ambientais dos domicílios em relação à água e saneamento e à qualidade ambiental dos assentamentos humanos, que podem determinar se os assentamentos estão em áreas de risco.

6.2.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O estudo verificou a integração de abordagens nos âmbitos de planejamento e regulatório. No entanto, ainda persistem lacunas na integração da perspectiva de gênero nos instrumentos de coleta. Os questionários pertinentes possuem desagregação apenas por sexo. Não foram identificados dados específicos sobre grupos vulneráveis em contextos de mobilidade humana ligada a fatores ambientais.

- A [Lei n.º 602 de Gestão do Risco de 2014](#) adota como princípio a atenção prioritária às populações em situação de vulnerabilidade: gestantes, crianças, idosos, pessoas com doença incapacitante e pessoas com deficiência (art. 5º). Contudo, não foi encontrada uma abordagem de gênero nos órgãos de gestão de desastres onde os entrantes não são desagregados por sexo.
- No âmbito de uma publicação editada em 2015, a Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas (UDAPE) incluiu a [abordagem de gênero e a perspectiva de grupos em situações de vulnerabilidade como crianças, pessoas com deficiência, grupos étnicos e idosos](#), permitindo a identificação de vulnerabilidade a desastres para grupos específicos nos indicadores de [vulnerabilidade populacional a desastres, avaliação de danos e perdas por eventos climáticos e migração](#)

[interna](#). Além disso, os dados de migração interna são desagregados e levam em consideração eixos transversais de gênero e interculturalidade, com dados específicos sobre dinâmicas migratórias para mulheres, povos indígenas e camponeses, entre outros grupos vulneráveis.

- O [EDAN Educação](#) do Ministério da Educação desagrega os dados por sexo e por deficiência.
- Os [indicadores de direitos humanos](#) produzidos pelo INE em relação à mobilidade humana não possuem vinculação com desastres, alterações climáticas e degradação ambiental.
- O [Censo Nacional de População e Moradia](#) (2012) apresenta perguntas relacionadas com populações indígenas e a [Pesquisa de Domicílios](#) (2021) inclui perguntas sobre deficiência e seus tipos, origem dos entrevistados, discriminação sexual e violência doméstica.
- O [Subsistema de Registro e Vinculação de Projetos, Programas e Iniciativas](#), sob a Autoridade Plurinacional da Mãe Terra (APMT) inclui informações sobre autonomias indígenas, mas não há dados específicos sobre mobilidade humana associadas a fatores ambientais. A Autoridade Plurinacional da Mãe Terra (APMT) na gestão 2023 gerou um documento sobre a situação de vulnerabilidade às mudanças climáticas em 50 municípios do país, porém, esta informação não está articulada com a mobilidade humana devido a fatores ambientais/climáticos. Da mesma forma, a APMT promove três espaços de encontro e interação: (i) a Plataforma de Mulheres Contra a Mudança do Clima; (ii) a Plataforma das Juventudes pela Justiça Climática e (iii) a Plataforma Indígena de Combate às Alterações Climáticas, mas não são produzidos dados sobre a mobilidade humana no contexto de desastres, mudanças climáticas e degradação ambiental.

RECOMENDAÇÕES

- Incorporar instrumentos de coleta de dados sobre categorias de migração (TAM e censos/pesquisas) que investiguem a mobilidade ambiental e climática.
- Promover a coleta de informação de forma digitalizada e online para alimentar os Sistemas de Informação de forma ágil, adequada e oportuna. Incorporar a categoria de “pessoas deslocadas” de forma desagregada como categoria específica nos instrumentos de coleta de dados (EDAN).
- Diante da dispersão das bases a propósito dos deslocamentos (atualmente esta informação é gerada através do Sistema de Gestão de Riscos, Ministério da Educação, INE, VIDECI, Autoridade Plurinacional da Mãe Terra), recomenda-se avançar na consolidação dos dados no âmbito nacional, na coordenação interinstitucional e na interoperabilidade dos sistemas de dados, inclusive com os governos subnacionais, que também desempenham funções específicas na coleta de informações.
- Avançar nas gestões institucionais/administrativas/regulatórias para a implementação do Registro de Intervenção de Vítimas (RIDA) que registrará deslocamentos e as suas necessidades.
- Produzir informações sobre processos de realocação planejada, gerar estatísticas abrangentes. Incluir a abordagem da mobilidade ambiental e climática na Plataforma DEWETRA do SINAGERSAT e o GeoSINAGER que permita contabilizar os processos de realocação para que seja reportado a uma base consolidada, além de outros tipos de mobilidades como os deslocamentos e situações de imobilidade (para esta última servirá como subsídio e ponto de partida o Boletim de Alerta de Risco Nacional). Incluir uma abordagem de gênero e grupos em situação de vulnerabilidade nas referidas bases de dados.
- Operacionalizar a abordagem de gênero constante no âmbito regulamentar em relação aos deslocamentos nas ferramentas de coleta de dados e outros instrumentos de coleta que apurem informações sobre a mobilidade ambiental e climática.

6.3 BRASIL

Brasil

6.3.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

O Brasil produz dados estatísticos sobre migração transfronteiriça e interna e dados ambientais que, embora não abordem especificamente a migração ligada a fatores ambientais, poderiam contribuir para gerar informações sobre a matéria:

- O [cartão de entradas e saídas](#) colhe dados sobre o país de origem e o motivo da viagem (não inclui fatores ambientais). Dados sobre autorizações de residência podem ser consultados no [Sistema Nacional de Registro Migratório \(SisMigra\)](#), que fornece dados sobre data e local de entrada, país de nascimento, classificação e sexo, faixa etária, estado civil, e profissão. Também o [Observatório das Migrações Internacionais \(OBMigra\)](#) coordena a compilação e promove a harmonização dos dados sobre migração, disponíveis na [Base de Dados DataMigra](#), publicados em relatórios mensais e anuais.
- O [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#) produz dados sobre migração transfronteiriça e interna por meio do Censo e de pesquisas domiciliares. Os dados do [Censo 2022](#) permitem identificar a nacionalidade, o destino interno ou transfronteiriço e o tempo de permanência no local atual. O questionário foi distribuído em vários idiomas para abranger as pessoas migrantes internacionais. O Questionário de Abordagem Indígena do Censo 2022 permite identificar movimentos internos.
- A [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua, 2016\)](#) recolhe informações relacionadas à migração (população residente, por grandes regiões, segundo o local de nascimento em relação ao município e faixas etárias), mas não inclui perguntas específicas sobre mobilidade humana ou questões ambientais.

- Dados disponíveis sobre alterações climáticas poderiam identificar contextos de risco e impactos que podem influenciar os padrões de mobilidade humana. O [Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas \(AdaptaBrasil\)](#) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) disponibiliza dados sobre riscos climáticos relacionados a critérios de vulnerabilidade, ameaça e exposição. O [Portal de Dados Abertos](#) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o [IBGE](#) e [Observatório de Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\)](#) apresentam dados e estatísticas sobre mudanças climáticas.

b) Deslocamento

Dados relativos ao deslocamento interno foram identificados no contexto de desastres. O estudo identificou instrumentos de coleta de dados e sistemas de informação sobre desastres que podem estar relacionados com o deslocamento:

- O [Sistema Integrado de Informações sobre Desastres \(S2iD\)](#) inclui dados sobre danos humanos não desagregados, que incluem: (i) pessoas desalojadas: pessoas cujas casas foram danificadas ou destruídas, mas que não precisam de alojamento temporário; (ii) pessoas desabrigadas: pessoas cujas moradias foram danificadas ou destruídas ou estão localizadas em áreas de risco iminente de destruição e que precisam de abrigo temporário, e (iii) outras pessoas afetadas. Estes dados são obtidos do Formulário de Informações de Desastres (FIDE), que aborda os deslocamentos por meio de outras categorias.
- O [Observatório de Clima e Saúde da Fiocruz](#) produz indicadores sobre eventos extremos utilizando dados secundários, que incluem pessoas deslocadas. Os dados não estão disponíveis para todos os anos e estados, nem se encontram desagregados¹. Podem ser gerados mapas que identificam deslocamentos, pessoas desalojadas e

peças desabrigadas por tipo de evento no período 2002-2012. Os dados sobre pessoas deslocadas são baseados no Formulário de Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED) e no Formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) - período 2002-2012, anteriormente utilizado para coletar dados de desastres e que incluía a categoria de deslocados, a qual foi eliminada no Formulário de Informações de Desastres (FIDE), embora abordada através de outras categorias.

- O [AdaptaBrasil](#) fornece índices e indicadores sobre o risco de impacto das mudanças climáticas nos sistemas socioecológicos, em relação aos desastres geohidrológicos (inundações e deslizamentos de terra), incluindo índices de vulnerabilidade (capacidade adaptativa relacionada à gestão de riscos e conscientização), exposição e ameaça. Estes dados poderiam contribuir para identificar populações em risco de deslocamento.
- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) possui um [Sistema Nacional de Emergências Ambientais \(Siema\)](#), que permite visualizar mapas interativos e gerar dados estatísticos sobre acidentes ambientais. Embora não forneça informações que possam ser vinculadas com a mobilidade humana, permite obter dados sobre emergências ambientais que podem estar na origem de processos de deslocamento.
- O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) possui um [Sistema de Alerta e Visualização de Áreas de Risco – SALVAR](#), que poderá contribuir para identificar situações de risco de deslocamento por desastres.

c) Realocação planejada

Não foi possível identificar registros sobre realocações e reassentamentos planejados de comunidades localizadas em áreas de risco. Os dados mapeados no estudo poderiam contribuir para identificar comunidades expostas a riscos climáticos e de desastres:

- O [Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos](#), o estudo sobre a população residente em áreas de risco de desastre do IBGE, em conjunto com o CEMADEN e a [Base Territorial Estatística de Áreas de Risco \(BATER\)](#), permitem a identificação de áreas e comunidades que poderiam ser objeto de iniciativas de realocação planejada.

- Os dados do [AdaptaBrasil](#) sobre exposição a desastres, vulnerabilidades e ameaças, relativos a aspectos de política urbana e uso e ocupação do solo, poderiam contribuir para a análise da realocação planejada ligada a fatores ambientais.

d) Imobilidade

O estudo não identificou dados específicos sobre a imobilidade, nem sobre aspectos socioeconômicos em contextos de risco ambiental que pudessem influenciar a imobilidade. Informações sobre áreas de risco e comunidades afetadas poderiam contribuir para caracterizar os contextos de imobilidade:

- O estudo do CEMADEN e do IBGE sobre [população residente em áreas de risco de desastre](#) poderia servir de subsídio para abordagens posteriores com foco na imobilidade, assim como o [Banco de Informações Ambientais \(BDiA\)](#), que fornece dados relativos às áreas de risco e a BATER do IBGE. O CEMADEN desenvolveu o [Sistema de Alerta e Visualização de Áreas de Risco \(SALVAR\)](#).
- Os dados do [AdaptaBrasil](#) sobre moradias particularmente expostas a desastres e a análise sobre a vulnerabilidade, que inclui a capacidade de adaptação, ameaça e exposição aos riscos climáticos, são elementos úteis para caracterizar contextos de imobilidade ligados ao clima.
- Os dados sobre ocupação em áreas de risco constam do [Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos](#), em cuja parceria o órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil deve publicar informações sobre a evolução da ocupação em áreas suscetíveis à ocorrência desses fenômenos.
- Estatísticas e indicadores ambientais existentes permitem identificar contextos de risco, vulnerabilidades e ameaças ambientais que podem estar relacionadas a situações de imobilidade, como os indicadores ambientais e climáticos do [Observatório de Clima e Saúde \(Fiocruz\)](#), os indicadores ambientais do [Portal de Dados Abertos do MMA](#), o [Sistema Compartilhado de Informações Ambientais \(SisCom\)](#), o [Sistema de Dados Abertos do Ibama](#) e o [Sistema de Dados Abertos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(INPE\)](#). O INPE disponibiliza diversas plataformas relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas. O [Portal TerraBrasilis](#) possui painéis sobre desmatamento (PRODES), alerta (DETER) de mudança na cobertura florestal na Amazônia Legal e no Cerrado, e pontos de calor relacionados às queimadas.

³² A fonte de dados de deslocamento é o AVADAN, o formulário que foi utilizado anteriormente para coletar dados sobre desastres e que incluía a categoria de deslocados. O atual FIDE não coleta dados sobre deslocamento, o que impossibilita a atualização dos dados de deslocamento produzidos pelo Observatório.

6.3.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Complementando os dados desagregados por sexo, o estudo conseguiu identificar algumas fontes que recuperam a abordagem de gênero na produção de dados relativos à mobilidade humana ligada a fatores ambientais. Por outro lado, os dados e iniciativas sobre populações vulneráveis poderiam contribuir para a produção de informação se integrassem o nexos com a mobilidade ambiental e climática.

- O AVADAN coletou dados da população mais vulnerável, desagregados por sexo e faixa etária: (i) crianças, (ii) adolescentes, (iii) mulheres lactantes e grávidas, (iv) idosos, (v) pessoas com deficiência e (vi) pessoas com doenças incapacitantes.
- O [AdaptaBrasil](#) inclui nos dados de vulnerabilidade a população com demandas especiais em situações de desastre, como idosos, crianças e pessoas com deficiência, sem detalhar as necessidades específicas desses grupos.
- O [Observatório de Clima e Saúde](#) da Fiocruz inclui nos indicadores de eventos extremos o número de gestantes, crianças e idosos afetados.
- O [IBGE](#) informou em seu site que produz estatísticas relativas a gênero, embora não tenha sido identificado material específico ligado ao tema do estudo.
- O [Censo 2022](#), bem como as pesquisas domiciliares, não incluíram perguntas sobre identidade de gênero. Identifica-se unicamente a desagregação por sexo, bem como por idade. O Censo 2022 considerou grupos populacionais como os povos indígenas e comunidades afrodescendentes (quilombolas) e permite identificar movimentos internos desses grupos, sem associá-los a fatores ambientais.
- O Brasil possui um [Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres](#) que estabelece diretrizes e recomendações para o atendimento desses grupos no contexto de desastres.
- O [Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil](#) da Fiocruz permite identificar grupos em situação de vulnerabilidade e inclui as mulheres entre os grupos afetados, mas não inclui a perspectiva da mobilidade humana.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir nos instrumentos de coleta de dados migratórios (cartão de entrada e saída, censos, pesquisas domiciliares) categorias relativas a fatores ambientais e climáticos que possam evidenciar esses tipos de movimentos, tanto em processos repentinos (inundações, tempestades, etc.), como de evolução lenta (secas, desertificação, etc.). Seria importante desenvolver estatísticas específicas sobre a mobilidade humana associada a estes fatores, tanto interna quanto transfronteiriça, que sejam integradas às estatísticas populacionais, socioeconômicas e ambientais.
- Os dados relativos a vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, exposição a riscos, assentamentos e moradias em áreas de risco e grupos em situação de vulnerabilidade poderiam incluir o foco na mobilidade, gerando análises que permitam identificar situações de imobilidade ou risco de deslocamento, e estabelecer a coordenação entre os órgãos que produzem esses dados (Ibama, AdaptaBrasil, IBGE, CEMADEN, MMA, MCTI e Fiocruz).
- Desenvolver mecanismos para a coleta e sistematização de dados sobre realocação planejada que permitam visibilizar esses processos e implementar uma política abrangente.
- Considerar a categoria “pessoas deslocadas” nos instrumentos de coleta de dados sobre desastres (p. ex., o FIDE). Os dados disponíveis sobre desastres contribuem para a identificação de pessoas e comunidades expostas, mas limitam-se à relação com os danos às moradias, sendo necessário incorporar categorias específicas como deslocados e evacuados, e promover outras iniciativas para a produção de dados específicos. Bases de dados sobre riscos climáticos e desastres podem abordar seus impactos na mobilidade humana (S2iD, AdaptaBrasil). A criação de um registro de pessoas deslocadas no contexto de desastres e mudanças climáticas pode ser considerada.
- Transversalizar experiências relevantes sobre a matéria em outros instrumentos e contextos de produção e compilação de dados relativos à mobilidade humana e desastres, mudanças climáticas e degradação ambiental e promover o desenvolvimento de análises com abordagem de gênero e outros grupos em situação de vulnerabilidade.
- Dados do Censo sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, do AdaptaBrasil sobre vulnerabilidade, entre outros, poderiam incorporar a mobilidade humana e potencializar a produção de dados sobre grupos em situação de vulnerabilidade.

6.4 CHILE

Chile

6.4.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

Verifica-se que os órgãos de migração e estatísticas produzem dados sobre migração não relacionados com fatores ambientais:

- Ao entrar no país é feito o registro como turista ou residente temporário (Registro Nacional de Estrangeiros – RNE). Fatores ambientais não são incluídos como motivo de viagem.
- O [Questionário Censo 2017 – Censo de População e Moradia](#), o [Questionário de Moradias Coletivas 2017](#) e a [Pesquisa CASEN 2017](#) recolhem dados relativos à migração interna e internacional sem fazer referência a fatores ambientais/climáticos.
- O [Instituto Nacional de Estatísticas \(INE\)](#) produz dados sobre: (i) movimento internacional de passageiros; (ii) migração interna, e (iii) migração internacional, com estimativa de pessoas estrangeiras residentes habituais no Chile e migração internacional de retorno. No entanto, as estatísticas não informam os motivos das migrações.
- Em 2020 foi criada a Mesa sobre Mobilidade Humana, Mudança do Clima e Deslocamento por Desastres no âmbito da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Desastres. Como resultado do trabalho intersectorial entre o anterior ONEMI e o Ministério do Meio Ambiente, decidiu-se incluir esta iniciativa na [Primeira Comunicação de Adaptação do Chile 2022](#). Dados sobre mudanças climáticas estão disponíveis e poderiam identificar contextos de risco e impactos nos padrões de mobilidade humana. O [Atlas de Riscos Climáticos e Ambientais](#) desenvolve um conjunto de mapas de riscos relativos às mudanças climáticas. É uma das principais ferramentas de monitoramento e previsão do [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#) e do

Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres (SENAPRED).

b) Deslocamento

Dados relativos ao deslocamento interno foram identificados no contexto de desastres. O estudo identificou diversos instrumentos de coleta de dados, estatísticas e sistemas de informação sobre desastres e meio ambiente que podem estar ligados ao deslocamento.

- O [Sistema de Avaliação de Danos e Necessidades em Situações de Emergência e Desastre do SENAPRED](#) utiliza os [relatórios ALFA e DELTA](#) sobre o estado de situação para coletar dados de desastres. O Relatório ALFA registra informações sobre emergências no âmbito das comunas. É um Relatório de Incidente ou Emergência. O Relatório DELTA é utilizado no âmbito das comunas quando uma emergência excede a sua capacidade de resposta ou quando foi estabelecida coordenação no âmbito provincial ou regional. É um Relatório de Emergência Grave ou Desastre. Embora não utilizem as categorias “pessoas deslocadas” ou “pessoas evacuadas”, identificam “pessoas abrigadas”, além de pessoas afetadas e sinistradas. São coletados dados sobre moradias danificadas, incluindo as não habitáveis.
- O [Relatório Anual de Meio Ambiente de 2022](#) do INE inclui dados sobre pessoas afetadas e abrigadas que poderiam contribuir para a identificação de situações de deslocamento. O INE criou o Sistema de Estatísticas Básicas Ambientais (SEBA), que permite classificar e organizar a informação estatística sob a forma de [Variáveis Básicas Ambientais \(VBA\)](#) que incluem informação por: (i) eventos; (ii) frequência; (iii) áreas afetadas; (iv) número de moradias afetadas, e (v) número de pessoas afetadas, abrigadas, sinistradas, feridas, desaparecidas, mortas.
- O Sistema de Informação Social em Emergências do Ministério de Desenvolvimento Social e Família recolhe informações sobre domicílios afetados por desastres. A [Ficha Básica de Emergência \(FIBE\)](#) coleta informações

sobre danos às moradias, o que pode contribuir para a identificação de famílias deslocadas. A [Ficha Básica de Emergência Hídrica \(FIBEH\)](#) ajuda a identificar moradias em situação de emergência devido à crise hídrica, que podem estar em risco de deslocamento. A [Pesquisa de Caracterização Socioeconômica Nacional do Ministério de Desenvolvimento Social \(CASEN\) 2017](#) inclui perguntas sobre danos às moradias causados por desastres, que podem contribuir para a identificação de casos de deslocamento.

- O [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#) e o [Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres \(SENAPRED\)](#) estão desenvolvendo, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), uma metodologia de hotspots para ter modelos preditivos de mobilidade humana devido a mudanças climáticas e desastres. Esta ferramenta fará parte da 8ª Contribuição Determinada de caráter nacional.
- O SENAPRED dispõe de informações coletadas pelo extinto ONEMI com informações sobre [danos humanos](#) relativos ao deslocamento, tais como: i) afetados; (ii) sinistrados; (iii) abrigados e (iv) evacuados. Esta informação é também consolidada pelo INE nos relatórios ambientais anuais.
- A [Avaliação de Danos e Análise de Necessidades – EDAN Saúde Mental](#) do Ministério da Saúde fornece informações sobre os impactos do evento na comunidade, com dados de interesse para as dimensões de mobilidade humana ligada a desastres, incluindo dados sobre grupos populacionais deslocados.
- O INE dispõe de um Portal de Mapas, com sistema de Geodados Abertos, onde encontram-se disponíveis informações estatísticas de diversos tipos e censitária, representada através de mapas. Os dados sobre assentamentos humanos incluem aqueles afetados por emergências.

c) Realocação planejada

O Chile não possui uma norma que aborde específica e exclusivamente a realocação planejada no âmbito nacional³³. O país produz informações sobre realocação planejada no contexto dos processos de reconstrução de áreas afetadas por desastres.

- O [Ministério de Habitação e Urbanismo](#), em sua seção sobre [Redução do Risco de Desastres e Reconstrução](#),

fornece informações sobre processos de reconstrução em áreas afetadas por desastres, que incluem dados de desastres, ações de reconstrução e as soluções propostas em matéria de habitação e realocação (construção de novas moradias ou aquisição de moradias em outros locais mais seguros, a reconstrução das moradias afetadas, etc.). Permite identificar o número de famílias afetadas e beneficiadas por cada tipo de solução.

- O [Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental \(SEIA\)](#) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) analisa os efeitos das atividades humanas ou projetos de uso do solo ou uso de recursos naturais, incluindo em seus indicadores de impacto o Reassentamento de Comunidades Humanas, ou alteração significativa dos sistemas de vida e costumes de grupos humanos.

d) Imobilidade

O estudo identificou alguns dados específicos sobre imobilidade. Informações disponíveis sobre áreas de risco e comunidades afetadas poderiam contribuir para caracterizar os contextos de imobilidade:

- Os Relatórios Estatísticos do antigo Escritório Nacional de Emergência do Ministério do Interior e Segurança Pública (ONEMI), atual SENAPRED, apresentam no [Edan Saúde Mental](#)³⁴ informações sobre pessoas isoladas
- O [Sistema de Indicadores e Padrões de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Urbano](#) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) inclui os seguintes indicadores de integração social e qualidade dos bairros e moradias: (i) planejamento de cidades e regiões, que inclui a porcentagem da população exposta a inundações por tsunamis e; (ii) integração social e qualidade de bairros e moradias, que leva em consideração o índice de segregação da população vulnerável, que - quando relacionado aos dados ambientais - poderia identificar comunidades em situação de risco.
- A [Ficha Básica de Emergência Hídrica FIBEH](#) do Ministério do Desenvolvimento Social e Família contribui para identificar moradias em situação de emergência devido à crise hídrica³⁵, o que poderia indicar situações de imobilidade.
- O [Visualizador Chile Preparado](#) do SENAPRED, a Corporação Nacional Florestal (CONAF) e o Serviço

³³ O Chile possui a Lei nº 19.300 que estabelece o Decreto nº 40 sobre o SEIA onde indica parâmetros de reassentamento de comunidades humanas em contextos de risco ou degradação ambiental, e que é operacionalizado pelo Serviço de Avaliação Ambiental através do sistema de avaliação de impacto ambiental (SEIA) que, além disso, possui seu próprio regulamento e um guia sobre o quadro de realocações e também de comunidades que se encontram em situação de imobilidade e a responsabilidade dos atores territoriais.

³⁴ O ONEMI existiu até 31 de dezembro de 2022. Em janeiro de 2023 converteu-se em Serviço Estatal, respondendo às disposições da lei que cria o Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres (SENAPRED 21.364). Os dados constantes em arquivos do ONEMI foram transferidos para a SENAPRED.

³⁵ O déficit hídrico é entendido como a falta de precipitação, a diminuição do escoamento (água da chuva que circula livremente pela superfície de um terreno) ou o esgotamento dos poços, o que produz limitações no acesso à água potável para consumo humano.

Nacional de Geologia e Mineração utilizam geoinformação para identificar ameaças e áreas expostas a riscos de desastres, o que pode contribuir para o mapeamento de pessoas, níveis de exposição e comunidades vulneráveis.

- O [Grupo de Trabalho sobre Assentamentos Humanos - ArClim](#)³⁶ analisa o impacto das mudanças climáticas nos assentamentos humanos e produz informação sobre riscos, impactos e capacidade de resiliência/adaptação relevantes para a análise da mobilidade humana. Em particular, as análises em relação às inundações e à segurança hídrica doméstica urbana no âmbito do eixo da saúde e bem-estar poderiam configurar pontos de entrada para abordar contextos de imobilidade e potencial deslocamento/migração de pessoas.
- A [Plataforma de Risco e Adaptação Climática Territorial](#) foi desenvolvida pelo Centro de Ação Climática (CAC), o Centro do Clima e da Resiliência (CR)2 e o Núcleo de Estudos Sistêmicos Transdisciplinares (NEST-r3) e apresenta informações sobre riscos de desastres no âmbito local (Valparaíso).

6.4.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O estudo não identificou a abordagem de gênero nos dados relativos à mobilidade humana e fatores ambientais, além de dados residuais desagregados por sexo. Dados e iniciativas focados em grupos em situação de vulnerabilidade apresentam potencial de contribuição para a produção de informações sobre esses movimentos.

- Em 2022, foi criada a [Unidade de Gênero](#) no âmbito do [Serviço Nacional de Migrações](#) (SERMIG) institucionalizando o compromisso de incorporar a abordagem em seu trabalho.
- No contexto de desastres, a [EDAN Saúde Mental](#) recolhe informações sobre violência de gênero e abuso infantil, seja como impacto do desastre ou como fatores prévios de vulnerabilidade nas comunidades. Nos relatórios ALFA e DELTA do Sistema de Avaliação de Danos e Necessidades em Situações de Emergência e Desastre, os dados são desagregados por sexo e por idade, com foco em crianças, no relatório DELTA. Essas informações permitem a identificação de crianças abrigadas. A Mesa de Trabalho de Gestão de Riscos e Gênero publicou o documento de trabalho [Gênero e redução do risco de desastres – Abordagem a nível local](#). A Ficha Básica de Emergência

(FIBE) e a Ficha Básica de Emergência Hídrica (FIBEH), sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Família, desagregam os dados por sexo, idade e deficiência.

- O Ministério do Meio Ambiente do Chile desenvolveu um [Manual de gestão para a incorporação da perspectiva de gênero](#) na ação climática que fornece diversas ferramentas práticas. O anexo 9 incorpora a migração forçada.
- A iniciativa [Apoio à Mulher Migrante](#) no âmbito do SERMIG, para reduzir a disparidade de gênero no acesso à informação. O Subcomitê de [Estatísticas de Gênero](#), coordenado pelo INE e pelo Ministério da Mulher e a Igualdade de Gênero (MinMujeryEG), produz estatísticas de gênero que incluem dados sobre a população estrangeira. Os indicadores referem-se às seguintes áreas temáticas: (i) economia e finanças; (ii) educação, cultura, ciência e tecnologia; (iii) inclusão social; (iv) segurança e justiça; (v) trabalho; (vi) população; (vii) violência de gênero; (viii) saúde e estilo de vida e (ix) poder na tomada de decisões. Assim, existe potencial para sinergias com dados ambientais.
- O INE disponibiliza o [Atlas de Gênero](#), uma coleção de mapas que, através de indicadores regionais, torna visíveis as desigualdades, lacunas ou barreiras de gênero que as pessoas vivenciam nas diferentes dimensões das suas vidas. Os indicadores são apresentados em torno de quatro áreas: tomada de decisão, econômica, física e processos de aprendizagem para a mudança cultural.
- No contexto da mudança do clima e meio ambiente, a [Mesa de Gênero e Mudança Climática](#) liderada pelo Ministério do Meio Ambiente visa incorporar a abordagem de gênero nos instrumentos de política pública sobre mudanças climáticas. O Ministério do Meio Ambiente do Chile desenvolveu um Manual de gestão para a incorporação da abordagem de gênero na ação climática que fornece diversas ferramentas práticas. O Anexo 9 incorpora a migração forçada nos indicadores relativos a políticas e planos nacionais em matéria de mudança do clima com uma perspectiva de gênero. O Relatório do Ambiente tem um capítulo relativo a [Gênero e Meio Ambiente](#). As estatísticas sobre condições de vida e cultura incluem indicadores relativos a grupos étnicos, com a produção de dados sobre a população indígena e afrodescendente. O [Questionário Censo 2017 - Censo de População e Moradia](#), [Questionário de Moradias Coletivas 2017](#) e o [Questionário de Moradias Coletivas](#) incluem perguntas que identificam o pertencimento a povos indígenas ou originários.

³⁶ Projeto do Ministério do Meio Ambiente do Governo do Chile, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa do Clima e da Resiliência (CR2) e pelo Centro de Mudanças Globais (CCG-Universidade Católica do Chile) e outros colaboradores.

RECOMENDAÇÕES

- Incorporar perguntas que questionem a motivação da migração no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), pesquisas domiciliares e censos, com alternativas que explicitem os fatores ambientais e climáticos. Adicionar também perguntas sobre condições de vulnerabilidade e exposição.
- Adicionar a categoria “pessoas deslocadas” à categoria de “afetados”, “abrigados” e “evacuados” do Serviço Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres (SENAPRED), na coleta de dados sobre desastres para melhorar a estimativa dos deslocamentos. É importante apoiar e desenvolver a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Serviço Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres (SENAPRED) de criar um cadastro de pessoas deslocadas no contexto de desastres e mudanças climáticas.
- Dada a dispersão dos órgãos que produzem dados sobre deslocamento, recomenda-se promover a coordenação interinstitucional (SENAPRED, Ministério do Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Social, CR2, Ministério da Mulher e Igualdade de Gênero e outros atores relevantes) para uma abordagem abrangente da mobilidade ambiental e climática com o objetivo de fortalecer a disponibilidade de dados e alimentar modelos preditivos que permitam ter cenários de mobilidade humana em contextos de eventos de mudança climática, degradação ambiental e desastres. A Mesa de Mobilidade Humana no contexto da Mudança do Clima e Desastres, que faz parte da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Desastres, poderia ser um âmbito favorável para essa finalidade. Promover o diálogo e a coordenação entre órgãos que geram dados sobre deslocamento, a fim de integrar a abordagem de gênero nos instrumentos de coleta de dados. Poderia ser utilizado como subsídio o EDAN do Ministério da Saúde, que inclui categorias de análise relevantes.
- Avançar no processo de coleta de dados a respeito de áreas com assentamentos precários e alto estresse hídrico e a elaboração do guia de diretrizes para a mobilidade humana proposto, no contexto das mudanças climáticas e desastres, como parte do desenvolvimento dos trabalhos de instalação da Mesa sobre Mobilidade Humana, Mudança do Clima e Deslocamentos por Desastres³⁷ em 2020.
- Para recuperar dados sobre situações de imobilidade e risco de deslocamento, recomenda-se incorporar categorias que indaguem sobre a intenção-impossibilidade de transferência nas Fichas (i) Básica de Emergência Hídrica FIBEH e FIBE do Ministério do Desenvolvimento Social e Família. Da mesma forma, incorporar a imobilidade humana nos dados sobre degradação e riscos ambientais nos sistemas de dados ambientais (SENAPRED).
- Incorporar na plataforma ARClm dados relativos ao movimento populacional, nomeadamente na análise do eixo de saúde e bem-estar, para a construção de um indicador sobre mobilidade humana que permita, com base na metodologia e em dados socioambientais já consolidados, gerar informações sobre a mobilidade ambiental e climática em suas diferentes dinâmicas.
- Consolidar nos registros nacionais a informação sobre as variáveis e causas da realocação, os processos de realocação e de reconstrução/reurbanização empreendidos pelo Ministério da Habitação e Urbanismo, incluindo as informações do SEIA, a fim de poder avançar no desenvolvimento de estatísticas e uma abordagem abrangente.

³⁷ Participam da Mesa atores governamentais, representantes setoriais, academia, órgãos internacionais e locais.

6.5 COLÔMBIA

Colômbia

6.5.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

Verifica-se que existem instrumentos que registram a migração transfronteiriça ligada a fatores ambientais e climáticos exclusivamente para as pessoas migrantes venezuelanas. Para nacionais de outros países, os outros instrumentos dos órgãos de estatística e migração produzem dados sobre migração não relacionados com fatores ambientais:

- A pesquisa de caracterização, pré-requisito (virtual) para acessar o Estatuto Temporária de Proteção para Migrantes Venezuelanos, indaga os motivos da migração, entre outras dimensões de análise (saúde, educação, previdência social, etc.), e propõe como opção de resposta os “desastres”.
- A [Pesquisa Pulso da Migração \(2023\)](#), que procura complementar a informação produzida pelo DANE que caracteriza a população migrante da Venezuela, inclui os desastres como motivo de abandono da moradia.
- O [Cartão Migratório Único](#) coleta dados sobre o país de origem e motivo da viagem (não inclui fatores ambientais).
- O [Sistema de Plataforma de Informação Migratória \(PLATINUM\)](#) no âmbito da [Unidade Administrativa Especial Migração Colômbia \(UAEMC\)](#) gerencia as informações entrada e saída de pessoas do país para a verificação de passageiros e registro da operação gerada em cada um dos Postos de Controle. As informações encontram-se desagregadas por sexo e faixa etária.
- O Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) produz dados sobre migração transfronteiriça e interna através do Censo e do seu [questionário domiciliar](#). Os dados do [Censo Nacional de População e Moradia \(2018\)](#) através do seu questionário para domicílios e questionário para locais de abrigo permitiu identificar nacionalidade, destino interno ou transfronteiriço.

- Os números sobre entradas e saídas do território nacional são publicados nos [Anuários Estatísticos dos Movimentos Internacionais](#) em trabalho conjunto da UAEMC, o DANE e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). No Geoportal do DANE encontra-se disponível um [Geovisualizador de Fluxos de Migração Internacional](#).
- Os dados sobre mudança do clima estão disponíveis e podem ser potencializados para identificar contextos de risco e impactos que podem influenciar os padrões de mobilidade humana. O [Sistema de Informação Ambiental da Colômbia do Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável](#) fornece dados sobre vulnerabilidade, risco e adaptação. A Direção de Mudança Climática e Gestão de Riscos do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável atua em atividades de [Monitoramento, Relatórios e Verificação \(MRV\)](#) que procuram coletar dados e compilar informações em relatórios e inventários. A Direção de Mudança Climática e Gestão de Riscos do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui uma ferramenta de [Monitoramento e Avaliação da Adaptação](#). O [Sistema Nacional de Indicadores de Adaptação à Mudança do Clima \(SNIACC\)](#) inclui indicadores relativos à capacidade de adaptação e indicadores de ameaças, vulnerabilidade e potenciais impactos.

b) Deslocamento

As informações sobre deslocamentos são coletadas juntamente com dados sobre desastres e sobre indivíduos e famílias através de diferentes fontes:

- O [Registro Único Nacional de Vítimas \(RUD\)](#) é o sistema que reúne e compila dados sobre pessoas afetadas por desastres, obtidos através do formulário (R.U.D.). Os dados disponíveis são: (i) localização; (ii) data; (iii) tipo de evento, e (iv) o número de famílias e pessoas afetadas. As informações são apresentadas em formato de relatórios, disponíveis no site da UNGRD.

- A [Avaliação de Danos e Análise de Necessidades \(EDAN\)](#) pode utilizar três formulários: (i) visualizador preliminar, que é uma avaliação rápida nas horas seguintes ao desastre; (ii) avaliação detalhada dos danos, necessidades e riscos associados ao formato para consolidar informações sobre danos e necessidades por município, e (iii) avaliação detalhada dos danos, necessidades e riscos associados ao formato para consolidar as informações sobre danos e necessidades por departamento. Recolhe dados sobre pessoas e famílias afetadas, que - de acordo com o Glossário de Termos e Conceitos da Gestão do Risco de Desastres para os países membros da Comunidade Andina³⁸ - inclui pessoas evacuadas, deslocadas e realocadas. A coleta de informações sobre danos às moradias também pode contribuir para evidenciar a situação de deslocamento.
- O Sistema Nacional de Informação para Gestão de Risco de Desastres apresenta [mapas de alertas públicos e últimas emergências](#); relatório consolidado e detalhado de emergências; relatório de eventos atualizado; mapa consolidado de emergências. Possui um [Relatório Anual Consolidado de Emergências](#) que fornece informações sobre eventos e danos humanos e materiais, incluindo moradias destruídas e danificadas, entre outros, bem como medidas de assistência e apoio do Fundo Nacional de Gestão do Risco de Desastres.
- A [Grande Pesquisa Integrada de Moradias](#) de 2022 do DANE inclui os desastres como um dos motivos para a mudança de local de residência.
- No conjunto de estatísticas do DANE sobre o território são produzidas estatísticas sobre o meio ambiente, que incluem o [registro único de vítimas de emergência invernal](#) gerada pelo fenômeno La Niña.
- A Direção de Mudança do Clima e Gestão de Riscos, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, trabalha na [Avaliação de Danos e Análise de Necessidades Ambientais Pós-Desastre Continental \(EDANA C\)](#), que inclui uma avaliação inicial de danos, identificação e estimativa de perdas e necessidades ambientais, como informações para os tomadores de decisão nas fases de atendimento e recuperação do evento

c) Realocação planejada

Foi possível identificar registros sobre reassentamento de comunidades localizadas em áreas de risco no âmbito local. Os dados mapeados no estudo poderiam contribuir para identificar comunidades expostas a riscos climáticos e de desastres.

- Os [Atlas de Riscos](#) da Unidade Nacional de Gestão do Risco de Desastres (UNGRD) fornecem informações sobre infraestruturas danificadas, incluindo moradias, mas não foram identificadas informações sobre planos de realocação ou reassentamento de populações expostas a riscos.
- Ministério de Habitação tem um quadro político de reassentamento para o Projeto Nacional de Eliminação de Resíduos Sólidos, que fornece orientações sobre o assunto, o quadro jurídico, formulação e implementação de planos de reassentamento, responsabilidades institucionais e procedimentos para a implementação do reassentamento. Contudo, não apresenta informações sistematizadas sobre casos de reassentamento.
- O [Instituto Distrital de Gestão de Riscos e Mudança Climática](#) da prefeitura da cidade de Bogotá apresenta dados sobre reassentamento em intervenções de moradias em condições de alto risco.

d) Imobilidade

Informações sobre áreas de risco e comunidades afetadas poderiam contribuir para caracterizar os contextos de imobilidade. O estudo não identificou dados específicos sobre imobilidade

- O DANE possui um [Geoportal](#) com geoinformações e mapas relacionados às estatísticas ambientais. O Geoportal é uma ferramenta de exploração e reconhecimento do território nacional que inclui informações estatísticas e geoespaciais produzidas pelo DANE, incorporando os seguintes serviços: (i) Geovisualizadores, (ii) Mapas Interativos e (iii) Serviços Web Geográficos. Não foram encontradas informações específicas sobre a mobilidade humana no contexto das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental. Contudo, no conjunto dos [Geovisualizadores de Estatísticas Experimentais](#), existe o Visualizador do indicador ODS 11.1.1 Proporção de população urbana residente em assentamentos precários, assentamentos informais ou moradias inadequadas, que pode contribuir para identificar populações em situação de imobilidade, risco de deslocamento ou expostas a riscos ambientais.
- Um [Relatório Anual Consolidado de Emergência](#), reportado pelo Sistema Nacional de Informação para Gestão do Risco de Desastres entre 1998-2017, inclui dados sobre: descrição e localização, tipo de danos, apoio do fundo nacional de gestão de risco e resposta a desastres, decretos de calamidade pública, monitoramento e controle de emergência, acompanhamento contratual e assistência técnica para a resposta.

³⁸ O Glossário de Termos e Conceitos da Gestão do Risco de Desastres para os países membros da Comunidade Andina (2018), da qual a Colômbia é país membro, entende como "afetados" aqueles deslocados, evacuados e realocados, ou pessoas que sofreram danos diretos aos seus meios de subsistência ou bens econômicos, físicos, sociais, culturais e/ou ambientais. Dessa forma, a categoria de pessoas deslocadas é incluída na coleta de dados sobre desastres na categoria "afetados". Os dados específicos de deslocamento não são detalhados.

- O Sistema Nacional de Informação para Gestão do Risco de Desastres possui informação geográfica e o [visualizador de redução de risco](#), que conta com imagens de satélite para a identificação de emergências e desastres.
- O [Balanço da Situação de Desastres Nacionais](#) da Unidade Nacional de Gestão do Risco de Desastres (UNGRD) traz relatórios situacionais, de novembro de 2022 a janeiro de 2023, com informações sobre alertas, áreas ameaçadas discriminadas por tipo de evento e efeitos, incluindo danos humanos.
- A [Grande Pesquisa Integrada de Domicílios](#) de 2022 dispõe de dados sobre as condições ambientais dos domicílios que poderiam caracterizar situações de imobilidade.

6.5.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A Colômbia incorpora abordagens transversais nas ferramentas de coleta de dados. Dados e iniciativas focados em grupos em situação de vulnerabilidade apresentam potencial de contribuição para a produção de dados relativos à mobilidade humana e a fatores ambientais.

- A Direção de Mudança do Clima e Gestão de Riscos dispõe das seguintes [ferramentas de Gênero e Mudanças Climáticas](#): roteiro de gênero e mudança climática (2023); gênero e mudança climática: programa de fortalecimento de capacidades para a integração de uma abordagem de gênero na gestão da mudança climática (2021); webinar

“Gênero no Desenvolvimento Urbano Sustentável (2021)”; “Programa de fortalecimento – Sessão de início: Gênero, Mudança Climática e Transporte (2021)”; Webinar “Gênero no Desenvolvimento Industrial Sustentável (2021)”; “Programa de fortalecimento – sessão de início: Gênero e Mudança Climática (2021)”; “estudo de casos - mitigação (2021)”; “estudo de casos - adaptação (2021)”; “a natureza de gênero dos desastres (2020)”; “guias setoriais de gênero e mudanças climáticas: guia moradia n.º 1 (2021)”; “guia transporte n.º 2 (2021)”; “guia indústria n.º 3 (2021)”; “guia meio ambiente n.º 4 (2021)”; “guia mineração energética n.º 5 (2020)”; “guia agropecuário n.º 6 (2020)”.

- O DANE começou a desenvolver estatísticas com uma abordagem diferencial, incluindo a identidade de gênero. Contudo, não foram identificadas estatísticas e indicadores ambientais que levassem em conta os impactos do meio ambiente sobre as questões de gênero. O Geoportal do DANE possui um [Geovisualizador de Grupos por níveis de vulnerabilidade](#).
- O formulário do [Registro Único de Vítimas \(R.U.D.\)](#) coleta informações sobre a população afetada por desastres. Os dados sobre os “afetados” são desagregados por sexo, idade e etnia.
- O [Questionário Domiciliar](#) de 2018 não incluiu perguntas sobre identidade de gênero. Apenas é identificada a desagregação por sexo. O Questionário Domiciliar e o [Questionário para Locais Especiais de Alojamento \(LEA\)](#) levou em consideração territórios étnicos de proteção indígena, a comunidade negra, e identificou populações indígenas.

RECOMENDAÇÕES

- Integrar categorias que permitam contabilizar a motivação associada a fatores ambientais e climáticos nos cartões de entrada e saída do país, bem como nos censos e pesquisas domiciliares.
- Incorporar a abordagem da migração no contexto do meio ambiente, desastres e mudança climática em bases socioambientais poderia permitir a análise de situações de imobilidade (p. ex., no indicador 11.1.1 da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do DANE, ou nos Geovisualizadores de Estatísticas Experimentais DANE).
- Diante da dispersão terminológica, avançar na padronização e precisão conceitual (termos, prazos, retorno, etc.) nos instrumentos de coleta de dados sobre deslocamento. Avançar na coordenação interinstitucional que permita processos de padronização para todas as ferramentas de coleta. Um ponto de partida poderia ser o Glossário da Comunidade Andina. Adicionar a categoria “pessoas deslocadas” nos formulários de coleta de dados que incluem os afetados e sinistrados.
- Promover a coleta, sistematização e consolidação a nível nacional de dados sobre realocação planejada ligada a fatores ambientais, incluindo questões de gênero ou grupos em situação de vulnerabilidade em bases de dados (Atlas de Riscos, Ministério da Habitação, em indicadores e estatísticas).
- Incorporar a perspectiva da mobilidade humana no Sistema de Informação Ambiental Colombiano e outras bases de dados sobre mudança do clima, tanto em relação a eventos repentinos quanto os de evolução progressiva, que pode estar alinhada com os dados disponíveis sobre adaptação e riscos.
- Avançar no fortalecimento das capacidades de autoridades municipais em matéria de produção e processamento de dados. Promover a colaboração entre instituições governamentais, organizações internacionais, ONGs, universidades e comunidades locais para melhorar a coleta, análise e utilização de dados relativos à mobilidade humana no contexto ambiental.
- Transversalizar a abordagem de gênero nos instrumentos de coleta de dados onde ainda não são contemplados e promover análises que permitam mostrar o impacto diferenciado nas mulheres.

6.6

EQUADOR

Equador

6.6.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

O Equador produz dados estatísticos sobre migração transfronteiriça e interna e há evolução na incorporação da perspectiva da mobilidade humana no contexto dos dados climáticos. No entanto, até o momento, o estudo não identificou dados específicos de migração relacionados com fatores ambientais:

- O [Cartão Andino de Migração](#), administrado pela Direção de Controle Migratório, coleta dados de entrada e saída de pessoas no país, motivo da viagem (turismo, negócios, visita a parentes, saúde, trabalho, educação/congresso, retorno e outros) e o tempo de permanência. Os dados são desagregados por sexo, idade, estado civil, nacionalidade, ocupação/profissão.
- O Ministério do Interior e o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) fornecem dados sobre entradas e saídas de equatorianos. O [Registro Estatístico de Entradas e Saídas Internacionais](#) informa sobre o tipo de movimento, nacionalidade, sexo, idade, data do movimento migratório, país de origem ou destino, classe migratória, motivo da viagem e profissão. A Plataforma “[Migração Equador](#)” apresenta estatísticas sobre os fluxos migratórios de cidadãos equatorianos e estrangeiros.
- O [visualizador de entradas e saídas internacionais](#) do INEC apresenta dados relativos ao país de origem, nacionalidade e motivo da viagem. Os dados são desagregados por sexo e idade. Estatísticas sobre os fluxos migratórios estão disponíveis no [VDatos – Fluxo Migratório](#) e no [Banco de Dados Abertos](#) do governo.
- No [VIII Censo de População, VII de Moradias e I de Comunidades \(2022\)](#), o questionário apresenta uma seção sobre emigração, sem perguntas relativas ao

motivo do movimento migratório nem ao motivo de retorno ao país de origem.

- A [Lei Orgânica de Mobilidade Humana \(2017\)](#) estabelece como mecanismo de proteção o visto humanitário para vítimas de desastres naturais ou ambientais (art. 58). Entretanto, a aplicação e os registros deste mecanismo são desconhecidos.
- São produzidos dados e indicadores climáticos que, embora não incluam a perspectiva migratória, poderiam contribuir para identificar condições climáticas que podem impulsionar os movimentos populacionais e as comunidades mais afetadas, como os indicadores climáticos do INEC e do [Sistema Nacional de Indicadores Ambientais e Sustentabilidade \(SINIAS\)](#). Este último inclui a vulnerabilidade às mudanças climáticas com base na capacidade de adaptação. A [Plataforma sobre Adaptação à Mudança do Clima do Equador](#) fornece informações e mapas de ameaças climáticas. Os modelos de Fichas para a elaboração de Perfis de Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas previstos no [Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas](#) coletam informações sobre ameaças, riscos e impactos climáticos sobre sistemas humanos, que poderiam incluir os movimentos migratórios de pessoas ligados aos efeitos do clima.
- O [Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – 2023-2027 \(PNA\)](#) prevê indicadores para o monitoramento de medidas implementadas para a mobilidade humana e as alterações climáticas, tais como a porcentagem de população migrante por motivos climáticos (nacionais e internacionais) afetada por eventos hidrometeorológicos, com desagregação por gênero, idade e cantão/província de residência, e porcentagem da população exposta a ameaças climáticas.
- O Grupo de Trabalho Mobilidade Humana, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (GT-MHACC), espaço de coordenação, troca de informações e articulação de iniciativas sobre o tema e que busca influenciar políticas públicas sobre mobilidade humana, meio ambiente e gestão de riscos para facilitar o movimento de pessoas expostas a ameaças ambientais e climáticas, tem entre seus objetivos

a geração e compartilhamento de informações para: (i) identificar processos migratórios por motivos ambientais e climáticos, caracterizar perfis da população afetada, (ii) conhecer fluxos de movimento migratório (origem e destino) e (iii) identificar necessidades de assistência humanitária, proteção, saúde, meios de subsistência e integração, para gerar respostas coordenadas e pertinentes.

b) Deslocamento

Dados relativos ao deslocamento interno foram identificados no contexto de desastres. O estudo identificou instrumentos de coleta de dados e sistemas de informação sobre desastres:

- Embora a categoria “deslocado/deslocamento” não seja utilizada em formulários e bases de dados de desastres, são colhidas informações sobre pessoas afetadas, evacuadas e abrigadas, danos a moradias (temporariamente inabitáveis, danificação parcial - habitável, danificação total - inabitável), pessoas e domicílios que precisam de abrigo e necessidades de alojamento (família de acolhimento ou alojamento temporário) ([Avaliação Inicial de Necessidades por Eventos Perigosos – EVIN](#), Ficha de Coleta de Informações de Famílias Afetadas/Prejudicadas, [Relatórios de Situação por emergências e desastres – SitRep](#), [Relatórios de monitoramento de ameaças e eventos perigosos](#)).
- Os [SitRep](#) incluem dados sobre impactos nas pessoas e nas casas, incluindo pessoas alojadas e pessoas evacuadas. Os [Relatórios de monitoramento de ameaças e eventos perigosos](#) informam sobre pessoas evacuadas. Os [níveis de alertas e comunicados vigentes estabelecidos pela Secretaria de Gestão de Riscos \(SGR\)](#) fornecem informações sobre as comunidades afetadas e recomendações relativas à evacuação de pessoas.
- O Equador adotou um Cadastro Único de Vítimas (RUD) por ocasião do Terremoto de 2016, criado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC), com menção a 3 tipos de impacto: humano, habitacional e de meios de subsistência, e foi realizado em três fases: (i) Cadastro em Abrigos/Refúgios, (ii) Varredura nas áreas afetadas para registrar as vítimas que não estão em abrigos, mas que estão localizadas nas áreas mais afetadas, e (iii) Convocatória às vítimas deslocadas para registrar as pessoas afetadas que optaram por se deslocar da sua localização territorial antes do terremoto para outro território.
- A Ficha de Avaliação de Danos e Análise de Necessidades para Instituições Educacionais ([EDAN Educação](#)), do Ministério da Educação, coleta dados de pessoas evacuadas da comunidade educacional e de famílias abrigadas quando a instituição educacional é usada como abrigo temporário.

- O [Atlas de espaços geográficos expostos a ameaças](#) contribui para a identificação das comunidades e pessoas a serem evacuadas e apresenta informações sobre processos de evacuação, além de algumas informações sobre pessoas abrigadas e que perderam suas moradias em desastres específicos.
- O [Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia \(INAMHI\)](#) utiliza informação geoespacial para informar sobre desastres, com potencial utilização para alertar a população em risco de deslocamento.
- O visualizador de informações para gestão de riscos para eventos e locais específicos do [Geoportal da Secretaria de Gestão de Riscos](#) permite o acesso a um mapa que indica as moradias destruídas e afetadas, bem como abrigos e famílias de acolhimento.
- O [INEC](#) produz indicadores sobre eventos extremos e desastres, que permitem identificar impactos humanos e materiais e dados sobre pessoas abrigadas e evacuadas.

c) Realocação planejada

Não foi possível identificar registros sistematizados sobre a realocação planejada e reassentamento de comunidades localizadas em áreas de risco, embora o Equador possua programas de realocação em contextos de desastre:

- O [Ministério do Desenvolvimento Urbano e Habitação \(MIDUVI\)](#) desenvolve o Projeto Nacional de Gestão de Riscos para Habitação, no âmbito do qual as famílias afetadas que perderam suas moradias ou cujos terrenos se encontram em áreas de risco são realocadas para áreas seguras de baixa vulnerabilidade. Contudo, não foi possível identificar uma base de dados ou repositório que apresente estatísticas e informações sobre as pessoas beneficiadas.
- Em relação aos dados sobre desastres, alguns [SitRep](#) incluem informações sobre famílias realocadas e sobre medidas e programas para realocar famílias afetadas, além de dados sobre os impactos nas pessoas e nas moradias, o que pode contribuir para identificar casos de realocação. Trata-se de informação inicial sobre os impactos das ameaças, que não reflete acordos entre o governo e a população afetada.

d) Imobilidade:

O estudo não identificou dados específicos sobre imobilidade. Informações sobre áreas de risco, vulnerabilidade climática e ambiental e comunidades afetadas poderiam contribuir para caracterizar essas situações:

- As áreas expostas a eventos, ameaças e riscos estão disponíveis no [Atlas de Espaços Geográficos Expostos a Ameaças](#) e no [Alertas Equador](#).

- No [Geoportal da SGR](#) há um visualizador de informações para gestão de riscos relativos a eventos e localidades específicas, que permitem identificar as comunidades e moradias expostas a riscos. Os [Níveis de alertas e comunicados vigentes](#) da SGR apresentam níveis de alerta relativos a eventos perigosos com uma descrição dos riscos e áreas afetadas, incluindo moradias e comunidades.
- Os dados sobre os danos causados aos meios de subsistência em contextos de desastre coletados no [EVIN](#) poderiam ser um sinal de vulnerabilidade.
- Os indicadores sobre vulnerabilidade às mudanças climáticas do [SINIAS](#), bem como as informações sobre ameaças climáticas da [Plataforma de Adaptação à Mudança do Clima do Equador](#), podem contribuir para identificar as populações vulneráveis às variações climáticas e seus impactos.
- O [INEC](#) produz estatísticas ambientais e o [Sistema Integrado VData](#) apresenta indicadores do Quadro para o Desenvolvimento de Estatísticas Ambientais, entre eles qualidade ambiental, assentamentos humanos e saúde ambiental. São produzidas informações sobre famílias que enfrentam problemas ambientais. O [Geoportal](#) e os [visualizadores de estatísticas do INEC](#) permitem a geração de mapas das informações ambientais. As estatísticas sociodemográficas e sociais do INEC incluem dados sobre habitação e assentamentos humanos, com informações sobre acesso a serviços, como água potável e saneamento.
- A [Pesquisa Nacional Multipropósito de Moradias](#) (relativa ao Plano Nacional de Desenvolvimento) recolhe dados sobre as condições ambientais das moradias e problemas ambientais nos bairros, que contribuem para identificar as famílias e áreas mais afetadas por esses problemas.

6.6.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O Equador incorpora a abordagem de gênero e de grupos em situação de vulnerabilidade nos dados de mobilidade humana, ambientais e climáticos:

- Nos dados sobre desastres, o [EVIN](#) recolhe dados sobre a população com necessidades especiais, que inclui domicílios chefiados por mulheres e adolescentes; mulheres grávidas; mulheres lactantes, crianças ou adolescentes desacompanhados ou separados, idosos,

pessoas com doenças crônicas físicas ou mentais; pessoas que sofreram algum tipo de violência e pessoas com deficiência. Na Ficha de Coleta de Informações de Famílias Afetadas/Prejudicadas, os dados encontram-se desagregados por idade e deficiência e a desagregação por sexo também indica “mulheres grávidas” e “lactantes”.

- A Secretaria de Gestão de Riscos estabeleceu diretrizes para a prevenção da violência de gênero no contexto de emergências e desastres no [Guia para a Abordagem da Violência com base no Gênero](#), e o SNGRE adotou um [Guia para a proteção de crianças e adolescentes em situações de emergência, desastres ou catástrofes](#), com orientações sobre a produção e gestão de informações relativas a adolescentes e crianças.
- O Ministério do Meio Ambiente e Água publicou o [Guia Técnico para a Integração da Abordagem de Gênero na Gestão da Mudança Climática no Equador](#) (2020), que menciona pessoas em situação de mobilidade humana entre as mais vulneráveis, bem como uma [Caixa de ferramentas para fortalecer capacidades em matéria de gênero e mudança climática](#) (2021).
- A [Pesquisa Nacional Multipropósito de Moradias](#), que recolhe dados sobre condições ambientais nos domicílios e bairros, indaga sobre os papéis relativos às tarefas domésticas e inclui perguntas sobre etnia.
- Os registros administrativos sobre migração, coordenados pela Subsecretaria de Migração, estão desagregados por sexo e são produzidos relatórios estatísticos com foco em alguns grupos em situação de vulnerabilidade.
- Os dados do [Registro Estatístico de Entradas e Saídas](#) e do [Visualizador de Entradas e Saídas Internacionais](#) do INEC são desagregados por sexo e idade.
- O [INEC](#) produz estatísticas sobre gênero e grupos especiais da população, que não estão relacionadas com dimensões da mobilidade humana no contexto do clima, desastres e degradação ambiental.
- O [VIII Censo de População, VII de Moradias e I de Comunidades](#) (2022) inclui perguntas sobre o sexo do entrevistado e a identidade de gênero.
- O Equador possui uma Mesa Técnica de Gênero e Mudança Climática. Nesse contexto, e como iniciativa do Plano Nacional de Adaptação (PNA), foi desenvolvida uma [Caixa de ferramentas para fortalecer capacidades em matéria de gênero e mudança climática](#) e pode promover a produção de dados sobre a matéria. A Plataforma de Adaptação à Mudança do Clima do Equador conta com uma [Base de dados de boas práticas e lições aprendidas com iniciativas de adaptação às alterações climáticas com abordagem de gênero](#).

RECOMENDAÇÕES

- Incorporar nos instrumentos de coleta de dados de migração (Cartão Andino, censos, pesquisas domiciliares) categorias que indaguem sobre a mobilidade humana ligada a fatores ambientais e climáticos. Pesquisas específicas sobre o tema seriam importantes para gerar dados que possam subsidiar sua integração em estatísticas populacionais, socioeconômicas e ambientais.
- Diante da dispersão terminológica, avançar na padronização e precisão conceitual (termos, prazos, retorno, etc.) nos instrumentos de coleta de dados sobre deslocamento. Avançar na coordenação interinstitucional (Serviço Nacional de Gestão de Riscos e Emergências – SNGRE, Ministério do Meio Ambiente, INEC) que possibilite processos de padronização e outras ações. Para tanto, poderia se recorrer ao Grupo de Trabalho Mobilidade Humana, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (GT-MHACC).
- Promover a integralidade da abordagem em matéria de deslocamento, incorporando nos instrumentos de coleta categorias que permitam o acompanhamento das pessoas deslocadas. É necessário aprofundar a análise dos dados sobre danos humanos ligados a desastres, a fim de gerar estatísticas desagregadas que aproveitem toda a informação obtida nos formulários de coleta de dados de desastres. A esse respeito, recomenda-se avançar no fortalecimento de capacidades, no âmbito territorial, das equipes que colhem informações. Para tanto, seria necessário reforçar a coordenação com os governos locais.
- Sistematizar e consolidar os dados sobre realocação planejada ligada a fatores ambientais produzidos pelo MIDUVI em um registro nacional que permita a elaboração de estatísticas e políticas abrangentes.
- Os dados relativos a vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, exposição a riscos, assentamentos e moradias em áreas de risco e grupos em situação de vulnerabilidade podem ser analisados com uma abordagem de mobilidade a fim de identificar situações de imobilidade ou risco de deslocamento, além de estabelecer a coordenação entre os órgãos que produzem esses dados (Serviço Nacional de Gestão de Riscos e Emergências – SNGRE, Ministério do Meio Ambiente, INEC). A (i) mobilidade humana pode ser incorporada aos dados sobre degradação e riscos ambientais em sistemas de dados ambientais (p. ex., SINIAS), bem como às estatísticas ambientais, de moradia e de assentamentos humanos (Instituto Nacional de Defesa Civil – INDECI).
- Transversalizar a abordagem de gênero e de grupos em situação de vulnerabilidade nos instrumentos de coleta de dados onde ainda não são contemplados e promover a sua análise, evidenciando o impacto diferencial nesses grupos. Para os instrumentos de coleta de dados que integram essas abordagens, aproveitar esses dados para gerar estatísticas, considerando que esses dados não estão atualmente refletidos em estatísticas e indicadores de desastres.

6.7

PARAGUAI

Paraguai

6.7.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

Verifica-se que os órgãos migratórios e de estatísticas produzem dados sobre migração interna e transfronteiriça, bem como dados ambientais que, embora não tratem especificamente a migração ligada a fatores ambientais, poderiam contribuir para gerar informação relevante:

- A Direção Nacional de Migrações (DNM), através da [Direção Geral de Movimento Migratório \(DGMM\)](#) administra o movimento migratório que ocorre nas zonas fronteiriças do país a partir do Cartão Migratório, que inclui informações sobre o país de origem e o motivo do movimento (sem levar em consideração os fatores ambientais). A DNM fornece dados atualizados semanalmente (desde 2021), incluindo destinos dos passageiros, faixa etária, sexo e motivos da viagem.
- O [Instituto Nacional de Estatística \(INE\)](#) produz o [Anuário Estatístico do Paraguai](#), que inclui dados desagregados sobre (i) migrantes admitidos por ano, sexo e país de origem (2019-2021); e o [Compêndio Estatístico 2021](#) inclui informações sobre a taxa de migração (anos 1992, 2002, 2012 e 2021). O INE também produz dados sobre migração através do Censo. Os questionários do [Censo Nacional de População e Moradias \(2022\)](#) permitem identificar a nacionalidade, destino interno ou transfronteiriço e o tempo de permanência no local atual.
- O [Instituto Paraguai do Indígena \(INDI\)](#)³⁹ possui um questionário com perguntas sobre mobilidade humana, fenômenos climáticos e ambientais, bem como

mecanismos de adaptação, que contribui para gerar evidências e informações sobre migração no contexto climático.

- A [Direção Nacional de Mudança Climática \(DNCC\)](#), através do [Sistema de Informações Ambientais \(SIA\)](#)⁴⁰, apresenta dados sobre o número total de eventos climáticos e mapa de áreas vulneráveis, incluindo indicadores de vulnerabilidade por departamento e índice ou classificação de diferentes formas de vulnerabilidade. O Visualizador de Cenários Climáticos da DNCC permite visualizar vulnerabilidades por setores priorizados. Essa metodologia de análise de vulnerabilidades diante da Mudança do Clima torna-se uma importante ferramenta que poderia ser utilizada para analisar a mobilidade humana no futuro.

b) Deslocamento

Algumas bases de dados com informações sobre riscos e vulnerabilidades poderiam ajudar a gerar dados específicos sobre deslocamento:

- A [Secretaria de Emergência Nacional \(SEN\)](#) coordena as atividades destinadas à prevenção, resposta e reconstrução das comunidades afetadas por emergências ou desastres. Embora não tenha sido possível acessar a ferramenta de coleta de informações, dentre as atribuições da SEN consta a coleta de dados sobre deslocamento.
- O [Atlas de Risco de Desastres da República do Paraguai](#) disponibiliza um conjunto de mapas que analisam cenários de risco e vulnerabilidade. Ainda não apresenta dados sobre danos humanos (p. ex., número de pessoas afetadas, deslocadas, evacuadas). Por sua vez, o [DNCC](#), através do [SIA](#), fornece dados com mapas de áreas

³⁹ No âmbito do projeto "Fortalecimento das capacidades governamentais no Paraguai diante da mobilidade das comunidades indígenas, com abordagem de gênero, no contexto da mudança do clima, degradação ambiental e desmatamento", o INDI e a OIM produziram evidências para a prevenção da migração forçada por razões ambientais de comunidades indígenas Mbya Guarani.

⁴⁰ Criado pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADES) por meio do Decreto nº 2436/19.

vulneráveis, incluindo indicadores de vulnerabilidade por departamento e índice ou classificação de diferentes formas de vulnerabilidade que também poderiam eventualmente evidenciar as diferentes dimensões da mobilidade humana.

- Embora o [Compêndio Estatístico Ambiental](#) e o [Anuário Estatístico do Paraguai](#) não apresentem informações relacionadas com desastres, o INE está envolvido no desenvolvimento de indicadores sobre riscos de desastres no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das iniciativas do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

c) Realocação planejada

O estudo identificou registros específicos de realocação planejada de comunidades localizadas em áreas de risco, sem constituir um banco de dados consolidado de caráter nacional. Os dados relativos a riscos e vulnerabilidades ambientais poderiam contribuir para a identificação de comunidades expostas a riscos climáticos e de desastres:

- O [Plano Nacional de Implementação do Marco de Sendai \(2018-2022\)](#) do SEN fornece informações sobre dois casos de realocação planejada de comunidades em áreas de risco de inundação nas margens do Rio Paraguai. Além do número de famílias contempladas, o documento traz informações sobre os riscos, as condições e as características das novas moradias e dos projetos habitacionais.
- Dados mapeados no estudo também poderiam contribuir para identificar comunidades expostas a riscos climáticos e desastres, e contribuir para o planejamento destes processos, tais como: (i) o [Compêndio Estatístico Ambiental do Paraguai](#) e (ii) o [Anuário Estatístico do Paraguai](#), que incluem informações sobre precipitação e níveis do Rio Paraguai; e (iii) o [Atlas de Risco de Desastres da República do Paraguai](#), que apresenta mapas temáticos para as ameaças mais recorrentes e análises de vulnerabilidades socioeconômicas, físicas, institucionais e de capacidades.
- O projeto [Assunção, Cidade Verde das Américas – Caminhos da Sustentabilidade](#), também conhecido como Assunção Sustentável, apresenta mapas de áreas de inundação que poderiam ser úteis para gerenciar programas de realocação planejada

d) Imobilidade

EO estudo não identificou dados específicos sobre imobilidade. Informações disponíveis sobre cenários

de riscos e vulnerabilidades poderiam contribuir para caracterizar contextos de imobilidade:

- [Atlas de Risco de Desastres da República do Paraguai](#) possui dados sobre ameaças e riscos de desastres ligados a vulnerabilidades socioeconômicas que poderiam contribuir para a identificação de situações de imobilidade. O Atlas contém informação sobre riscos correspondentes às combinações entre diferentes níveis de ameaças e vulnerabilidades, complementada por fichas técnicas com dados estatísticos relevantes.

6.7.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O estudo identificou a integração das abordagens transversais no planejamento e alguns esforços para incluir esses temas na construção de dados ligados à mobilidade humana e aos vetores ambientais:

- O MADES, na concepção da [Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas](#), apresenta considerações sobre a abordagem de gênero. A DNCC juntamente com a Comissão Nacional sobre Mudanças Climáticas promoveram o desenvolvimento do [Plano Nacional de Gênero diante da Mudança do Clima](#).
- O projeto do INDI com a OIM desenvolveu um manual com perspectiva de gênero para abordar a migração forçada com comunidades indígenas afectadas pelas alterações climáticas, degradação ambiental e desmatamento. O INDI dispõe de dados sobre a migração forçada de comunidades Mbya Guarani levantadas no âmbito do projeto, com foco no gênero, que recuperam o impacto diferencial sobre mulheres e meninas.
- No que diz respeito ao SEN, identifica-se uma abordagem de gênero de forma transversal na [Política Nacional de Redução e Gestão de Riscos](#) (2018). No entanto, não foi identificada a sua inclusão nos dados colhidos sobre desastres – mas apenas dados desagregados por sexo.
- O [Censo Nacional de População e Moradias 2022](#) não inclui perguntas sobre identidade de gênero, tendo sido identificada apenas a desagregação por sexo. Incluiu um questionário geral para as populações indígenas com um capítulo dedicado à migração. No âmbito do INE, o [Atlas de Gênero](#) é uma plataforma com informação específica sobre as mulheres, mas os seus eixos temáticos não incluem estatísticas ou indicadores relativos à mobilidade humana. O INE produz estatísticas específicas sobre as populações indígenas no Paraguai que não estão relacionadas com fatores ambientais ou mobilidade humana.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir no campo “finalidade da visita” do Cartão Migratório uma opção relacionada com fenômenos ambientais ou climáticos, permitindo obter informação sobre movimentos populacionais transfronteiriços devido a fatores ambientais.
- Reforçar os dados de desastres relacionados com a vulnerabilidade socioeconômica e a exposição a riscos, identificando situações de imobilidade ou risco de deslocamento. Bases de dados sobre desastres, como o Atlas de Riscos e Desastres, poderiam incorporar informações sobre os eventos e as categorias de danos humanos associados.
- Incluir a categoria de “pessoas deslocadas” no instrumento de coleta de dados sobre catástrofes, bem como promover outras iniciativas específicas de produção de dados que integrem a perspectiva da imobilidade.
- Incorporar nos instrumentos de coleta de dados (p. ex., Censo Nacional) questões relacionadas com possíveis fatores ambientais que podem impulsionar padrões migratórios. Por exemplo, o foco das diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental poderia ser incluído no atlas ambiental que está sendo desenvolvido pelo INE e o MADES, em coordenação com a Comissão ODS Paraguai 2030.
- Sistematizar os dados sobre realocação planejada ligada a fatores ambientais existentes no país e incluí-los em bases de dados e estatísticas nacionais. A DNCC, através do Visualizador de Cenários Climáticos, pode produzir mapas que permitem visualizar riscos ambientais ou climáticos, e incorporar camadas adicionais de informações associadas aos movimentos populacionais. Riscos ambientais ou climáticos devem considerar tanto os eventos de início súbito quanto eventos de evolução progressiva.
- Promover a coordenação dos departamentos nacionais que trabalham na coleta e divulgação de dados sobre as diferentes dimensões de mobilidade humana. As informações sobre a degradação e riscos ambientais nos sistemas de dados ambientais são pouco avaliadas na sua relação com os impactos humanos, razão pela qual recomenda-se a inclusão da abordagem relativa à mobilidade humana.
- Integrar as diferentes dimensões da mobilidade humana nas iniciativas como o questionário do Censo sobre povos indígenas, permitindo a identificação de dados sobre impactos ambientais em grupos vulneráveis, bem como a sua relação com movimentos populacionais (forçados).
- Operacionalizar a abordagem de gênero refletida na regulamentação no que se refere às diferentes dimensões da mobilidade humana no contexto das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental, nas ferramentas de coleta de dados e em outros instrumentos de coleta que tratam da questão. A experiência do INDI é um subsídio valioso neste sentido.



6.8 PERU

Peru



6.8.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

O Peru produz dados estatísticos sobre migração transfronteiriça e interna e dados ambientais que, embora não abordem especificamente a migração associada a fatores ambientais e climáticos, podem contribuir para gerar informações sobre a matéria:

- O Cartão Andino Migratório, administrado pela Superintendência Nacional de Migrações, coleta dados de entrada e saída de pessoas, como o tempo de permanência autorizado e o tipo de deslocamento, sem fazer referência aos motivos do movimento. Os dados encontram-se desagregados por sexo, faixa etária, estado civil, nacionalidade e profissão.
- O Portal ODISEA – Deslocamento Interno da População no Peru do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) apresenta dados de migração interna, que mostra movimentos através de um limite geográfico dentro do país, de um local de origem para um local de destino, com a intenção de adotar uma nova residência; e de mobilidade cotidiana referente aos movimentos da população para realizar atividades laborais ou educacionais. Os dados encontram-se desagregados e é possível gerar diversos mapas e indicadores. Não são registrados movimentos associados a fatores ambientais ou climáticos.
- As estatísticas de População e Moradia do INEI incluem dados sobre imigração e emigração. O [Compêndio Estatístico do Peru](#) é publicado com dados sobre migração interna e internacional, desagregados.
- Os [Censos Nacionais 2017, XII de População, VII de Moradias e III de Comunidades Indígenas](#) incluem questões ligadas à mobilidade humana. Porém, não há ligação com fatores ambientais e não aborda os motivos

dos movimentos. A Pesquisa Nacional de Moradias – Condições de Vida e Pobreza (ENAH – 2023) não inclui perguntas relativas à migração.

- O Escritório Geral de Monitoramento, Avaliação de Políticas e Gestão Descentralizada do Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis (MIMP) produz dados que permitem identificar a população migrante, encontrando-se desagregados por nacionalidade e país de origem.
- São produzidos dados e indicadores climáticos que contribuem para identificar as condições climáticas que poderiam impulsionar movimentos populacionais, tais como as estatísticas climáticas do [Sistema Nacional de Informações Ambientais \(SINIA\)](#) e do INEI. O [Instituto Geofísico do Peru](#) emite alertas sobre desastres, além de desenvolver pesquisas sobre a mudança do clima e eventos extremos. O [Instituto Nacional de Investigação em Geleiras e Ecossistemas de Montanha \(INAIGEM\)](#) produz dados que subsidiam medidas de prevenção das mudanças climáticas. A [Direção-Geral de Mudanças Climáticas e Desertificação \(DGCCD\)](#) do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) produz instâncias de diálogo intersetorial que têm potencial para discutir questões de mobilidade humana dada a sua natureza intersetorial e participativa.

b) Deslocamento

O Peru registra e produz dados sobre pessoas deslocadas internamente no contexto de desastres.

- No contexto dos desastres, o [Registro de Emergências e Perigos no Sistema de Informação Nacional para a Resposta e Reabilitação \(SINPAD\)](#) inclui dados sobre danos a pessoas e moradias que contribuem para a identificação de deslocamentos. Os formulários de coleta de dados sobre desastres fornecem as seguintes informações: (i) [EDAN](#): famílias e pessoas sinistradas e afetadas, pessoas sinistradas e afetadas em razão da moradia, afetadas

- em razão dos meios de subsistência; (ii) [Formulário de Avaliação Rápida](#): pessoas presas e isoladas; (iii) [Cadastro Familiar](#): pessoas sinistradas e afetadas; (iv) [Registro de Meios de Subsistência](#): meios de subsistência afetados, e (v) [Ficha de Perigos Iminentes](#): população exposta⁴¹.
- O Cadastro Nacional para Pessoas Deslocadas (RND) do Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis (MIMP) prevê - por mandato - a possibilidade de cadastramento de pessoas em condições de deslocamento por desastres, através das [fichas de cadastro e inscrição para pessoas em condições de deslocamento causado por ação violenta de agentes imprevistos ou desastres](#). Permitem identificar o tipo de evento que causou o deslocamento, os danos sofridos, as condições do deslocamento, com dados desagregados. O Guia do Processo para Registro de Mulheres e Homens Deslocados por Ação Violenta de Agentes Imprevistos ou Desastres Naturais ou Provocados pelo Ser Humano⁴², aplicado pela Direção de Deslocados e Cultura de Paz (DDCP) da Direção-Geral de População, Desenvolvimento e Voluntariado (DGPDV) do MIMP, fornece orientações para o registro de pessoas deslocadas por desastres. No entanto, esse potencial não foi desenvolvido, prevalecendo o registro de casos de deslocamento por ação violenta.
 - A Plataforma digital do [Sistema de Informação para Gestão do Risco de Desastres \(SIGRID\)](#) gerido pelo Centro Nacional de Estimativa, Prevenção e Redução do Risco de Desastres – CENEPRED, apresenta informações geoespaciais e alfanuméricas sobre cenários de risco, que incluem análises de exposição, fragilidade e resiliência socioeconômica aos desastres e às populações expostas a riscos. As [Avaliações do Risco de Desastres \(EVAR\)](#) incluem a identificação de perigos, a análise de vulnerabilidade e o cálculo do risco, que considera a preparação e capacidade de evacuação, para estabelecer medidas estruturais e não estruturais para controlar e reduzir o risco.
 - A Base de Dados de Informação Estatística do INDECI inclui [Relatórios de Emergência](#) com identificação de pessoas afetadas e prejudicadas, que podem incluir aqueles que foram deslocados. Os dados sobre danos a moradias podem contribuir para a identificação de pessoas e famílias deslocadas. Os Compêndios Estatísticos também fornecem informações sobre pessoas afetadas e prejudicadas e os danos causados a moradias. Os danos causados às plantações e a outros meios de sobrevivência também podem ser um indicativo daqueles que estão mais expostos aos deslocamentos.
 - A Direção Geral de Gestão do Riscos de Desastres e Defesa Nacional da Saúde (DIGERD) do Ministério

da Saúde recolhe dados em contextos de desastres ([Formulário Preliminar de Avaliação de Danos e Análises de Necessidades de Saúde - EDAN Saúde](#)), referentes à população e moradias danificadas, danos à saúde e pessoas evacuadas.

- Estatísticas e indicadores de desastres fornecem informações sobre danos humanos e materiais associados a desastres que contribuem para a identificação de deslocamentos. O INEI produz [estatísticas sobre eventos naturais, antrópicos e desastres](#), com informações sobre moradias destruídas. Os [Relatórios Técnicos sobre Estatísticas Ambientais](#) publicam estatísticas sobre emergências e danos causados por fenômenos naturais e provocados pelo homem, com dados sobre pessoas afetadas e sinistradas, moradias afetadas e destruídas. O SINIA, do Ministério do Meio Ambiente, produz indicadores sobre gestão do risco de desastres com dados sobre pessoas e moradias afetadas e danificadas.

c) Realocação planejada

Embora o Peru tenha uma lei de reassentamento populacional para áreas de muito alto risco não mitigável (Lei nº 29.869 de 2012), não foi possível identificar registros de realocação planejada e reassentamento de comunidades. Os dados mapeados no estudo poderiam contribuir para identificar comunidades expostas a riscos ambientais que poderiam exigir processos de realocação planejada:

- A Direção-Geral de Políticas e Regulação da Habitação e Urbanismo (DGPRVU) do Ministério da Habitação, Construção e Saneamento dispõe da ferramenta de informação geoespacial [GeoVivienda](#) que permite identificar moradias vulneráveis e projetos sociais, como programas de proteção habitacional contra desastres. Os dados poderiam ajudar a identificar populações em situação de risco ou beneficiadas por algum projeto ou programa.
- O SIGRID e a [Base de Dados de Informação Estatística do INDECI](#) permitem identificar níveis de vulnerabilidade e resiliência, áreas e comunidades expostas a risco (p. ex., o Registro de Informação sobre Perigo Iminente). Esta informação poderia contribuir para o planejamento de programas de realocação planejada.

d) Imobilidade

- O estudo identificou dados que podem contribuir para caracterizar contextos de imobilidade. Com efeito, os

⁴¹ O Glossário de Termos e Conceitos da Gestão do Risco de Desastres para os países membros da Comunidade Andina (2018), da qual o Peru é país membro, considera "afetado" um termo guarda-chuva que inclui não apenas os deslocados, mas também aqueles evacuados e realocados, ou as pessoas que sofreram danos diretos nos seus meios de subsistência ou bens econômicos, físicos, sociais, culturais ou ambientais. Dessa forma, a categoria de pessoas deslocadas é incluída na coleta de dados sobre desastres na categoria "afetados", mesmo que o EDAN não mencione especificamente a categoria de "deslocados".

⁴² Documento proporcionado por el Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (MIMP), en entrevista realizada el 15 de agosto de 2023.

dados sobre áreas de risco, comunidades afetadas e pessoas presas e isoladas em situações de desastre e a sua ligação com dimensões socioeconômicas poderiam estar indicando situações de imobilidade:

- A [ENAH 2023](#) inclui uma pergunta que indaga se o domicílio foi afetado nos últimos 12 meses por ‘desastres (seca, tempestade, peste, inundação, etc.)’.
- O [SIGRID](#) inclui dados sobre cenários de risco, que incluem análises de exposição socioeconômica a desastres, e [avaliações do risco de desastres \(EVAR\)](#) que permitem a definição de níveis de vulnerabilidade com base em critérios econômicos, sociais e ambientais. Esses dados permitem identificar aqueles que estão mais expostos a riscos devido a um conjunto de fatores ambientais e socioeconômicos. Incluem avaliação da capacidade de evacuação em caso de desastre e de moradias expostas, o que contribui para identificar aqueles que estão presos em contextos de risco.
- O [Formulário de Avaliação Rápida](#) no contexto de desastres recolhe informações sobre pessoas presas e isoladas.
- Os [indicadores socioambientais e os relatórios de conflitos socioambientais](#), realizados pelo Escritório Geral de Assuntos Socioambientais (OGASA), incluem aspectos relativos à vulnerabilidade social aos impactos ambientais e fornecem dados úteis para identificar populações vulneráveis ou que podem estar em situação de vulnerabilidade. Esses dados incluem a proporção da população urbana que mora em favelas, assentamentos improvisados ou moradias inadequadas, bem como os conflitos socioambientais ativos e geridos com a participação do MINAM.
- Dados relativos à gestão do território e sua relação com vulnerabilidades socioambientais podem ser úteis para caracterizar situações de imobilidade. O [Portal ODISEA](#) disponibiliza dados sobre segregação territorial, que indicam o nível de desigualdade da população de um território, evidenciando as disparidades entre residentes de diferentes áreas de uma localidade. [GeoVivienda](#), no âmbito da DGPRVU, disponibiliza informações sobre ordenamento urbano e gestão territorial, incluindo dados sobre habitação, acesso a serviços básicos, água e saneamento, planos urbanos e territoriais.

6.8.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

São identificados alguns esforços em termos de incorporação da abordagem de gênero e de grupos em

situação de vulnerabilidade no processo de construção de dados de mobilidade humana e ambientais:

- O [Plano de Ação de Gênero e Mudanças Climáticas de 2015](#) contém um módulo sobre gestão do risco de desastres que indaga o motivo pelo qual as mulheres encontram-se em situação de maior vulnerabilidade em situações de desastres.
- Dados no contexto de desastres são desagregados por sexo, com dados específicos sobre mulheres grávidas (EDAN, Ficha de Cadastro Familiar, Base de Dados de Informação Estatística do INDECI), por faixas etárias para a identificação de crianças e idosos, bem como de outros grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência e doentes (EDAN, Cadastro Familiar). Os [Compêndios Estatísticos do INDECI](#) incluem a desagregação dos dados por grupos em situação de vulnerabilidade.
- Os [Formulários do RND do MIMP](#), que incorporam dados sobre deslocamentos devido a desastres, recolhem dados sobre a condição particular das mulheres do grupo familiar (grávidas, lactantes, outras), sobre grupos etários, étnicos, pessoas doentes e com deficiência.
- Os registros administrativos sobre migração são desagregados por sexo. O Decreto Legislativo nº 1.350 incorpora pessoas em situação de vulnerabilidade no âmbito da proteção por parte do departamento de Migrações, incluindo crianças e adolescentes, mulheres, população LGBTQ+, pessoas com deficiência ou doença grave, idosos, povos indígenas e tribais, pessoas em situação de pobreza e pessoas forçadas a se deslocar, que pode incluir pessoas deslocadas por fatores ambientais. Poderia servir como ponto de entrada para a produção de dados sobre esses grupos entre a população migrante.
- As estatísticas do [INEI](#) sobre migração são desagregadas por sexo e idade. Produz estatísticas sobre gênero, infância e adolescência e população idosa, e publica relatórios técnicos mensais com esses dados atualizados, sem abordar questões ambientais de mobilidade humana. Os dados do [Portal ODISEA](#) são desagregados por sexo, idade, nível de escolaridade e etnia. Os [Censos Nacionais 2017: XII de População, VII de Moradias e III de Comunidades Indígenas](#) permitem identificar o sexo e a identidade étnica.
- O [SINIA](#) inclui indicadores relativos à participação das mulheres na gestão ambiental e na saúde de crianças.
- O [Escritório Geral de Monitoramento, Avaliação de Políticas e Gestão Descentralizada do MIMP](#) produz estatísticas, indicadores e material cartográfico sobre grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

RECOMENDAÇÕES

- Incorporar nos instrumentos de coleta de dados de migração (Cartão Andino, censos, pesquisas domiciliares) categorias que indaguem sobre a mobilidade humana ligada a fatores ambientais e climáticos. Pesquisas específicas sobre o assunto seriam importantes para gerar dados que possam subsidiar sua inclusão em estatísticas populacionais, socioeconômicas e ambientais (estatísticas de População e Habitação do INEI, Compêndio Estatístico do Peru, Relatórios Técnicos de Estatísticas Ambientais, estatísticas do Sistema Nacional de Informação Ambiental (SINIA)).
- Sistematizar e consolidar os dados sobre realocação planejada resultantes dos processos enquadrados na Lei de Reassentamento Populacional para Áreas de Muito Alto Risco Não Mitigável. Os dados do Geovivienda relativos a moradias vulneráveis e programas de proteção de moradias diante de desastres podem ser potencializados para obter dados sistematizados sobre realocação planejada.
- Avançar na criação de uma plataforma virtual para disponibilizar informações estatísticas sobre a população deslocada internamente no contexto da mudança climática⁴³, no âmbito do Plano de Ação diante da Mudança do Clima e Estratégia Nacional diante da Mudança do Clima até 2050 (ENCC 2050).
- Com base no mandato estabelecido por lei, adaptar o Cadastro Nacional para Pessoas Deslocadas (RND), incorporando indicadores e ferramentas que permitam coletar dados sobre deslocamentos devido a desastres. Fortalecer as capacidades dos governos subnacionais para a implementação da RND.
- Os dados sobre vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, exposição a riscos, danos aos meios de subsistência, bem como sobre pessoas presas, isoladas e expostas a riscos, poderiam ser analisados de forma sistemática para produzir evidências de imobilidade, que sejam incorporadas nos dados sobre riscos ambientais e climáticos, indicadores socioambientais e sistemas de dados ambientais (SINIA, SIGRIG e Base de Dados e Informações Estatísticas do INDECI).
- Promover a integralidade da abordagem em matéria de deslocamento, incorporando nos instrumentos de coleta categorias padronizadas que permitam a interoperabilidade das bases de dados sobre pessoas deslocadas. Avançar de forma coordenada no processo de modificação da Lei 28.223 sobre deslocamento, a fim de construir consenso a esse respeito.
- Desenvolver mecanismos de coleta e sistematização de dados climáticos, especialmente a adaptação, que incorporem os riscos e impactos para as pessoas e comunidades, abordando a perspectiva da (i) mobilidade humana tanto no contexto de eventos repentinos quanto de desenvolvimento progressivo.
- Incorporar a abordagem de gênero e outros grupos em situação de vulnerabilidade nos processos de desenvolvimento do Plano de Ação para a prevenção da migração forçada devido aos efeitos das mudanças climáticas e a Estratégia Nacional diante da Mudança do Clima até 2050. Operacionalizar essas abordagens nas ferramentas de coleta de forma extensiva.
- Estabelecer mecanismos de cooperação e protocolos para partilhar e sistematizar em bases de dados comuns toda a informação produzida pelas diferentes repartições que abordam a questão de grupos em situação de vulnerabilidade (p. ex., Ouvidoria, MIMP), abordando a perspectiva da mobilidade humana e dos fatores ambientais nos dados que são produzidos.

⁴³ Informações obtidas em entrevista realizada em 15 de agosto de 2023 com o Sr. Marcelino Raúl Varillas Castillo, Especialista em Deslocamentos Internos, Migração Interna e Promoção de Cultura de Paz da Direção de Deslocados e Cultura de Paz (DDCP), Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis.

6.9

URUGUAI

Uruguai

6.9.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

A [Direção Nacional de Migração \(DNM\)](#) do Ministério do Interior produz dados sobre migração internacional sem incluir a relação com fatores ambientais.

- O registro de entradas e saídas colhe dados sobre nacionalidade e motivo da viagem, sem contemplar fatores ambientais.
- O Instituto Nacional de Estatística (INE) produz dados sobre migração transfronteiriça e interna através do [Censo](#) e a [Pesquisa Contínua de Moradias](#). O [Anuário Estatístico Nacional](#) inclui estatísticas relativas aos pedidos de residência concedidos por ano de entrada, por continente e país de origem.
- A Pesquisa Contínua de Moradias de 2022 identifica migração interna ou transfronteiriça, mas não integra o contexto de desastres, mudanças climáticas e degradação ambiental em suas perguntas.
- Dados sobre a mudança do clima e o meio ambiente estão disponíveis e podem ser potencializados para identificar contextos de risco e impactos que podem influenciar os padrões de mobilidade humana. Estatísticas, dados e indicadores climáticos estão disponíveis no [Anuário Estatístico Nacional](#) (última versão de 2022) do Instituto Nacional de Estatística, no Ministério do Meio Ambiente (estatísticas sobre objetivos e medidas de mitigação e adaptação diante das mudanças climáticas estabelecidas na Primeira Contribuição Determinada no âmbito Nacional) e no [Observatório Ambiental Nacional](#).
- A Direção Nacional sobre Mudança do Clima do Ministério do Ambiente, no âmbito do Sistema Nacional sobre Mudanças Climáticas, está acompanhando os processos climáticos e a relação com os movimentos migratórios e deslocamentos humanos, o que está

contemplado na [Segunda Contribuição Determinada no âmbito Nacional](#) ao Acordo de Paris de 2022. O mesmo documento estabelece como meta o desenvolvimento de uma base de dados que informe sobre a situação do país em relação à influência e o impacto da mudança climática nas migrações e deslocamentos humanos.

b) Deslocamento

O estudo identificou a disponibilidade de dados específicos sobre deslocamento. O Instituto Nacional de Estatística (INE), no Censo 2023, cujos dados estão sendo processados, disponibilizará dados sobre deslocamentos em contexto de desastres de forma direta, associados apenas ao aspecto habitacional. Além disso, foram levantados dados sobre desastres e mudanças climáticas que poderiam contribuir para a geração desta informação.

- O Sistema Nacional de Emergência (SINAE) e a Direção Nacional de Emergências fornecem dados sobre desastres relacionados com deslocamentos. Os dados recolhidos pelo [Relatório de Situação](#) são desagregados por sexo e idade, por tipo de dano humano, casos especiais em relação a vulnerabilidades específicas (mulheres grávidas, pessoas com deficiência, por exemplo), outros impactos (meios de subsistência, saúde, serviços, infraestrutura, moradia, meio ambiente e outros). As categorias de danos humanos de interesse no contexto dos deslocamentos são: (i) pessoas evacuadas sob a responsabilidade dos Centros de Coordenação de Emergências Departamentais (CECOED); (ii) pessoas evacuadas que não estão sob a responsabilidade do CECOED (autoevacuadas), e (iii) outros efeitos sobre a população.
- O [Censo 2023](#) do Instituto Nacional de Estatística (INE), inclui uma pergunta sobre deslocamento por desastre na seção sobre habitação quando questiona sobre a ocorrência de abandono da moradia em razão de “cheias ou por tempestades ou rajadas de vento muito fortes”.
- A Direção Nacional de Emergência do Sistema Nacional

de Emergência desenvolveu o [Monitor Integral de Riscos e Danos \(MIRA\)](#), um sistema de informação geográfica interinstitucional que visa fornecer informações para a tomada de decisões em matéria de Gestão Integral de Riscos (GIR). No histórico de eventos poderão ser encontrados dados sobre danos humanos com as categorias de pessoas evacuadas e autoevacuadas.

- O [Compêndio de Mapas de Risco do Uruguai](#) e o MIRA identificam áreas de risco de desastres através de geoinformação, o que pode ajudar a determinar situações de deslocamento.
- O Observatório Território Uruguai do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP), apresenta [indicadores](#) com dados sobre pessoas afetadas por eventos adversos, incluindo pessoas falecidas, evacuadas, autoevacuadas e outros impactos. Não há desagregação por tipo de dano ou gênero.
- O [Plano Nacional de Gestão Integral de Riscos de Emergências e Desastres](#) de 2023 tem entre seus objetivos estabelecer um banco de dados sobre perdas e danos. Não foram encontradas informações sobre sua implementação.
- O [Sistema de Informação Territorial da Direção Nacional de Organização Territorial \(DINOT\)](#) do Ministério da Habitação e Organização Territorial fornece dados sobre assentamentos irregulares que podem ajudar a identificar áreas de risco de desastres.

c) Realocação planejada

O Uruguai possui um [Plano Nacional de Realocação](#). Foram identificados registros sobre realocação planejada de comunidades localizadas em áreas de risco em terras propensas a inundações ou contaminadas.

- Sob a alçada do Ministério da Habitação e Organização Territorial, o Plano Nacional de Realocação visa reverter processos de segregação social e fragmentação territorial associados a áreas urbanas propensas a inundações ou contaminadas, através da realocação da população. O Ministério fornece dados sobre as realocações realizadas no âmbito de acordos com governos departamentais, indicando o número de famílias realocadas, o motivo da realocação e o destino da realocação. Não é identificada nenhuma base consolidada que permita o desenvolvimento de estatísticas.
- Os [dados](#) do Observatório Ambiental Nacional do Ministério do Meio Ambiente sobre inundações e erosão costeira e exposição aos seus impactos são importantes para identificar as comunidades costeiras que podem precisar de programas de realocação planejada ou que se encontram presas.

d) Imobilidade

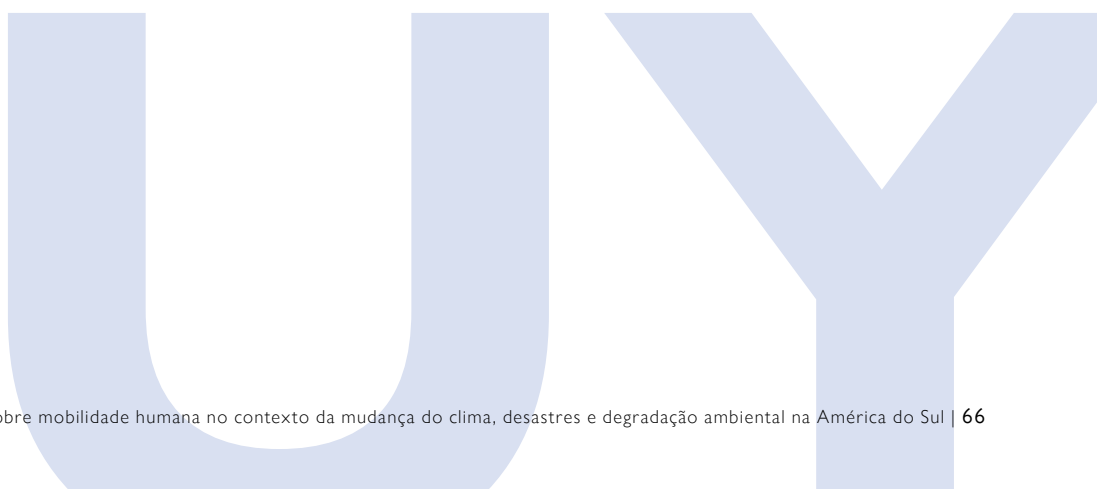
- Não foram identificados dados específicos sobre imobilidade. A caracterização da imobilidade poderia se apoiar, inicialmente, no cruzamento de informações sobre áreas de risco, populações em situação de vulnerabilidade e comunidades afetadas por fatores ambientais.
- Os dados sobre o [Índice Integrado de Risco diante de Eventos Extremos \(IREE\)](#) do MIRA apresentam indicadores de fragilidade social e falta de resiliência que poderiam contribuir para identificar as pessoas e comunidades mais expostas que podem estar em situação de imobilidade forçada, presas em um contexto de risco. O IREE considera o risco total dos efeitos físicos diretos das ameaças naturais sobre os elementos expostos, bem como as condições socioeconômicas contextuais que evidenciam a fragilidade social e a falta de resiliência.
- O [Compêndio de Mapas de Risco](#) utiliza geoinformação para identificar áreas de risco de desastres e impactos específicos. Os seus índices de risco e áreas expostas também poderiam contribuir para identificar comunidades e pessoas que podem estar em situação de imobilidade.

6.9.2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O estudo identificou a integração da abordagem de gênero no que diz respeito ao planejamento e nos dados ligados à mobilidade humana e a fatores ambientais. Além disso, dados e iniciativas sobre grupos em situação de vulnerabilidade e gênero poderiam constituir uma oportunidade para contribuir para a produção de informações sobre esses movimentos.

- No [Relatório de Situação](#) do Departamento Nacional de Desastres são coletadas informações sobre mulheres grávidas, além da desagregação dos danos humanos por sexo e idade. Através da área de Capacitação e Gênero do SINAIE, pretende-se gerar conhecimento sobre a questão para integrar essa perspectiva nas políticas de gestão de risco com foco em 2030.
- O [questionário do Censo 2023](#) foi desenvolvido com perspectiva de gênero e de grupos em situação de vulnerabilidade. Considerando que incluía também uma pergunta sobre deslocamento, o cruzamento de ambas as variáveis poderia fornecer dados relevantes sobre deslocamento com perspectiva de gênero.
- O [MIRA](#) apresenta uma desagregação geral dos dados por gênero (mulheres, homens e pessoas intersexuais).

- Em relação à perspectiva da infância, o [SINAE](#) possui um diagnóstico sobre infância e gestão integral de riscos, de 2018, que se refere à situação de deslocamento de crianças e às necessidades especiais de proteção.
- O [Documento Quadro sobre Política Migratória da JNM](#) (Junta Nacional de Migração) compromete-se a incorporar uma perspectiva transversal de gênero, reconhecendo as dificuldades que afetam homens e mulheres nos processos migratórios, as desigualdades históricas de poder e as formas de violência que as mulheres sofrem.
- O [Observatório Social de Programas e Indicadores](#) do Ministério do Desenvolvimento Social tem entre os indicadores de Moradia e Habitação: posse, habitabilidade, acessibilidade econômica e infraestrutura, a questão da violência baseada no gênero sem relação com fatores ambientais e mobilidade humana.
- O Ministério do Meio Ambiente tem uma [Estratégia de Gênero e Mudança do Clima](#) (2020-2025) que visa promover o processo de integração da perspectiva de gênero na implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.



RECOMENDAÇÕES

- Incorporar nos instrumentos de coleta de dados sobre migração (registro de entradas/saídas, registro de solicitação de residência e censos/pesquisas) categorias que procurem indagar sobre os fatores ambientais e climáticos que motivaram esse deslocamento.
- Com base na experiência do Censo 2023 que indaga sobre o deslocamento, recomenda-se incorporar perguntas conexas (sobre os diversos tipos de mobilidade ambiental e climática, inclusive aqueles ligados a processos de evolução lenta) nas pesquisas domiciliares permanentes.
- Avançar na elaboração de uma base de dados que relate a situação do país em relação à influência e impacto das mudanças climáticas na migração e deslocamento humano, conforme proposto na Segunda Contribuição Determinada no âmbito Nacional para o Acordo de Paris de 2022. Para tanto, recomenda-se o estabelecimento de uma Mesa de Trabalho intergovernamental que inclua tanto instituições governamentais nacionais como autoridades governamentais departamentais.
- Adicionar a categoria de “pessoas deslocadas” nos dados sobre danos humanos no âmbito do MIRA. Incluir a categoria “pessoas deslocadas” nos dados sobre pessoas afetadas do Observatório Território Uruguai. Adicionar a desagregação por tipo de impacto, gênero e idade nesse banco de dados. Considerar a criação de um registro de pessoas deslocadas no contexto de desastres e mudanças climáticas.
- Em termos de deslocamento, reconhecendo a diversidade de atores e de informação que cada um deles recolhe, recomenda-se avançar na coordenação interinstitucional e desenvolver estratégias de acompanhamento que promovam respostas de longo prazo, para além da resposta humanitária.
- Avançar na implementação da base de dados sobre perdas e danos, conforme estabelecido no Plano Nacional de Gestão Integral de Riscos de Emergências e Desastres.
- Avançar na coleta e sistematização de dados harmonizados no âmbito nacional sobre realocação associada a fatores ambientais, identificando as contrapartes que possam contribuir para gerar informações e agregar essas informações aos bancos de dados existentes, como o Atlas de Riscos. A informação poderia incluir questões de gênero ou grupos em situação de vulnerabilidade. Gerar um banco de dados com as informações fornecidas pelos processos de realocação do Plano Nacional de Realocação para avançar no planejamento integral que permita o acompanhamento e monitoramento. A recentemente criada Direção sobre a matéria, no âmbito do Ministério da Habitação, poderia encarregar-se dessa tarefa.
- Incorporar a abordagem da mobilidade humana aos bancos e ferramentas existentes que recuperam dados socioambientais (índice de risco em razão de eventos extremos do MIRA, índices de risco e áreas expostas do Mapa de Riscos do Sistema Nacional de Emergências) para mostrar as situações de realocação e imobilidade no âmbito do Plano Nacional de Realocação, a fim de promover um planejamento integral que permita o acompanhamento e monitoramento. Promover a incorporação desta abordagem no Observatório Nacional do Meio Ambiente e no Observatório Território Uruguai, em coordenação com a Direção Nacional de Integração Social e Urbana do Ministério da Habitação e Organização Territorial.

6.10

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Venezuela

6.10.1 DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA À MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Migração transfronteiriça e interna

Verifica-se que o departamento de estatística produz dados sobre migração não relacionados com fatores ambientais:

- O [Serviço Administrativo de Identificação, Migração e Estrangeiros \(SAIME\)](#), órgão responsável pelo registro de entradas e saídas do país, elabora estatísticas migratórias utilizadas apenas pelas entidades do governo. De acordo com as informações disponibilizadas no site oficial do Aeroporto Internacional de Maiquetía, principal via de entrada no país, utiliza-se o Cartão Andino de Migração, criado pela Comunidade Andina com base na Decisão nº 397 de 1996, que inclui informações sobre o país de origem sem levar em consideração o motivo do movimento.
- O [Instituto Nacional de Estatística \(INE\)](#) produz dados sobre migração interna e transfronteiriça através do Censo e pesquisas domiciliares. Os dados do [Censo de População e Moradia de 2011](#), último censo registrado no país, recolhem informações sobre a nacionalidade, bem como o destino interno ou transfronteiriço. Não foram identificadas perguntas relativas ao motivo da migração. A [Pesquisa de Moradias por Amostragem de 2017](#) inclui perguntas relativas à migração, sem apresentar informações que possam estar relacionadas com a mobilidade humana ligada a fatores ambientais. O INE está aplicando atualmente o [XV Censo Nacional de População e Moradia \(2021\)](#) no qual foram incluídas perguntas ligadas a emigração e migração interna, bom como seus motivos, que servirão como base para o fortalecimento do projeto [Grande Missão Habitacional Venezuela \(GMVV\)](#).
- Foram mapeados dados sobre a mudança do clima com informações que contribuem para a identificação de áreas

ameaçadas. Por exemplo, o relatório [Mapas de Riscos Comunitários: Estratégias de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima](#), publicado pelo Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo (MINEC), apresenta estratégias para a gestão dos impactos da mudança do clima. O documento recomenda a utilização do Instrumento de Planejamento para o Processo de Construção de Mapas de Risco Comunitário, que apresenta o processo de elaboração de instrumentos de coleta de informações com base em critérios para definir o nível de ameaças (p. ex., deslizamento de terra, inundação, terremoto), nível de vulnerabilidade (condições das moradias e das comunidades), bem como recursos disponíveis para responder a emergências. No entanto, verifica-se que não apresentam ligação com a mobilidade humana.

b) Deslocamento

O estudo não identificou dados específicos e atualizados sobre deslocamento:

- O [Sistema Nacional de Gestão de Riscos \(SNGR\)](#), recolhe informações no contexto de desastres através do formulário de Avaliação de Danos e Análise de Necessidades (EDAN). No entanto, não foi possível acessar a página oficial ou outras informações detalhadas sobre o SNGR, nem o conteúdo e as informações recolhidas pelo EDAN.
- O artigo 39 da [Lei de Gestão Integral de Riscos Socionaturais e Tecnológicos](#) de 2009 previu a criação do [Registro Nacional de Informações para a Gestão Integral de Riscos Socionaturais e Tecnológicos](#), cujo objetivo é “atualizar, coletar, processar, registrar e sistematizar as informações relativas a ameaças, vulnerabilidades, riscos, emergências e desastres [...]”. Durante o estudo, não foram encontradas informações sobre os dados obtidos pelo Registro Nacional.
- Não foi possível identificar estatísticas ou indicadores

sobre desastres elaborados pelo [INE](#), nem aqueles que estão relacionados com as diferentes dimensões da mobilidade humana.

c) Realocação planejada

As informações mapeadas no estudo poderiam contribuir para o desenvolvimento de dados sobre comunidades expostas a riscos climáticos e de desastres, permitindo também o registro de casos de realocação planejada e reassentamento de comunidades localizadas em áreas de risco:

- Em 2022, o [Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo](#) colocou em funcionamento o [Sistema de Gestão de Propostas contra a Crise Climática \(SIGEPROCC\)](#). É uma plataforma que registrará dados de instituições que realizam atividades relacionadas às mudanças climáticas no país. O SIGEPROCC faz parte das ações empreendidas pelo Governo Nacional em face à crise climática e está vinculado ao [Observatório Nacional da Crise Climática \(ONCC\)](#). O ONCC tem como objetivo obter informações sobre as alterações climáticas para contribuir nos processos de mitigação, adaptação e monitoramento da problemática. Não foram encontradas informações detalhadas sobre o SIGEPROCC e o ONCC.
- O [Órgão Superior sobre Habitação](#), subordinado ao Ministério do Poder Popular para a Habitação e Moradia, é responsável pelas atividades de planejamento, monitoramento e controle da [GMVV](#), estabelecido pelo governo nacional com o objetivo de construir dois milhões de moradias entre 2011 e 2019, atendendo inicialmente às necessidades das pessoas cujas casas foram afetadas pelas chuvas, e posteriormente expandindo-se para o resto da população impossibilitada de adquirir casa própria. O órgão dispõe do [Sistema de Gestão de Habitação e Moradia](#). No entanto, não foi possível acessar os dados coletados. O relatório [Produzir e Construir para Vencer: Grande Missão Habitacional Venezuela \(2013-2022\)](#) indica que 4.593.912 moradias foram construídas em 22 anos (até abril de 2022), divididas proporcionalmente nos diferentes setores sociais (p. ex., pessoas com deficiência, populações indígenas, outros).
- Os dados sobre riscos, impactos e qualidade ambiental

poderiam subsidiar abordagens sobre processos de realocação no contexto das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Por exemplo, o INE desenvolve estatísticas ambientais, incluindo relatórios geoambientais das principais cidades do país, bem como relatórios temáticos (p. ex., ar e atmosfera, oceanos e litorais, biota, energia elétrica, ambiente urbano) que podem ser utilizados para esse propósito.

- A Universidade Bolivariana da Venezuela criou um instrumento para identificar conflitos no uso do solo e vulnerabilidades siconaturais e tecnológicas em comunidades urbanas. Embora a ferramenta permita conhecer os danos às moradias devido às inundações, por não ter foco na mobilidade humana, não fornece dados sobre deslocamento ou potenciais processos de realocação.

d) Imobilidade

Informações sobre áreas de risco e comunidades afetadas poderiam contribuir para caracterizar os contextos de imobilidade no território. Por outro lado, não foram identificados no estudo dados sobre aspectos socioeconômicos que poderiam gerar imobilidade e que estão ligados a contextos de risco ambiental.

6.10. 2 ABORDAGENS TRANSVERSAIS DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Até o momento não foram identificadas as abordagens transversais nos dados relativos à mobilidade humana e aos vetores ambientais:

- Embora não tenham sido identificados dados específicos sobre migração nas estatísticas ou indicadores demográficos – projeções populacionais – desenvolvidos pelo INE, a informação disponível geralmente encontra-se desagregada por sexo e idade. Por exemplo, o questionário do Censo 2011 e a Pesquisa de Moradias por Amostragem de 2017 apresentam desagregação dos dados por sexo e idade. Da mesma forma, o Censo 2011 considerou grupos populacionais como os povos indígenas, mas não é possível identificar movimentos internos ou transfronteiriços desses grupos.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir nos instrumentos de coleta de dados sobre migração (p. ex., cartões de entrada e saída, censos e pesquisas domiciliares) categorias e perguntas que indaguem sobre o movimento populacional no contexto das mudanças climáticas, desastres e degradação ambiental.
- Incorporar nos instrumentos de coleta de dados sobre desastres, caso ainda não façam parte deles, categorias que evidenciem os deslocamentos associados a fatores ambientais ou mudanças climáticas.
- Integrar a abordagem da mobilidade ambiental e climática no trabalho do SIGEPROCC e do ONCC, que têm potencial para produzir dados e informações que contribuam para a identificação de pessoas e comunidades expostas aos riscos climáticos e avançar na coleta e sistematização de dados (p. ex., inclusão do tema no mapeamento de áreas afetadas e de baixo risco climático).
- Integrar categorias relativas à mobilidade ambiental e climática nos instrumentos de Planejamento para o Processo de Construção de Mapas de Risco Comunitário e o Instrumento de Identificação de Conflitos no Uso do Solo, Vulnerabilidade Socionatural e Tecnológica em Comunidades Urbanas, a fim de analisar o risco de deslocamento, realocação planejada ou imobilidade.
- Dados sobre riscos ambientais e populações expostas, ligados a informações sobre vulnerabilidades socioeconômicas, podem contribuir para a identificação de situações de imobilidade. Nesse contexto, o Cadastro Nacional de Informações para a Gestão Integral de Riscos Socionaturais e Tecnológicos tem o potencial para concentrar informações relativas às populações expostas a riscos e ameaças, bem como integrar essa perspectiva. Finalmente, o MINEC pode desenvolver estudos sobre degradação e riscos ambientais que avaliem a sua relação com os impactos humanos e incluir aspectos sobre as pessoas imobilizadas.
- Incorporar a abordagem de gênero nos instrumentos de coleta de informação identificados.

7.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



7.1 SÍNTESE

O estudo permitiu destacar pontos fortes e desafios na América do Sul em matéria de dados sobre mobilidade ambiental e climática, além de grande heterogeneidade e assimetrias no que se refere à produção desses dados. Permitiu comprovar o notável progresso e consolidação da agenda em matéria de deslocamentos por desastres nos 10 países da região, tema estruturado a partir de diversas estratégias e ferramentas de coleta de informações. A abordagem desses processos de coleta de dados permanece ligada a uma lógica humanitária, que inclusive se reflete nas diferentes categorias díspares em que as informações são coletadas.

Diferente é a situação da agenda sobre migração ligada a fatores ambientais e climáticos, que ainda se encontra relativamente invisibilizada. Isto deve-se à complexidade da identificação desses fluxos, tipicamente associados a processos de evolução lenta, que tendem a ficar ocultos em outros tipos de migração laboral ou econômica e em processos tradicionais de urbanização. Não foram identificadas experiências significativas de produção de dados que captem essas dinâmicas, claramente multicausais, na região.

Em relação aos dados sobre realocação planejada, vale ressaltar que eles ainda são escassos e encapsulados em processos específicos. Mais uma vez, a lógica programática e de prestação de contas permeia a sistematização das informações, o que acaba por consolidar bases limitadas a alguns macrodados.

Para finalizar, com exceção de algumas ferramentas isoladas, que raramente são concluídas de forma abrangente, não foram evidenciados dados sobre situações de imobilidade na região. Não obstante, foram identificadas inúmeras ferramentas atualizadas e consolidadas que cruzam variáveis ambientais/climáticas com variáveis de vulnerabilidade social que, se integrem o foco na mobilidade humana, poderiam fornecer dados

sobre imobilidade e inclusive fornecer informações relevantes para antecipar processos de deslocamento, migração e necessidade de realocação planejada.

Em termos de abordagem de gênero, a transversalização - implementada no nível programático - não conseguiu permear as ferramentas de coleta de dados, exceto em algumas poucas experiências. Nesse contexto, ainda não existem dados que revelem informações concretas sobre o impacto diferencial da degradação ambiental, mudança do clima e desastres.

7.2 RECOMENDAÇÕES

Com base na análise comparativa, detalha-se a seguir uma série de recomendações de caráter regional que complementam as propostas a nível de países consolidadas nas fichas técnicas:

“ *Necessidade de avançar na definição de categorias e conceitos padronizados em matéria de mobilidade humana, bem como em ferramentas de coleta de dados* ”

Detalhar e uniformizar as categorias de mobilidade humana e seus conceitos para produzir não só dados comparáveis e desagregados, mas também informação relevante acerca de todo o processo de mobilidade, conseguindo identificar as necessidades em cada etapa da viagem. A adoção de um glossário regional de categorias e conceitos de mobilidade humana ligada a fatores ambientais pode contribuir para que os dados possam ser coletados em bases de dados regionais. Os conceitos devem ser passíveis de tradução para dados estatísticos, que indiquem os elementos característicos de cada categoria e seus elementos desencadeadores. A coleta, compilação e divulgação de dados no âmbito nacional e regional poderiam se basear em formulários padronizados de coleta de dados que incluam os fatores ambientais dos movimentos e protocolos para informar e orientar o trabalho dos departamentos nacionais.

QUADRO A. SUBSÍDIOS PARA ESCLARECER E UNIFORMIZAR AS CATEGORIAS DA MOBILIDADE HUMANA E AS METODOLOGIAS NA PRODUÇÃO DE DADOS

Categorias de mobilidade humana

Um glossário regional poderia servir de referência para os departamentos nacionais envolvidos na produção e coleta de dados relativos à mobilidade humana no contexto da mudança do clima, desastres e degradação ambiental. Os conceitos e definições proporcionam clareza, facilitam a comparação de dados e contribuem para a gestão e divulgação de informações tanto a nível nacional como regional. Os seguintes documentos são úteis para a uniformização terminológica:

- [Glossário da OIM sobre Migração](#).
- [Migração, Meio Ambiente e Mudança do Clima: Dados Empíricos para a Formulação de Políticas \(MECLEP\) Glossário](#).
- [Quadros conceituais e Conceitos e Definições sobre Migração Internacional da Divisão de Estatística das Nações Unidas \(Conceptual frameworks and Concepts and Definitions on International Migration\)](#).

A adoção de glossários para a padronização de categorias e conceitos em contextos regionais é uma estratégia presente na gestão de desastres e migrações na América do Sul, que poderia ser aplicada à mobilidade humana ligada a fatores ambientais:

- [Glossário de Termos e Conceitos da Gestão do Risco de Desastres para os países membros da Comunidade Andina \(2018\)](#).
- [Glossário Básico de Gestão Integral de Riscos de Desastres do Mercado Comum do Sul - Mercosul \(2015\)](#).
- [Glossário de Termos sobre Migrações da Comunidade Andina \(2004\)](#).

Sugestões para o desenvolvimento de protocolos e metodologias comuns

Recomendações do Grupo de Especialistas em Estatísticas de Pessoas Refugiadas e Deslocadas Internas (EGRIS):

- [Expert Group on Refugee and Internally Displaced Persons Statistics \(EGRIS\). \(2023\). Compilers' Manual on Forced Displacement Statistics](#).
- [Expert Group on Refugee and Internally Displaced Persons Statistics \(EGRIS\). \(2018\). Technical Report on Statistics of Internally Displaced Persons - Current Practice and Recommendations for Improvement. European Union and the United Nations, Luxembourg](#).

O conjunto de indicadores de deslocamento no contexto da redução do risco de desastres proposto pela OIM e IDMC:

- [International Organization for Migration \(OIM\), Internal Displacement Monitoring Centre \(IDMC\). \(2023\). Displacement indicators for DRR: Proposed set of metrics and indicators to integrate displacement dimensions in DRR. IOM, IDMC, Geneva](#).

As metodologias poderiam ser alinhadas com os indicadores sobre mobilidade humana e desagregação de dados migratórios estabelecidos no Quadro de Sendai e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

- [UN Refugee Agency \(UNHCR\). \(2020\). Data disaggregation of SDG indicators by forced displacement. UNHCR, Copenhagen](#).
- [Recomendações da Reunião do Grupo de Peritos das Nações Unidas para melhorar os dados sobre migração no contexto da Agenda 2030 \(2017\)](#).
- [UN Statistics Division. \(2019\). Technical Report on Monitoring Migration-related SDG Indicators. UNSD, Nova Iorque](#).

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

“ *Incorporação de perguntas e categorias sobre o assunto nos censos, pesquisas domiciliares e pesquisas específicas*

Incorporar nos censos, nas pesquisas domiciliares e populacionais, além de outras pesquisas específicas, perguntas que permitam identificar as diferentes

dimensões da mobilidade humana associada a fatores ambientais e às percepções sobre o impacto destes fatores nos estilos de vida e subsistência, além da mobilidade. Considerar a realização de pesquisas específicas que gerem informações sobre os elementos desencadeadores desses movimentos e a relevância dos aspectos ambientais na decisão de se deslocar.

QUADRO L. SUBSÍDIOS PARA INTEGRAR A MOBILIDADE HUMANA ASSOCIADA A FATORES AMBIENTAIS EM CENSOS E PESQUISAS

Recomendações para a integração de dados sobre deslocamento e migração nos censos e pesquisas domiciliares podem ser adaptadas para identificar os desencadeadores ambientais desses movimentos.

- UN Expert Group on Migration Statistics. (2021). Sugestões de perguntas sobre migração internacional (com base nas práticas dos países) - Nota de orientação para uso em censos populacionais e pesquisas domiciliares. United Nations, New York.
- United Nations Economic Commission for Europe (UNECE). (2020). Recommendations for the 2020 Censuses on Population and Housing. United Nations, Geneva.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs - Statistics Division (UN DESA). (2017). Handbook on Measuring International Migration through Population Censuses. United Nations, New York.

- United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). (2019). Integrated Framework for Households Survey (IFHS): a toolkit to facilitate design, collection & analysis. United Nations, Geneva.
- Quadros conceituais e Conceitos e Definições sobre Migração Internacional da Divisão de Estatística das Nações Unidas (Conceptual frameworks and Concepts and Definitions on International Migration).

Exemplos de pesquisas domiciliares e censos com perguntas relativas aos desencadeadores ambientais de mobilidade humana:

- Grande Pesquisa Integrada de Domicílios da Colômbia (2022): desastres como uma das alternativas de motivo para a mudança de residência.
- Censo Uruguai (2023): desastres como causa do abandono de moradia.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

“ *Adicionar a abordagem de mobilidade humana às bases com indicadores e estatísticas ambientais*

Integrar a perspectiva da mobilidade humana nos indicadores e estatísticas ambientais e de mudança do clima e desenvolver indicadores específicos que permitam identificar as diferentes dimensões da mobilidade associadas aos fatores ambientais. Uma

análise sistematizada dos dados de vulnerabilidade, ameaças e riscos ambientais, que integre a perspectiva dos impactos na mobilidade humana, poderia contribuir para o desenvolvimento de indicadores e estatísticas específicas sobre a matéria. É importante que os dados sejam desagregados por tipo de dano/impacto, dimensão da mobilidade e grupos em situação de vulnerabilidade.

QUADRO C. SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL QUE INTEGREM A MOBILIDADE HUMANA

- O Conjunto Global de Indicadores e Estatísticas sobre a Mudança do Clima (Global Set of Climate Change Statistics and Indicators) da Divisão de Estatísticas da ONU inclui nos indicadores sobre eventos perigosos e desastres um indicador sobre o “Número de refugiados climáticos, migrantes climáticos e pessoas deslocadas pela mudança do clima”.
 - O Conjunto Básico de Estatísticas Ambientais da Divisão de Estatística da ONU (Basic Set of Environment Statistics) inclui estatísticas sobre eventos extremos e desastres, com referências a pessoas afetadas e detalhamento de pessoas desabrigadas. As estatísticas sobre assentamentos humanos e saúde ambiental incluem estatísticas sobre a população que vive em áreas de exposição a riscos e pessoas em situação de rua.
- Exemplos:
- O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas – 2023-2027 (PNA) do Equador prevê indicadores relativos à mobilidade humana, como a porcentagem da população migrante por razões climáticas (nacionais e internacionais) afetada por eventos hidrometeorológicos, com desagregação por gênero, idade e cantão/província de residência.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

“Avançar na coordenação e integração entre bases de dados e instituições

Estabelecer vias de diálogo e integração entre as fontes e bases de dados em matéria de meio ambiente, mudança do clima, desastres, mobilidade humana, fatores socioeconômicos, entre outros, que podem

ser capitalizados através de análises sistematizadas e integradas. Reforçar a coordenação interinstitucional entre os departamentos envolvidos na produção de dados de interesse para a mobilidade humana ligada a fatores ambientais e fortalecer as capacidades dos atores para produzir dados específicos e de qualidade.

QUADRO D. SUBSÍDIOS E EXEMPLOS PARA A ANÁLISE INTEGRADA DE BASES DE DADOS AMBIENTAIS E DE MOBILIDADE HUMANA

- Combinar informações sobre movimentos populacionais coletadas através de metodologias DTM (Displacement Tracking Matrix) com dados sobre o clima e outras mudanças ambientais. International Organization for Migration (IOM). (2020). Human Mobility in the Context of Environmental and Climate Change - Assessing current and recommended practices for analysis within DTM. IOM, Genebra.
- O cruzamento de dados sobre vulnerabilidade socioeconômica, exposição a riscos e incidência de desastres e dados migratórios, como domicílios com experiência migratória, pode gerar evidências sobre pessoas originárias de regiões de alta vulnerabilidade climática ou que foram afetadas por eventos e precisaram migrar.
- A confrontação de dados relativos ao crescimento populacional e às áreas mais expostas a desastres contribui para gerar projeções sobre o número de pessoas em risco de deslocamento. Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC). (2015). Disaster-related Displacement Risk: Measuring the Risk and Addressing Its Drivers. IDMC/Norwegian Refugee Council, Geneva.
- Orientações para a incorporação de diferentes fontes e bases de dados para gerar estatísticas migratórias podem ser encontradas na Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE). (2019). Guidance on Data Integration for Measuring Migration. 2019. United Nations, Nova Iorque e Genebra.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

“ *Transversalização da abordagem de gênero e de outros grupos em situação de vulnerabilidade*

Desenvolver estratégias e diretrizes regionais para a coleta, análise e divulgação de dados desagregados e estatísticas sobre gênero e outros grupos em situação de vulnerabilidade no contexto da mobilidade humana ligada a fatores ambientais, a fim de gerar informações

específicas que justifiquem o apoio e assistência adaptados. Além da desagregação dos dados, é necessário aprofundar a produção e análise de informações sobre os impactos diferenciados e as necessidades específicas destes grupos em contextos de mobilidade ligada a fatores ambientais. Nesse sentido, incluir nas discussões as entidades nacionais responsáveis pelas questões de gênero é essencial.

QUADRO E. SUBSÍDIOS E EXEMPLOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ABORDAGEM DE GÊNERO E DE OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS NOS DADOS DE MOBILIDADE HUMANA NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA, DESASTRES E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

- Hennebry, J., H. KC and K. Williams, 2021. Gender and Migration Data: A Guide for Evidence-based, Gender-responsive Migration Governance. International Organization for Migration (IOM). Geneva.
- IOM, 2022. Gender-Disaggregated Data, Crucial to Ensuring Gender-Sensitive Response and Recovery for Displaced Women and Girls in Disaster Contexts.
- CEPAL, 2022. Quebrar o silêncio estatístico para alcançar a igualdade de gênero em 2030.
- A través da Rede de Transmissão do Conhecimento da Conferência Estatística das Américas, um Grupo de Trabalho liderado pelo México está desenvolvendo uma guia para a integração da perspectiva de gênero na produção estatística na região.
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2017. Principles and Guidelines, supported by practical guidance, on the human rights protection of migrants in vulnerable situations. OHCHR, Global Migration Group, Geneva.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

7.3 RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO REGIONAL POR CATEGORIA DE MOBILIDADE AMBIENTAL/CLIMÁTICA

Migração

- A revisão dos cartões migratórios para incluir nos motivos os fatores ambientais/climáticos permitiria colher informações sobre movimentos populacionais transfronteiriços.
- Incorporar nos instrumentos de coleta de dados (p. ex., Censos Nacionais) perguntas relacionadas com possíveis fatores ambientais que podem impulsionar padrões de migração. Desenvolver perguntas que possam evidenciar os processos de evolução lenta que geram a migração climática.
- Desenvolvimento de pesquisas domiciliares que indaguem sobre a vinculação entre mobilidade humana,

mudança do clima, desastres e degradação ambiental para gerar dados específicos e detalhados sobre o tema.

- Coordenação dos departamentos nacionais que trabalham na questão da coleta e divulgação de dados sobre as diferentes dimensões da mobilidade humana.
- Estabelecer definições e parâmetros comuns para a coleta de dados relativos à mobilidade humana no contexto do clima, desastres ou degradação ambiental.

Deslocamento

Desenvolver um protocolo padronizado de produção de dados sobre desastres na região, com critérios para caracterizar situações de deslocamento e obter dados sobre população deslocada afetada, que permita gerar dados específicos e comparáveis, devidamente desagregados para identificar grupos em situação de

vulnerabilidade, e atualizados para o monitoramento da situação de deslocamento.

Os dados colhidos podem servir para estabelecer um conjunto de indicadores de deslocamento no contexto da gestão de desastres. Da mesma forma, os indicadores e estatísticas de desastres devem incorporar os dados relativos aos contextos de deslocamento e à respectiva desagregação, aproveitando a abrangência das informações coletadas.

É importante que os instrumentos de coleta e o relatório de dados sobre desastres incluam a categoria específica de pessoas deslocadas internamente, de acordo com o conceito dos Princípios Orientadores do Deslocamento Interno, desagregada das outras categorias de danos humanos.

Outras fontes de dados (p. ex., censos e pesquisas domiciliares) podem ser desenvolvidas, permitindo uma visão ampla do deslocamento ao longo do tempo. Os dados devem incluir os deslocamentos causados por eventos de evolução progressiva, que requerem metodologias próprias para sua identificação e produção de dados.

Projeções e cenários de risco de deslocamento podem ser gerados a partir do cruzamento de dados disponíveis (áreas de risco, vulnerabilidades, impactos e ameaças, padrões demográficos, etc.) que possam informar políticas e ações preventivas

Realocação planejada

- Para sistematizar e analisar os dados produzidos no contexto da realocação planejada de forma abrangente é essencial gerar indicadores que avaliem estes processos e orientem iniciativas futuras.
- Pesquisas específicas com as pessoas beneficiadas em programas de realocação planejada permitiriam obter

informações detalhadas sobre o seu perfil e identificar grupos em situação de vulnerabilidade, necessidades específicas, percepções sobre riscos e ameaças ambientais, desafios de adaptação, extraindo subsídios para políticas e iniciativas conexas.

- Os dados sobre riscos e ameaças, vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, áreas e comunidades expostas a desastres, mudanças climáticas e degradação ambiental, gestão territorial e assentamentos humanos, podem ser cruzados para identificar contextos que requerem intervenção e podem ser objeto de realocação planejada.

Imobilidade

- O desenvolvimento de critérios regionais comuns para a definição e caracterização de contextos de imobilidade, que orientem os departamentos nacionais responsáveis pela coleta, compilação e divulgação de dados, permitiria potencializar as ferramentas e bases de dados (pesquisas domiciliares, dados sobre degradação ambiental, dados sobre riscos de desastres, dados climáticos) a fim de incorporar questões sobre a temática.
- Metodologias específicas para captar as diferentes nuances da imobilidade (voluntária, forçada, temporária ou permanente, etc.), que combinem fatores socioeconômicos, ambientais e climáticos, poderiam gerar dados detalhados que permitam traçar um diagnóstico e apoiar a concepção de políticas e medidas de proteção baseadas em suas necessidades.
- A incorporação da categoria de imobilidade nos relatórios de emergência potenciais ou em andamento poderia ajudar a identificar populações em situação de imobilidade em contextos de desastres de início rápido.
- Incorporar a abordagem da mobilidade humana nas bases ambientais que já incluem dados sobre vulnerabilidade poderia fornecer dados relevantes sobre a população em situação de imobilidade.

8.

REFERÊNCIAS



Barboza, L. (2022). Mapas de Riesgos Comunitarios: Estrategia de Mitigación y Adaptación al Cambio Climático. AMALIVACA Ediciones, Venezuela.

Centro de Acción Climática, Centro del Clima y la Resiliencia (CR)2 y el Núcleo de Estudios Sistémicos Transdisciplinarios (2023). Plataforma de Riesgo y Adaptación Climática Territorial (consultado em 08 de setembro de 2023).

Centro de Monitoreo del Desplazamiento Interno (2023). Global Report on Internal Displacement. Ginebra (consultado em 20 de abril de 2023).

Comunidad Andina (2018). [Glosario de Términos y Conceptos de la Gestión del Riesgo de Desastres para los Países miembros de la Comunidad Andina- Decisión 825](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Comunidad Andina, Secretaría General de la Comunidad Andina (2001). Resolución 527 – Modificación del Contenido y Formato de la Tarjeta Andina de Migración (TAM) (consultado em 03 de maio de 2023).

Conferencia Sudamericana sobre Migraciones (2018). Lineamientos regionales en materia de protección y asistencia a personas desplazadas a través de fronteras y migrantes en países afectados por desastres de origen natural. Buenos Aires (consultado em 20 de abril de 2023).

Conferencia Sudamericana sobre Migraciones (2022). Mapeo sobre Migración, Medio Ambiente y Cambio Climático en América del Sur. Buenos Aires (consultado em 19 de outubro de 2023).

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability (consultado em 20 de abril de 2023).

International Labour Organization (2017). [Encuesta de Hogares por Muestreo 2017](#) (consultado em 30 de mayo de 2023).

Observatorio Sudamericano sobre Migraciones (2021). [Sistemas de Información Migratoria](#) (consultado em 18 de maio de 2023).

OIM (2017). Migraciones, ambiente y cambio climático, estudio de casos en América del Sur. Buenos Aires (consultado em 20 de abril de 2023).

OIM Paraguay (2022). Acciones para la prevención de la migración forzada de comunidades indígenas de Paraguay ante el cambio climático, deforestación y degradación ambiental (consultado em 16 de julho de 2023).

OIM (2021). Indicadores de Gobernanza de la Migración Perfil 2021 – República del Paraguay. Ginebra (consultado em 16 de julho de 2023).

OIM (2022). Indicadores de Gobernanza de la Migración Perfil 2022 – Estado Plurinacional de Bolivia. Ginebra (consultado em 03 de maio de 2023).

Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Centro de Encuestas y Estudios Longitudinales (2017). [Encuesta CASEN 2017](#) (consultado em 31 de maio de 2023).

Secretaria General de la Comunidad Andina (2021). Decisión n. 878 – Estatuto Migratorio Andino (consultado em 15 de agosto de 2023).

Tableau Public, Unidad Administrativa Especial Migración Colombia (s.f). (consultado em 10 de maio de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

[Autoridad de Cuenca Matanza Riachuelo](#) (s.f). (consultado em 1 de junho de 2023).

Centro Despachantes de Aduana de la República Argentina (2013). [Migraciones: Tarjeta Única Migratoria](#) (consultado em 02 de maio de 2023).

Comunicação pessoal com Claudio Daniel Schbib, Diretor Nacional de Prevenção e Redução do Risco de Desastres, Secretaria de Articulação Federal da Segurança, Ministério da Segurança da Nação, 27 de julho de 2023.

Entrevista com Pablo Cruz, Secretaria de Articulação Federal da Segurança, Ministério da Segurança da Nação, 28 de julho de 2023.

Entrevista com Silvia La Ruffa, Secretária de Articulação Federal da Segurança, Ministério da Segurança da Nação, 21 de julho de 2021.

Ministerio de Defensa, Dirección de Planificación, Investigación y Desarrollo, Instituto Geográfico Nacional, (IG-GIRD) Información Geoespacial para la Gestión Integral del Riesgo de Desastre (s.d). Acerca de [IG-GIRD](#) (consultado em 26 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (2023). [Hacia la construcción de un sistema de cuentas ambientales y económicas: documento de trabajo INDEC N° 39](#) (consultado em 30 de julho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (2021). Anuario Estadístico de la República Argentina, Volumen 36 (consultado em 24 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (2022). [Censo 2022](#) (consultado em 25 maio 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (2022). [Condiciones de vida – Indicadores de condiciones de vida de los hogares en 31 aglomerados urbanos, Segundo semestre de 2022, Volumen 7, N° 6](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (2022). Dossier estadístico en conmemoración del Día Mundial del Niño (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (2022). Dossier estadístico en conmemoración del Día Internacional de las Personas de Edad (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (2018). Estudio Nacional sobre el Perfil de las Personas con Discapacidad: resultados definitivos 2018 (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (s.f). Indicadores demográficos de la Argentina (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (s.f). [Migraciones](#) (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadística y Censos (2022). Mujeres agropecuarias argentinas: dossier estadístico (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible (2021). [Informe del estado del ambiente 2021](#) (consultado em 12 de maio de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible, Centro de Información Ambiental, [Sistema Integrado de Información Ambiental](#) (s.d.) (consultado em 12 de maio de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible, Dirección de Impacto Ambiental y Social, Sistema de Estadística Ambiental (s.d.). [Estadísticas Ambientales](#) (consultado em 12 de maio de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible, [Gabinete Nacional de Cambio Climático](#) (s.d.). (consultado em 12 de maio de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). [Sistema de Mapas de Riesgo de Cambio Climático](#) (consultado em 12 de maio de 2023).

Ministerio de Obras Públicas (2023). Marco de Política de Reasentamiento (MPR) (consultado em 1º de junho de 2023).

Ministerio de Obras Públicas, Mapa para el Análisis Territorial (GEOMOP) (s.d.). [Datos abiertos para el análisis territorial – Visor](#) (consultado em 1º de junho de 2023).

Ministerio de Seguridad, [Sistema Nacional para la Gestión Integral del Riesgo](#) (s.d.). (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Seguridad, Sistema Nacional para la Gestión Integral del Riesgo (s.d.). Protección Civil Argentina (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Seguridad, Sistema Nacional para la Gestión Integral del Riesgo (s.d.). ¿Qué es el SINAME? (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Seguridad, Sistema Nacional para la Gestión Integral del Riesgo (2018). Plan Nacional para la Reducción del Riesgo de Desastres 2024-2030 (consultado em 24 de maio de 2023).

Ministerio de Seguridad, Universidad Nacional de San Martín (2022). Gestión Integral de Riesgos de Desastres (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Seguridad, Universidad Nacional de San Martín (2022). [Hacia una Gestión del Riesgo con Perspectiva de Género](#) (consultado em 24 de maio de 2023).

Ministerio del Interior, Centro Nacional de Estudios de Población, [Sistema Estadístico de Población](#) (s.d.). (consultado em 30 de junho de 2023).

Ministerio del Interior, Dirección Nacional de Población del RENAPER (2023). [Movilidad residencial de población de origen extranjero en Argentina](#) (consultado em 18 de agosto de 2023).

Ministerio del Interior, Dirección Nacional de Población del RENAPER (2023). [Movilidad residencial de población de origen extranjero en Argentina](#) (consultado em 18 de agosto de 2023).

Ministerio del Interior, Dirección Nacional de Población del RENAPER (2022). [Caracterización de la migración internacional en Argentina a partir de los registros administrativos del RENAPER](#) (consultado em 18 de agosto de 2023).

GOVERNO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil (2014). Ley de Gestión de Riesgos y Decreto Reglamentario (consultado em 02 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil (s.d.). [Difusión y Comunicación](#) (consultado em 10 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil (s.d.). [Evaluación de daños y análisis de necesidades \(EDAN\)](#) (consultado em 02 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil (s.d.). [Plataforma Dewetra](#) (consultado em 10 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil (s.d.). [¿Qué es SINAGER-SAT?](#) (consultado em 03 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil (s.d.). [Reportes de eventos](#) (consultado em 03 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil, Sistema Integrado de Información para la Gestión de Riesgos (2023). [Boletín de alerta de riesgo nacional N° 62/23](#) (consultado em 10 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Viceministerio de Defensa Civil, Unidad de Gestión de Riesgos Municipal (2016). Resolución Ministerial N° 0122 – Lineamientos para su organización, conformación, implementación y funcionamiento (consultado em 02 de maio de 2023).

Ministerio de Educación (s.d.). [Formulario de evaluación de daños y análisis de necesidades educativas](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Agua, Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra (s.d.). Escenarios de cambio climático para Bolivia (consultado em 16 de julho de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente y Agua, Sistema de Información Ambiental y de Recursos Hídricos (s.d.). [Gestión de riesgos de desastres y adaptación al cambio climático](#) (consultado em 05 junho de 2023).

Ministerio de Planificación del Desarrollo, Instituto Nacional de Estadística (2012). [Censo de Población y Vivienda](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Planificación del Desarrollo, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). Estadísticas de viajeros internacionales, [Cuadros estadísticos](#) (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio de Planificación del Desarrollo, Instituto Nacional de Estadística, Catálogo Central de Datos y Microdatos (ANDA) (2021). [Encuesta de hogares 2021](#) (consultado em 30 de maio de 2023).

Ministerio de Planificación del Desarrollo, Instituto Nacional de Estadística (2020). [Estadísticas sociales, Población y hechos vitales, Proyecciones de Población, Revisión 2020](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Planificación del Desarrollo, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). Eventos adversos de origen natural, Cuadros estadísticos (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Planificación del Desarrollo, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). Medio Ambiente, Clima y Atmosfera (consultado em 29 de maio de 2023).

Observatorio Sudamericano sobre Migraciones (2021). Sistemas de Información Migratoria (consultado em 18 de maio de 2023).

Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (2015). Evaluación de daños y pérdidas por eventos climáticos (consultado em 03 de maio de 2023).

Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (2015). [Vulnerabilidad poblacional a desastres en Bolivia](#) (consultado em 03 de maio de 2023).

Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (2018). Migración interna en Bolivia (consultado em 03 de maio de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Governo da República Federativa do Brasil (2012). Portaria Interministerial N° 02/2012 – Institui o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (consultado em 20 de abril de 2023).

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), Sistema de Alertas e Visualização de Áreas de Risco (SALVAR) (s.d.). (consultado em 12 de abril de 2023)

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais](#) (s.d.). (consultado em 20 de julho de 2023).

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, [Portal TerraBrasilis](#) (s.d.). (consultado em 20 de julho de 2023).

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, [Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos](#), (s.d.). (consultado em 20 de maio de 2023).

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, [ClimaAdapt – Plataforma Nacional sobre Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças do Clima](#) (s.d.). (consultado em 07 de julho de 2023).

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (s.d.). (consultado em 10 de maio de 2023).

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, [Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Sistema Integrado de Informações sobre Desastres](#) (s.d.). (consultado em 12 de abril de 2023).

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (s.d.). [Formulário de informações do desastre](#) (consultado em 10 de maio de 2023).

Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Departamento da Polícia Federal (s.d.). [Cartão de Entrada e Saída](#) (consultado em 02 de maio de 2023).

Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Portal de Imigração (s.d.). [Sismigra](#) (consultado em 02 de maio de 2023).

Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (2022). [Observatório de Clima e Saúde](#) (consultado em 03 de maio de 2023).

Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (2023). [Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil](#) (consultado em 20 de junho de 2023).

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (s.d.). [Sistema Compartilhado de Informações Ambientais](#) (consultado em 12 de abril de 2023).

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (s.d.). [Sistema Nacional de Emergências Ambientais](#) (consultado em 12 de abril de 2023).

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (s.d.). Dados abertos do IBAMA (consultado em 12 de abril de 2023).

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (s.d.). [Portal de dados abertos – Indicadores ambientais nacionais](#) (consultado em 12 de abril de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d.). (consultado em 28 de abril de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [Banco de Informações Ambientais \(BDiA\)](#) (s.d.). (consultado em 28 de abril de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2022, 2022, [Conhecendo o Brasil](#) (consultado em 28 de abril de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2022 (2022). [Questionários](#) (consultado em 28 de abril de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2022 (2022). Povos e Comunidades Tradicionais (consultado em 28 de abril de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios](#) (consultado em 22 de maio de 2023).

Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (2018). [Populações em áreas de risco no Brasil](#) (consultado em 20 de maio de 2023).

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (2023) (consultado em 12 de abril de 2023).

Observatório das Migrações Internacionais (2017). Relatório Anual 2017. Brasília (consultado em 10 de maio de 2023).

Observatório das Migrações Internacionais (2022). Relatório Anual 2022. Brasília (consultado em 10 de maio de 2023).

Observatório das Migrações Internacionais (s.d.). [Datamigra](#) (consultado em 02 de maio de 2023).

Observatório das Migrações Internacionais (s.d.). Relatórios anuais (consultado em 02 de maio de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

Departamento de Participación Ciudadana de la División de Evaluación Ambiental y Participación Ciudadana, Departamento de Estudios y Desarrollo y la División Jurídica (2014). Guía para la Evaluación de Impacto Ambiental del Reasentamiento de Comunidades Humanas en el Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental (consultado em 17 de agosto de 2023).

Governo da República do Chile (2015). [Decreto n° 697/](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas (2022). [Medio Ambiente – Informe Anual 2022](#) (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas, Censo de Población y Vivienda 2017 (2017). [Cuestionario Censo 2017](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas, Censo de Población y Vivienda 2017 (2017). Cuestionario de Viviendas Colectivas 2017 (consultado em 01 de julho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas, Censo de Población y Vivienda 2017 (2017). Cuestionario de Personas en Tránsito 2017 (consultado em 01 de julho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas, [Portal de Mapas](#) (s.d.). Geodatos abiertos (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas (s.d.). [Subcomisión de Estadísticas de Género](#) (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas (s.d.). [Atlas de Género](#) (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas (s.d.). Condiciones de vida y cultura (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas (s.d.). Demografía (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Economía, Instituto Nacional de Estadísticas (s.d.). Estadísticas de energía y medioambiente (consultado em 14 de junho de 2023).

Ministerio de Desarrollo Social y Familia (2022). [Resolución N° 510 Exenta de 2022](#) (consultado em 20 de junho de 2023).

Ministerio de la Mujer y de la Equidad de Género (2020). [Género y Reducción del Riesgo de Desastres Acercamiento a Nivel Local](#) (consultado em 02 de agosto de 2023).

Ministerio de Medio Ambiente de Chile, Naciones Unidas Chile y Fundación Futuro Latinoamericano (2021). [Manual de Gestión para la Integración del Enfoque de Género en la Acción Climática](#) (consultado em 17 de agosto de 2023).

Ministerio de Salud (2020). Orientaciones técnicas – Equipos de Apoyo a la Respuesta en Salud Mental para Emergencias y Desastres – [Equipos ARSAM](#) (consultado em 30 de maio de 2023).

Ministerio de Vivienda y Urbanismo (2022). Catastro Campamentos (consultado em 17 de agosto de 2023).

Ministerio de Vivienda y Urbanismo (s.d.). [Reducción del Riesgo de Desastres y Reconstrucción](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Oficina Nacional de Emergencia (2021). Informe Estadístico Anual de ONEMI 2021 (consultado em 15 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Servicio Nacional de Migraciones, Migraciones Chile, Portal de Ayuda (s.d.). ¿Qué es la Permanencia Transitoria? (consultado em 24 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Servicio Nacional de Migraciones (s.d.). Estimación de extranjeros (consultado em 09 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Servicio Nacional de Prevención y Respuesta ante Desastres (s.d.). [Visor Chile Preparado](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Servicio Nacional de Prevención y Respuesta ante Desastres (s.d.). [Desastres en la memoria](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Servicio Nacional de Migraciones (2023). [Unidad de Género del SERMIG participó en la Red de Trabajo Sobre Género y Migración de la XX Conferencia Suramericana sobre Migraciones](#) (consultado em 09 de maio de 2023).

Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Servicio Nacional de Migraciones (2023). [Migración y género](#) (consultado em 24 de maio de 2023).

Ministerio del Medio Ambiente, Atlas de Riesgos Climáticos para Chile (s.d.). (consultado em 20 de junho de 2023).

Ministerio del Medio Ambiente, Plataforma Digital de Cambio Climático (s.d.). (consultado em 20 de junho de 2023).

Ministerio del Medio Ambiente (2022). [Reporte del Estado del Medio Ambiente](#) (consultado em 10 de julho de 2023).

Ministerio del Medio Ambiente, [Sistema Nacional de Información Ambiental](#) (s.d.). (consultado em 24 de agosto de 2023).

Ministerio del Medio Ambiente, [Visor de Mapas](#) (s.d.). (consultado em 24 de agosto de 2023).

Servicio Nacional de Geología y Minería (2018). [Inicio](#) (consultado em 17 de agosto de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (2019). [Atlas de Riesgo de Colombia: revelando los desastres latentes](#). (consultado em 25 de abril de 2023).

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, [Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres](#), [Sistema Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres](#) (s.d.) (consultado em 25 de abril de 2023).

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (s.d.) [Manual de Estandarización de Ayuda Humanitaria de Emergencia](#) (consultado em 25 de abril de 2023).

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (s.d.) [Registro Único de Damnificados](#) (consultado em 25 de abril de 2023).

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (s.d.) [Consolidado Anual de Emergencias](#) (consultado em 25 de abril de 2023).

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (s.d.) [Balance de la Situación de desastre Nacional](#) (consultado em 25 de abril de 2023).

Consejo Nacional para la Gestión del Riesgo, Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres, [Sistema Nacional de Información para la Gestión del Riesgo de Desastres](#) (s.d.). (consultado em 25 de abril de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2023). [Encuesta Pulso de la Migración](#) (consultado em 28 de junho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Archivo Nacional de Datos (2022). [Gran Encuesta Integrada de Hogares – GEIH – 2022](#) (consultado em 31 de maio de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Archivo Nacional de Datos (2018). Censo Nacional de Población y Vivienda – CNPV – 2018, [Cuestionario para Hogares](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Archivo Nacional de Datos (2018). Censo Nacional de Población y Vivienda – CNPV – 2018, [Cuestionario para Lugares Especiales de Alojamiento](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística, [Geoportal DANE](#) (s.d.). (consultado em 15 de junho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Geoportal DANE, Geovisor de Estadísticas Territoriales del SEN (s.d.). (consultado em 15 de junho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (s.d.). Enfoque diferencial e interseccional (consultado em 28 de junho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (s.d.). [Estadísticas por tema – Ambientales](#) (consultado em 15 de junho de 2023).

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (s.d.). Pobreza y Desigualdad (consultado em 28 junho de 2023).

Gobierno da República da Colômbia (2012). Ley N° 1.523/2012 (consultado em 25 de abril de 2023).

Gobierno da República da Colômbia (2022). Resolución N° 1.110/2022 (consultado em 25 de abril de 2023).

Gobierno del Municipio de Bogotá, Instituto Distrital de Gestión de Riesgos y Cambio Climático (2023). Datos Abiertos Bogotá (consultado em 20 de agosto de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (2016). Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). [Cambio Climático y Gestión del Riesgo – Herramientas de Género y Cambio Climático](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). [Cambio Climático y Gestión del Riesgo – Monitoreo, Reporte y Verificación](#) (consultado em 09 julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). Cambio Climático y Gestión del Riesgo – ¿Cómo registrar iniciativas de mitigación de gases efecto invernadero en RENARE? (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). Cambio Climático y Gestión del Riesgo – ¿Cómo Orientar la Gestión del Riesgo de Desastres por Incendios Forestales a Nivel Municipal? (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). [Cambio Climático y Gestión del Riesgo – Evaluación de Daños y Necesidades Ambientales – EDANA](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). Cambio Climático y Gestión del Riesgo – Experiencias exitosas de la Gestión del Riesgo de Desastres. (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). [Cambio Climático y Gestión del Riesgo – Monitoreo y Evaluación de la Adaptación](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). Orientaciones generales para las autoridades ambientales urbanas y corporaciones autónomas regionales y de desarrollo sostenible en la gestión del riesgo de desastres, en el marco de sus competencias (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, Sistema de Información Ambiental de Colombia (s.d.). [Portal de Datos Abiertos del Sector Ambiente](#) (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, Sistema de Información Ambiental de Colombia (s.d.). Cambio Climático (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, Sistema de Información Ambiental de Colombia (s.d.). Vulnerabilidad, Riesgo y Adaptación (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, Sistema de Información Ambiental de Colombia (s.d.). Financiamiento Climático (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio de Relaciones Exteriores, Unidad Administrativa Especial Migración Colombia (s.d.). Tarjeta Andina Migratoria TAM (consultado em 09 de maio de 2023).

Ministerio de Relaciones Exteriores, Unidad Administrativa Especial Migración Colombia, CheckMig (s.d.). (consultado em 09 de maio de 2023).

Ministerio de Relaciones Exteriores, Unidad Administrativa Especial Migración Colombia (2022). Así se construyen nuestros datos estadísticos: flujos migratorios (consultado em 10 de maio de 2023).

Ministerio de Vivienda (2007). Marco de política de reasentamiento (consultado em 12 de julho de 2023).

Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (2023). [Consolidado Anual de Emergencias](#) (consultado em 25 de abril de 2023).

Unidad Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (2023). Yo Reporto (consultado em 25 de abril de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR

Instituto Geográfico Militar (2018). [Atlas de espacios geográficos expuestos a amenaza](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (2019). [Encuesta Nacional Multipropósito de Hogares \(Seguimiento al Plan Nacional de Desarrollo\)](#)(consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (2023). [Registro Estadístico de Entradas y Salidas Internacionales – 2022](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, Censo Ecuador (2022). Cuestionario – VIII Censo de Población, VII de Vivienda y I de Comunidades (consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). Geografía Estadística (consultado em 16 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). [Ambiente y Agropecuario](#) (consultado em 16 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). Asentamientos Humanos y Vivienda (consultado em 28 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). [Estadísticas](#) (consultado em 16 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). [VDatos – Flujo migratorio](#) (consultado em 28 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). [VDatos](#) (consultado em 16 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (s.d.). [Visualizador de Entradas y Salidas Internacionales](#) (consultado em 16 de junho de 2023).

[Instituto Nacional de Meteorología e Hidrología \(INAMHI\)](#) (s.d.). (consultado em 18 de agosto de 2023).

Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda (2015). [Proyecto Nacional de Gestión del Riesgo para el Hábitat y la Vivienda](#) (consultado em 29 maio de 2023).

Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda (s.d.). (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Educación (2018). [Guía para la evaluación de daños y afectaciones en instituciones educativas de Ecuador \(actualización\)](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio de Turismo (s.d.). [Tarjeta Andina de Migración](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica (2021). [Caja de herramientas para fortalecer capacidades sobre género y cambio climático](#) (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica (2020). [Guía Técnica para la Integración del Enfoque de Género en la Gestión de Cambio Climático en Ecuador](#) (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica (2023). [Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático del Ecuador \(2023-2027\)](#)(consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica, [Plataforma sobre Adaptación al Cambio Climático de Ecuador](#) (s.d.). (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica (s.d.). [Sistema Nacional de Indicadores Ambientales y Sostenibilidad](#) (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Interior (2023). [Estadística Migratoria](#) (consultado em 15 2023).

Ministerio del Interior (2023). [Migración Ecuador](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos (2023). [Informes de Situación por emergencias y desastres en el Ecuador \(SitRep\)](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos (s.d.). (consultado em 15 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos (s.d.). [Alertas Ecuador](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos (s.d.). [La Secretaría de Riesgos establece lineamientos para la prevención de violencia de género en el contexto de emergencias y desastres](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos (s.d.). [Niveles de alertas y declaratorias vigentes establecidas por la SGR](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos (s.d.). [Reportes de monitoreo de amenazas y eventos peligrosos](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos, Servicio Nacional de Gestión de Riesgos y Emergencias (s.d.). [Geoportal](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos, Servicio Nacional de Gestión de Riesgos y Emergencias (2019). [Guía para la Protección de la Niñez y Adolescencia en Situaciones de Emergencia, Desastres o Catástrofe](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Secretaría de Gestión de Riesgos, Servicio Nacional de Gestión de Riesgos y Emergencias (2018). [EVIN - Metodología de Evaluación Inicial de Necesidades por Eventos Peligrosos](#) (consultado em 15 de maio de 2023).

Secretaría Técnica Ecuador Crece Sin Desnutrición Infantil (s.d.). 5.800 familias constan en primera fase de levantamiento del Registro Único de Damnificados (consultado em 06 de setembro de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

Instituto Nacional de Estadística (2017). Encuesta Permanente de Hogares Continua (EPHC) Trimestral, 2017-21 (consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (2020). [Compendio Estadístico Ambiental del Paraguay](#) (consultado em 19 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (2021). [Anuario Estadístico del Paraguay](#) (consultado em 19 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (2021). [Compendio Estadístico 2021](#) (consultado em 26 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (2022). [Censo 2022 – Censo Indígena](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (2022). [Censo 2022 – Cuestionario Censal 2022](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (2022). [Censo 2022 Transparente](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

[Instituto Nacional de Estadística](#) (s.d.). (consultado em 19 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (s.d.). [Atlas de Género](#) (consultado em 19 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (s.d.). [Datos abiertos – Demografía](#) (consultado em 26 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística (s.d.). [Población indígena](#) (consultado em 19 de junho de 2023).

Ministerio de Agricultura y Ganadería (s.d.). (consultado em 16 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (2022). [Ciudades Sustentables](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (2012). [Política Nacional de Cambio Climático](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (2017). [Estrategia Nacional de Género ante el Cambio Climático](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible, Dirección Nacional de Cambio Climático (s.d.). [Organigrama](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible, Dirección Nacional de Cambio Climático (2022). [Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático](#) (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible, Dirección Nacional de Cambio Climático (2022). Consulta pública para el Plan Nacional de Género en torno al Cambio Climático del Paraguay, al 2030 (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible, Dirección Nacional de Cambio Climático (2022). Borrador del Plan Nacional de Género ante el Cambio Climático del Paraguay, al 2030 (consultado em 09 de julho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible (s.d.). Visor de escenarios de cambio climático, vulnerabilidad y adaptación (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible, Sistema de Información Ambiental (s.d.). [Datos estadísticos – Cambio climático](#) (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio del Interior, Dirección Nacional de Migraciones (s.d.). (consultado em 03 de maio de 2023).

Ministerio del Interior, Dirección Nacional de Migraciones (s.d.). [Movimientos migratorios](#) (consultado em 16 de maio de 2023).

Presidencia de la República, [Instituto Paraguayo del Indígena](#) (s.d.). (consultado em 16 de julho de 2023).

Presidencia de la República, Secretaría de Emergencia Nacional (2018). [Plan Nacional de Implementación del Marco de Sendai 2018-2022](#) (consultado em 19 de maio de 2023).

Presidencia de la República, Secretaría de Emergencia Nacional (2018). [Atlas de Riesgos de desastre de la República del Paraguay](#) (consultado em 22 de maio de 2023).

Presidencia de la República, Secretaría de Emergencia Nacional (2018). [Política Nacional de Reducción y Gestión de Riesgos](#) (consultado em 19 de maio de 2023).

Presidencia de la República, [Secretaría de Emergencia Nacional](#) (s.d.). (consultado em 18 de maio de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

Instituto Nacional de Estadística e Informática y Organización Internacional para las Migraciones (2021). Perú: estadísticas de la emigración internacional de peruanos e inmigración de extranjeros 1990-2019 (consultado em 04 de maio de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (2022). [Compendio Estadístico Perú 2022](#) (consultado em 23 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (2022). Consultar información de migración interna de población en el Perú (consultado em 26 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (2023). [Condiciones de Vida y Pobreza \(ENAH0\)](#) (consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática, [ODISEA – Perú – Desplazamiento Interno de la Población en Perú, Migración, movilidad y segregación residencial](#) (s.d.). (consultado em 20 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (s.d.). Censos (consultado em 01 de julho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (s.d.). [Informe Técnico de Estadísticas Ambientales](#) (consultado em 23 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (s.d.). [Informes Técnicos](#) (consultado em 26 de junho de 2023).

Instituto Nacional de Estadística e Informática (s.d.). [Medio Ambiente](#) (consultado em 23 de junho de 2023).

Ministerio de Defensa, Centro Nacional de Estimación, Prevención y Reducción del Riesgo de Desastres, [Sistema de Información para la Gestión del Riesgo de Desastres](#) (s.d.). (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil (2022). [Compendios Estadísticos 2003-2021](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil (s.d.). (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil (s.d.). [Reporte de Emergencias](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (s.d.). (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (2016). [Formulario de Evaluación Rápida](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (2016). [Empadronamiento Familiar](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (2016). [Empadronamiento Medios de Vida](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (2016). [Ficha de Peligros Inminentes](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (2016). [EDAN-PERÚ](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Defensa, Instituto Nacional de Defensa Civil, Sistema de Información Nacional para la Respuesta y Rehabilitación (2016). [Registro de Emergencias y Peligros](#) (consultado em 11 de maio de 2023).

Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social (s.d.). (consultado em 10 de junho de 2023).

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (2015). [Plan de Acción en Género y Cambio Climático](#) (consultado em 05 de setembro de 2023).

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (2022). [Directiva N° 002-2022-MIMP – Registro Nacional para las Mujeres y Hombres Desplazadas/os.](#) (consultado em 02 de junho de 2023).

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, Dirección General de Población, Desarrollo y Voluntariado, Dirección de Desplazados y Cultura de Paz (s.d.). [Quiénes somos](#) (consultado em 02 de 2023).

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, [Oficina de Monitoreo y Evaluación de Políticas](#) (s.d.). (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Salud, Dirección General de Gestión del Riesgo de Desastres y Defensa Nacional en Salud (2018). Formulario Preliminar de Evaluación de Daños y Análisis de Necesidades de Salud (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento, [GeoVivienda](#) (s.d.). (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Ambiente, Dirección General de Cambio Climático y Desertificación (s.d.). (consultado em 11 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, [Instituto Geofísico de Perú](#) (s.d.). (consultado em 11 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, [Instituto Nacional de Investigación en Glaciares y Ecosistemas de Montaña INAIGEM](#) (s.d.). (consultado em 11 de junho de 2023).

Ministerio del Ambiente, Sistema Nacional de Información Ambiental (s.d.). [Estadística ambiental](#) (consultado em 11 de junho de 2023).

Ministerio del Interior, Superintendencia Nacional de Migraciones (s.d.). Información institucional (consultado em 04 de maio de 2023).

Ministerio del Interior, Superintendencia Nacional de Migraciones (2016). Anexo 1 de la Resolución N° 308/2016 (consultado em 04 de maio de 2023).

Ministerio del Interior, Superintendencia Nacional de Migraciones (2018). Presencia de inmigrantes en situación de vulnerabilidad en el Perú. Estudio preliminar realizado desde una perspectiva de género (consultado em 04 de maio de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Governo da República Oriental do Uruguai (2022). Segunda Contribución Determinada a nivel Nacional al Acuerdo de París (consultado em 02 de agosto de 2023).

Gobierno de la República Oriental del Uruguay, Ministerio del Interior, Dirección Nacional de Migración (2022). Anuario (consultado em 17 de maio de 2023).

Instituto Nacional de la Juventud (2020). Informe IV Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud (consultado em 26 de junho de 2023).

Junta Nacional de Migración (2016). Documento Marco sobre Política Migratoria en Uruguay (consultado em 17 de maio de 2023).

Ministerio de Ambiente (2018). Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático en ciudades e infraestructuras – NAP Ciudades (consultado em 09 de junho de 2023).

Ministerio de Ambiente (2022). Atlas Nacional de Inundaciones y Drenaje Urbano (consultado em 02 de agosto de 2023).

Ministerio de Ambiente, Catálogo de Datos Abiertos (s.d.). Inventarios Nacionales de Gases de Efecto Invernadero (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio de Ambiente, Catálogo de Datos Abiertos (s.d.). Objetivos y medidas de mitigación y adaptación ante el cambio climático establecidas en la Primera Contribución Determinada a Nivel Nacional (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio de Ambiente, Observatorio Ambiental Nacional (s.d.). Indicadores ambientales (consultado em 05 2023).

Ministerio de Ambiente, Sistema Nacional de Respuesta al Cambio Climático (s.d.). Visualizador de avances de la Contribución Determinada a nivel Nacional y otros indicadores vinculados (consultado em 05 de junho de 2023).

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, Dirección General de Población, Desarrollo y Voluntariado (2023). Protección de Desplazados (consultado em 02 de agosto de 2023).

Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial, Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial, Sistema de Información Territorial (s.d.). (consultado em 23 de junho de 2023).

Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial, Plan Nacional de Relocalizaciones (s.d.). (consultado em 23 2023).

Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República, Instituto Nacional de Estadística (2022). Anuario Estadístico Nacional (consultado em 26 de junho de 2023).

Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República, Instituto Nacional de Estadística (2022). Encuesta Continua de Hogares – Año 2022 (consultado em 01 de junho de 2023).

Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). (consultado em 25 de junho de 2023).

Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República, Instituto Nacional de Estadística y Ministerio de Desarrollo Social, Instituto Nacional de las Mujeres (2019). Segunda Encuesta Nacional de Prevalencia Sobre Violencia Basada en Género y Generaciones – Informe general de resultados. (consultado em 26 de junho de 2023).

Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República, [Observatorio Territorio Uruguay](#) (s.d.). (consultado em 02 de junho de 2023).

Sistema Nacional de Emergencias (2020). [Compendio de Mapas de Riesgo de Uruguay](#) (consultado em 23 de maio de 2023).

Sistema Nacional de Emergencias (2022). [Plan Nacional de Gestión Integral de Riesgos de Emergencias y Desastres en Uruguay](#) (consultado em 23 de maio de 2023).

Sistema Nacional de Emergencias (2023). Generaciones (consultado em 23 de maio de 2023).

Sistema Nacional de Emergencias (s.d.). [Monitor Integral de Riesgos y Afectaciones](#) (consultado em 23 de maio de 2023).

Sistema Nacional de Emergencias (s.d.). [Protocolo de coordinación general del Sistema Nacional de Emergencias durante la respuesta a emergencias y desastres súbitos](#) (consultado em 23 de maio de 2023).

Visualizador Dinagua (consultado em 02 de agosto de 2023).

GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Consejo Nacional de Derechos Humanos (2015). Plan Nacional de Derechos Humanos (2016-2019) (consultado em 30 de julho de 2023).

Gobierno Bolivariano y Revolucionario de Anzoátegui, Sistema Integrado de Gestión de Riesgo, Administración de Emergencias de Carácter Civil y Desastres del Estado de Anzoátegui (2001). Ley de la Organización Nacional de Protección Civil y Administración de Desastres (consultado em 25 de maio de 2023).

Governo da República Bolivariana da Venezuela (2001). Decreto Presidencial N° 1.557 con Fuerza de Ley del Sistema Nacional de Protección Civil y Administración de Desastres (consultado em 25 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular de Planificación, Instituto Nacional de Estadística (2011). [Demográficos – Censo de Población y Vivienda, Cuestionarios](#) (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular de Planificación, [Instituto Nacional de Estadística](#) (s.d.). (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular de Planificación, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). Principales Indicadores Ambientales (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular de Planificación, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). Demográficos – Estadísticas Vitales (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular de Planificación, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). Sociales (consultado em 29 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular de Planificación, Instituto Nacional de Estadística (s.d.). [Sociales – Fuerza de Trabajo, Ficha Técnica de Encuesta de Hogares por Muestreo](#) (consultado em 31 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular para el Ecosocialismo (2022). [MINEC puso en funcionamiento el Sistema de Gestión de Propuestas contra la Crisis Climática \(Sigeprocc\)](#) (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular para el Ecosocialismo (s.d.). (consultado em 18 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular para el Hábitat y la Vivienda (s.d.). Breve historia (consultado em 02 de agosto de 2023).

Ministerio del Poder Popular para Hábitat y Vivienda, Órgano Superior Nacional de Hábitat y Vivienda (2022). *Producir y Construir para Vencer: Gran Misión Vivienda de Venezuela (2013-2022)*. Documento não disponível online.

Ministerio del Poder Popular para Relaciones Interiores, Justicia y Paz, [Servicio Administrativo de Identificación, Migración y Extranjería](#) (s.d.). (consultado em 17 de maio de 2023).

Ministerio del Poder Popular para Relaciones Interiores, Justicia y Paz, Dirección Nacional de Protección Civil y Administración de Desastres (s.d.). (consultado em 25 de maio de 2023).

[XV Censo Nacional de Población y Vivienda](#) (consultado em 15 de agosto de 2023).

